**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A CARREIRA POLÍTICA NA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (CMSP)**

Rui Tavares Maluf

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão

São Paulo 2006

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**A CARREIRA POLÍTICA NA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (CMSP)**

Rui Tavares Maluf

São Paulo
2006

Dedico o presente trabalho a minha família, e em particular aos meus pais Antonio (em memória) e Zulmira, a minha esposa e companheira Mônica, e a minha filha Carolina.

A atividade inteira do governo local da própria cidade não constitui objetivo suficiente para induzir homens cujos gostos os inclinam e cujos conhecimentos os habilitam para os negócios nacionais para tornar-lhes a presença algo mais do que o disfarce para a negociação de cargos de pessoas inferiores sob a capa da responsabilidade que lhes cabe. (JOHN STUART MILL)

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meu agradecimento especial ao meu orientador e amigo, Gildo Marçal Brandão, quem muito antes de minha decisão em pleitear o ingresso no Programa de Doutorado, já me incentivava para que viesse a sistematizar meus conhecimentos e pesquisas na área municipal, especialmente de São Paulo, neles enxergando uma contribuição a ser dada à vida acadêmica, ao mesmo tempo em que me cobrava por inconsistências científicas apresentadas, porém com habilidade tal que jamais me desencorajou. Ao longo destes anos foi extremamente gratificante para mim o convívio no qual tive muito a aprender, sem que pudesse lhe devolver o que recebi na mesma proporção. Certamente, as opiniões aqui desenvolvidas e falhas por ventura encontradas são de minha exclusiva responsabilidade.

Aproveito para lembrar o quanto aprendi com o professor Gabriel Cohn e colegas que participaram do Seminário de Pesquisa, os quais, gentilmente, leram meu projeto e o desenvolvimento da pesquisa e, ainda, acentuar as diversas abordagens possíveis ao tema. Neste sentido, reconheço a gentileza da professora Vera Chaia em ler, comentar e me apontar bibliografia para o tema escolhido.

Também desejo expressar minha gratidão aos professores Maria Teresa Sadek e Antonio Carlos R. Moraes pelas críticas feitas quando da banca de qualificação, as quais me fizeram enxergar as fragilidades então existentes, sem desmerecer o trabalho em curso, porém dentro do tempo hábil para que o objeto fosse redirecionado.

Quero ainda destacar o zelo dos funcionários públicos das bibliotecas das câmaras municipais de São Paulo (Roseli, Rosangela e Célia) e do Rio de Janeiro (Néia e Conceição), na conferência dos dados por mim levantados a fim de assegurar a confiabilidade e conseqüente utilização.

Não poderia me esquecer da Maria Raimunda (Raí) e de todo pessoal administrativo do Departamento de Ciência Política pela atenção e dedicação em responder a todas dúvidas e necessidades que manifestei nestes anos. A todos, meu muito obrigado.

PALAVRAS-CHAVE / KEY WORDS

Português.

Carreira Política, Ambição Política, Vereador, Câmara Municipal de São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Cargo de Eleição Popular, Município.

English

Political Career, Political Ambition, Councilor, City Council of São Paulo, City Hall of São Paulo, Office of Popular Election, Municipality.

SUMÁRIO

Índice

Índice de Tabelas

Índice de Quadros

Índice de Figuras

Resumo

Abstract

Introdução – Pág. 14

Capítulo I – Aspectos Metodológicos, Conceituais e Teóricos – Pág. 23

Capítulo II – As Mudanças Político-Institucionais do período 1977-2004 – Pág. 39

Capítulo III– Renovação e Permanência na CMSP – Pág. 47

Capítulo IV – Os Partidos Políticos e a CMSP (1982-2004) – Pág. 65

Capítulo V - Progressão Individual dos Vereadores da 9ª Legislatura (1982-1988) – Pág. 83

Capítulo VI – Progressão dos Vereadores das Seis Legislaturas Examinadas (1982-2004) – Pág. 100

Capítulo VII – Distribuição Territorial dos Votos: Vereadores Permanentes e Vereadores e de Passagem – Pág. 135

Capítulo VIII – Considerações Finais – Pág. 154

Referências Bibliográficas

Anexos

RESUMO

A pesquisa que dá lugar a presente tese de doutorado tem como seu objeto de estudo a carreira política dos vereadores paulistanos eleitos para seis legislaturas que compreendendo o período que vai da eleição de 1982 até a de 2004. A hipótese principal é de que a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), a maior do país em Magnitude (55), caracteriza-se como sendo um incentivo político para a vida política daqueles que em sua maioria procuram progredir em direção a outros cargos públicos, mas precisam do capital político necessário para tornar tal empreendimento viável. Tal incentivo, embora não seja uma exclusividade da câmara paulistana, encontra-se nas poucas edilidades de maior Magnitude. Paradoxalmente, esta mesma instituição, que tem o condão de recrutar os candidatos que irão assumir diferentes postos na administração pública brasileira, depara-se com enorme dificuldade para estimular uma carreira que se faça no próprio município, o qual lida com significativo orçamento público, elevado quadro de funcionários, conta com importantes empresas públicas e privadas, gera muitas riquezas para o próprio Brasil, atrai recursos humanos de diferentes quadrantes do Brasil e do mundo, entre tantos outros fatos de grande relevância.

ABSTRACT

The subject of the present research is the political career of the São Paulo councilors elected along six terms, from 1982 till elections of 2004. The main hypothesis is that as the largest City Council of Brazil, with magnitude of 55 seats, the municipal legislative branch is eventually an important incentive to those whom want to go ahead in the political career, as getting an incumbency of state legislative, federal representative or in the executive branch. Besides, São Paulo municipality is the richest of Brazil local governments, its public budget is around R\$ 15 billions (2004), and its councilors are able to pass bills of several different important matters. Paradoxically, the City Council is not being a sufficient incentive to develop a permanent career, once the most councilors have only one term (although law affords they can run for office any time they want) or run for state and federal levels.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Magnitude das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo para as eleições de 2004. Pág.15

Tabela 2- Eleitorado, Magnitude e Razão Parlamentar por Eleitor. Vereadores na CMSP, Deputados estaduais a ALESP e a Bancada Federal de SP (1982-2004). Pág. 31.

Tabela 3 - Percentual de Votos Brancos, Nulos e Taxas de Representatividade para Prefeito e CMSP, antes e depois da introdução do voto eletrônico. Pág. 43.

Tabela 4 - Câmara Municipal de São Paulo. Número de mandatos dos vereadores titulares (eleições de 1982 a 2004). Pág. 50.

Tabela 5 - Câmara Municipal de São Paulo. Número de mandatos dos vereadores titulares (eleições de dois períodos 1ª a 8ª e 9ª a 14ª legislaturas). Pág. 51.

Tabela 6 - Percentual de Mandatos de Vereadores na CMSP em comparação a outros cinco legislativos (1982-2004). Pág. 53.

Tabela 7 - Eleições de 2000 e 2004 para a CMSP. Mandatos obtidos e número de partidos pelos quais concorreram nas duas (2) eleições. (todos candidatos inscritos). Pág. 55.

Tabela 8 - Vereadores da CMSP eleitos em 2000 e/ou 2004 Número de candidaturas. Pág. 57.

Tabela 9 - Número de Eleitores por Cadeira na CMSP e outros cinco legislativos examinados com base no eleitorado das últimas eleições. Pág. 57.

Tabela 10 - Renovação Permanência em cada legislatura da CMSP (9ª a 14ª). Em números absolutos e porcentagens. Pág. 58.

Tabela 11 - Renovação em cada legislatura da CMSP, CMRJ, CMC e CMG (1982-2004). Em porcentagens. Pág. 60.

Tabela 12 - Experiência Parlamentar como Vereador na CMSP. Pág. 61.

Tabela 13 - Número de Partidos Políticos pelos quais os Vereadores com 2 e mais mandatos concorreram (1982-2004). N=81. Pág. 69.

Tabela 14 - Vereadores com mais de um mandato das CMSP, CMRJ, CMC e CMG, segundo o número de partidos pelos quais concorreram (1982-2004). Em percentuais. Pág. 70.

Tabela 15 - Partidos Políticos pelos quais Vereadores com 2 ou mais Mandatos concorreram às eleições (1982-2004). Pág. 71.

Tabela 16 - Desempenho Eleitoral de Cinco Vereadores da CMSP com mais mandatos (1982-2004). Pág. 75.

Tabela 17 - Vereadores com 2 ou mais mandatos segundo os Partidos pelos quais se elegeram em cada legislatura (1982-2004). Pág. 77.

Tabela 18 - Vereadores com 1 mandato e com 2 ou mais mandatos segundo os partidos políticos pelos quais concorreram em cada legislatura (da 9ª a 14ª). Pág. 78.

Tabela 19 - Vagas obtidas por vereadores com 2 ou mais mandatos segundo os maiores partidos políticos das CMSP, CMRJ, CMG e CMC (1982-2004). Em percentuais. Pág. 79.

Tabela 20 - Situação Eleitoral dos Candidatos na 14ª Legislatura em comparação a 13ª, segundo os partidos políticos pelos quais concorreram em 2000 e 2004. Pág. 81.

Tabela 21 – Idade Completa dos Vereadores da 9ª Legislatura em Fevereiro de 1983. Pág. 85.

Tabela 22 - Idade Média dos Vereadores, Mais Jovens e Mais Velho, segundo o Mandato na 9ª Legislatura, a Posição em Relação ao Regime Militar e o Partido Político. Pág. 86.

Tabela 23 - Desempenho eleitoral de 8 Vereadores Reeleitos para a 9ª Legislatura (em ordem decrescente de votos de 1982). Pág. 88.

Tabela 24 - Desempenho eleitoral de Brasil Vita e Antonio Sampaio em diversas eleições para a CMSP, na condição de suplentes e titulares. Pág. 89.

Tabela 25 - Vereadores eleitos titulares em 1982 e reeleitos titulares para as legislaturas seguintes (em ordem alfabética). Pág. 91.

Tabela 26 - Permanência dos Vereadores Titulares da 9ª Legislatura Reeleitos para as Seguintes (1988-2004). Pág. 92.

Tabela 27 - Desempenho eleitoral do vereador Jooji Hato em todas eleições que disputou. Pág. 96.

Tabela 28 - Desempenho de Jooji Hato junto aos parlamentares eleitos e aos do PMDB nas eleições para Vereador e Deputado Estadual (1982-2004). Pág. 97.

Tabela 29 - Vereadores Paulistanos (1982-2004). Eleitos apenas para a CMSP e para outros mandatos depois de serem vereadores pela 1ª vez. Pág. 108.

Tabela 30 - Outros mandatos populares obtidos antes e depois de eleitos para a CMSP pela primeira vez (1982-2004), segundo a frequência. Pág. 110.

Tabela 31 - Vereadores eleitos para outro cargo eletivo (antes, durante e depois) segundo o número de mandatos que tiveram na CMSP (1982-2004). Pág. 110.

Tabela 32 – Candidatos a outros cargos, incluindo os que tiveram ao menos um fracasso (antes, durante e/ou depois da eleição para a CMSP, 1982-2004). Pág. 112.

Tabela 33 - Eleitos, Não Eleitos e Vereadores que não concorreram a outro cargo eleitoral. Pág. 113.

Tabela 34 - Vereadores que concorreram a outro cargo popular e os que nunca o fizeram, segundo o número de mandatos na CMSP, em percentuais. Pág. 114.

Tabela 35 – Vereadores que nunca concorreram a outro cargo popular, segundo o número de mandatos e as legislaturas na CMSP. Pág. 115.

Tabela 36 - Vereadores Paulistanos das Seis Legislaturas (1982-2004) eleitos para outros cargos durante e depois, segundo o número de mandatos na CMSP. Pág. 118.

Tabela 37 - Integrantes das Mesas Diretoras da CMSP entre 1983 e 2005, segundo o número de mandatos obtidos entre 1982 e 2004. Pág. 122.

Tabela 38 - Membros das Mesas Diretoras da CMSP entre 1983 e 2005, segundo os cargos que tiveram e o número de mandatos de vereador (1982-2004). Pág. 123.

Tabela 39 - Mandato Parlamentar que o Vereador se encontrava ao ser eleito Presidente ou Primeiro Secretário (1983-2005). Pág. 124.

Tabela 40 - Cargos Públicos Relevantes ocupados por vereadores paulistanos por designação (antes, durante o mandato ou depois de o ter deixado entre (1982-2004). Pág. 132.

Tabela 41 - Concentração dos Votos das Quatro (4) Melhores Zonas Eleitorais na Votação Total de 11 vereadores da CMSP, em Porcentagem. Pág. 142.

Tabela 42 - Desempenho do Vereador Jooji Hato em todas eleições para vereador, segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.(1982-2004). Pág. 144.

Tabela 43 - Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Jooji Hato em Seis Eleições (1982-2004). Pág. 145.

Tabela 44 - Desempenho do Vereador Arselino Tatto em todas eleições para vereador, segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.(1988-2004). Pág. 179.

Tabela 45 - Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Arselino Tatto em cinco Eleições (1988-2004). Pág. 148.

Tabela 46 - Desempenho do Vereador Roberto Trípoli em todas eleições para vereador, segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.(1988-2004). Pág. 149.

Tabela 47 - Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Roberto Trípoli em Cinco Eleições (1988-2004). Pág. 149.

Tabela 48 - Desempenho do Vereador Antonio Paiva Monteiro em todas eleições para vereador, segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.(1992-2004). Pág. 150.

Tabela 49 - Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Antonio Paiva Monteiro em quatro eleições (1992-2004). Pág. 151.

Tabela 50 - Desempenho de Edivaldo Estima em todas eleições para vereador, segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas (1992-2004). Pág. 151.

Tabela 51 - Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Edivaldo Alves Estima em quatro Eleições (1992-2004). Pág. 152.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Cargos que Compõe uma Carreira Política no Brasil, tendo ao centro os que são por eleição popular. Pág. 33.

Quadro 2 - Resumo de Fatos Ocorridos e das Regras Institucionais Definidas entre 1977 e 2000. Pág.46.

Quadro 3 - Situação Eleitoral mais Recente dos Titulares da 9ª Legislatura da CMSP (1983-1988) (Eleições de 2002 e 2004). Pág. 94.

Quadro 4 - Futuro dos 8 Vereadores eleitos nas seis legislaturas que tiveram outros mandatos eleitorais anteriormente. Pág. 117.

Quadro 5- Classificação da Concentração de Votos nas Quatro Principais Zonas do Vereador. Pág. 139.

Quadro 6 - Classificação da Inserção Territorial dos Vereadores com base nas suas quatro melhores votações por zonas eleitorais. Pág. 139.

Quadro 7 - Inserção Territorial (IT) nas Quatro (4) Melhores Zonas Eleitorais na Votação Total de 16 vereadores da CMSP, em Porcentagem. Pág. 142.

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 – Cargos Públicos com ou sem eleição Disputados por Vereadores da CMSP eleitos a partir de 1982 até 2004. Pág. 35.

Gráfico 2 – Evolução dos Votos do Vereador Jooji Hato a cada eleição. Em Porcentagem. Pág. 146.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACV	Alta Concentração de Votos
ALESP	Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BCV	Baixa Concentração de Votos
CD	Câmara dos Deputados
CF	Constituição Federal
CMC	Câmara Municipal de Caieiras
CMG	Câmara Municipal de Guarulhos
CMRJ	Câmara Municipal do Rio de Janeiro
CMSP	Câmara Municipal de São Paulo
FIT	Forte Inserção Territorial
ICV	Índice de Concentração de Vagas
ID	Inserção Dispersa
ITF	Inserção Territorial Frágil
LOM	Lei Orgânica do Município
MACV	Muito Alta Concentração de Votos
MCV	Média Concentração de Votos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPS	Partido Popular Socialista
PRONA	Partido da Reconstrução da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RICMSP	Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo
RIT	Relativa Inserção Territorial
STF	Supremo Tribunal Federal
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCM	Tribunal de Contas do Município
TCU	Tribunal de Contas da União
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

INTRODUÇÃO

Geralmente, o governo municipal é encarado no pensamento político brasileiro contemporâneo como se constituindo na base do regime democrático, na instância que se coloca mais próxima do cidadão, ao mesmo tempo em que é visto como a escola e o ponto inicial da carreira política de vários atores que depois serão eleitos para os cargos em nível estadual (deputado ou governador), e a concluirão em cargos eletivos de níveis estadual (governador) e federal (deputado, senador e presidente da República), que são o seu topo. De certa maneira, esta concepção é quase caudatária de pensadores europeus do século XIX, os quais lidavam com contextos políticos e culturais muito diferentes dos que existiam por aqui (MILL:1983;TOCQUEVILLE:1978)¹, chegando até o século XX, embora com adaptações e reservas de cientistas políticos norte-americanos (DAHL:1967). Mas o pensamento político do País nem sempre foi positivo. Faz sentido admitir que tenha mesmo predominado uma interpretação pessimista sobre a função do município para o sistema político representativo (LEAL:1978), ou mais do que isso, tenha prevalecido a defesa de um ponto de vista abertamente contrário a autonomia dos governos locais (VIANNA:1930).

Foi preciso que a oposição ao regime militar re-introduzisse a importância do município para a democracia para que a ciência política brasileira voltasse a estudá-la a partir de uma ótica mais propícia ao desenvolvimento do próprio sistema político e do País, embora durante longo tempo as atenções estivessem focadas sobre o Poder Executivo², ignorando-se quase por completo as Câmaras Municipais, como destacou este autor (MALUF:1993), que começaram a ser estudadas de forma mais regular a partir dos anos 90.

A concepção vigente no Brasil de hoje, favorável ao município, tem algo de verdadeira mesmo que não se tenha em conta as melhores condições do regime

¹ - Por ser o município o poder político que está mais próximo do cidadão, há também aqueles, tais como TOCQUEVILLE em sua viagem aos EUA, que afirmam que o governo local permite o ingresso dos indivíduos que não farão carreira na política, mas querem dar sua contribuição cívica ao País, uma vez que esta instância de governo tem menos características estatais e mais comunais. Esta alternativa pode existir, especialmente nos pequenos municípios, mas, provavelmente, nas democracias contemporâneas têm pouco espaço.

² - Importante estudo sobre o perfil da vida pública municipal a partir do estudo de suas elites locais é o realizado por ALMEIDA e CARNEIRO (2003). Estudo pioneiro e voltado para as possibilidades do município a partir da ordem constitucional oriunda da Assembléia Constituinte de 1988 é o de SADEK (1991).

democrático, pois está lastreada em uma questão institucional de ordem prática; o número de vagas para vereador, e mesmo para prefeito no total dos municípios brasileiros, é muitas vezes maior do que a soma das vagas de deputados estaduais e federais, senadores, e governadores, ainda que se possa argumentar em contrário, que o número de vagas de vereador nos municípios individualmente tratados, a despeito de sua magnitude³ (a partir de 9 até o número máximo de 55 na capital paulista), será sempre menor que o de vagas nas Assembléias Legislativas e na Câmara dos Deputados e, sobretudo no Senado, pois, afinal de contas, o cidadão tem domicílio eleitoral em somente um município. Como exemplo, um indivíduo do município de São Paulo, o de maior magnitude do País, que deseje se candidatar a algum cargo parlamentar (considerando-se como certo que obterá legenda para a disputa em algum partido político) terá a perspectiva de ser eleito um (1) dos 55 vereadores, ou dos 70 deputados federais, ou ainda dos 94 deputados estaduais. E no município de menor Magnitude, será um (1) para nove (9) vereadores.

Para se constatar a grandeza da diferença mencionada entre as vagas disponíveis para as câmaras municipais e demais casas legislativas, somente no Estado de São Paulo, o mais urbanizado do País, são 6.248 cadeiras no total, das quais 4.698 (75,2 %) se encontram em 522 municípios (88,8 %) de magnitude nove (9) dentre os 645 existentes (*vide tabela 1 a seguir*).

Tabela 1
*Magnitude das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo
Para as eleições de 2004*

MAGNITUDE	MUNICÍPIOS	M EM %	VAGAS	V EM %
09	522	80,9	4.698	75,2
10 a 13	98	15,2	1.058	16,9
14 a 16	13	2,1	196	3,1
17	03	0,5	51	0,8
20 a 21	06	0,9	123	2,0
33 a 34	02	0,3	67	1,1
55	01	0,2	55	0,9
TOTAL	645	100	6.248	100

Fonte: DJU, 17.06.04. Critérios declarados pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário n. 197.917.

Todavia, a fragilidade do argumento apontado acima reside em ignorar que a decisão de um vereador de se candidatar a deputado estadual ou federal jamais é um ato isolado e finito em determinado município, mas algo que se passa igualmente com

³ - Termo usado pela ciência política para designar o número de vagas de um dado distrito/circunscrição eleitoral.

muitos vereadores de muitos outros municípios, além daqueles que com ele concorrerá e não são vereadores. Assim sendo, as condições objetivas tornam proporcionalmente menor o número de vagas potencialmente alcançáveis para esses outros mandatos parlamentares. Portanto, o evento mais freqüente é encontrar políticos que iniciam suas carreiras e as concluem como vereador, pois nunca alcançarão um lugar nas Assembléias Legislativas e Câmara dos Deputados.

Além disso, como constatei em pesquisa realizada sobre a trajetória dos deputados estaduais brasileiros de oito (8) Assembléias Legislativas eleitos em 1998, pelo menos 35 % deles já ingressam na vida político eleitoral diretamente pelo Poder Legislativo estadual. Na Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP), 48 % dos parlamentares haviam sido eleitos sem terem tido qualquer mandato eleitoral municipal (MALUF:2000). E na Câmara dos Deputados, em levantamento que fiz para a 52ª legislatura (2003-2007), 38,6 % da bancada paulista e 50,0 % da bancada fluminense iniciaram suas trajetórias eleitorais já como deputados federais.

Há menos postos ainda para prefeito e governador se todos pretendessem uma vaga na chefia dos poderes executivos municipais e estaduais. Ademais, obter a legenda por um partido a fim de se candidatar para um cargo executivo tende a ser mais difícil por pelo menos dois fatores; 1) o que é mais escasso na vida econômica e política tende a ser mais valorizado. Neste caso, à escassez agregam-se as atribuições constitucionais do cargo, pois em uma abordagem individual da questão é fato incontroverso que o chefe do Poder Executivo tem mais poder do que cada parlamentar individualmente⁴; e, 2) a exigência para a indicação é maior, seja no que se refere aos interesses entre os vários agentes, como também aos compromissos, recursos materiais a serem obtidos para a campanha e, igualmente, ao nível de popularidade exigido. Por sua vez, a popularidade obriga que se recorra mais aos meios de comunicação a fim de se alcançar larga audiência, o que passa pela cobertura jornalística realizada de forma independente dos interesses do candidato, como a que é paga por sua campanha e atende às suas demandas (rádio, televisão, imprensa escrita, internet).

⁴ - Esta assimetria deixará de existir apenas em situações excepcionais. Por exemplo: quando determinado vereador obtém a relatoria de matéria de interesse do Poder Executivo em alguma comissão estratégica, como a de Constituição e Justiça (CCJ). Se o vereador der parecer contrário, ou oferecer substitutivo à matéria, e sua orientação for acolhida pelos demais membros da comissão, tal procedimento retardará em demasia a tramitação do projeto.

As seis eleições legislativas locais em 22 anos ocorreram sob diversificados ambientes institucionais, tais como alterações efetuadas na organização da Justiça Eleitoral (revisão de eleitorado, introdução do voto eletrônico), das regras eleitorais e partidárias (como número de candidaturas possíveis pelos partidos, coligações, candidaturas natas de parlamentares etc), legalização de partidos (beneficiando aos comunistas), eleição para prefeitos, elaboração das regras fundamentais do País, dos Estados e dos municípios (Constituição Federal e Lei Orgânica respectivamente), cassação de registros da campanha de partidos políticos (PFL), entre outros.

A despeito das variações institucionais ocorridas no transcurso dos anos aqui em análise, houve pelo menos um fator constante de ordem muito significativa para a decisão na carreira política do vereador, qual seja, a faculdade legal dos parlamentares no Brasil concorrerem à reeleição quantas vezes desejarem em todos os níveis de governo, ao contrário dos cargos destinados ao Poder Executivo, também em seus três níveis, para os quais o titular tem direito a apenas uma (1) reeleição, sendo vedado ao mesmo cargo por um (1) mandato inteiro antes de tentar retornar⁵.

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) é a maior do Brasil, tendo na atualidade 55 vereadores e se constitui em um espaço considerável para a atuação política na maior metrópole do País, exercendo centralidade variável no processo decisório a depender das correlações de força em seu interior e a relação com o Poder Executivo⁶. Ademais, a Municipalidade tem expressiva arrecadação de receitas próprias, razoável capacidade de investimento, quantidade elevada de servidores e dispõe de muitos cargos de livre nomeação⁷. Assim, considera-se que o sistema político local desta metrópole justifica a realização de estudo próprio, uma vez que as condições sócio-econômicas da cidade poderiam oferecer perspectivas diferenciadas para as carreiras parlamentares, não encontráveis na quase totalidade dos outros municípios brasileiros. Mais do que isso, com a quantidade de eleições já realizadas nestas duas

⁵ - Entretanto, dois (2) anos depois terá possibilidade de se candidatar nas eleições destinadas ao preenchimento de outros cargos, fato este que minimiza o eventual prejuízo na carreira política caso a proibição fosse para qualquer cargo.

⁶ - Para uma análise da centralidade da câmara e suas variações em dois momentos importantes nas relações entre os poderes executivo e legislativo em São Paulo ocorridos nas 10ª e 11ª legislaturas, ver Eliana M. Pralon e Gabriela Nunes Ferreira, *Centralidade da Câmara Municipal de São Paulo no Processo Decisório* In *Processo de Governo no Município e no Estado. Uma análise a partir de São Paulo* (organizado por Régis de Castro Andrade).

⁷ - Para informações precisas sobre indicadores político-administrativos de São Paulo e de outros municípios aqui estudados, vide tabelas nos anexos.

décadas é mais acertado levá-las em consideração do que atribuir padrões de comportamento a características que poderiam ser particularidades de outro período.

Assim, a presente investigação procura responder se a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) é uma opção preferencial dos seus vereadores tendo em conta todas eleições realizadas de 1982 a 2004, ou se ela designa tão somente lugar no qual se exerce o mandato por exclusão de alternativas viáveis para outros mandatos eletivos, ou ainda aguardando a oportunidade para vir a conseguí-los mais tarde. A resposta poderá contribuir para a compreensão, entre outras coisas, sobre a capacidade de recrutamento do sistema político local, da retenção de suas lideranças e de seu impacto no sistema político nacional. Para responder à questão, não se recorre aqui ao que os vereadores declaram quanto ao que pretendem fazer, mas o que efetivamente fizeram, ou seja, as suas escolhas.

Como questão associada à primeira, pretende-se responder em que medida os partidos políticos determinaram as opções realizadas dos vereadores, ou tão somente as ratificaram.

A principal hipótese aqui formulada é a de que o vereador paulistano está potencialmente de passagem para outro cargo, e permanece na CMSP basicamente por falta de condições para progredir. Desse modo, tal vereador se desdobra em dois perfis, os quais se dividem em quatro (4) tipos explicitados no capítulo I.

- 1) O vereador que a utiliza como lugar de passagem para sua carreira, embora necessário, a fim de alcançar objetivo maior.
- 2) Aquele que permanece na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

No segundo caso, o vereador a escolhe, mesmo que nem sempre tenha a oportunidade de controlar os cargos máximos de direção (presidência da câmara e secretaria da mesa diretora). O vereador *permanente* alimenta a idéia de que este mandato é uma *especialização*.

A diferença entre os dois perfis parlamentares guarda pouca relação com os partidos políticos pelos quais foram eleitos, e muito mais pela forma como atuam junto ao eleitorado da cidade. Conseqüentemente, a distribuição territorial de seus votos

também é distinta. Os vereadores *especializados* tendem a concentrar votos em poucas zonas eleitorais, enquanto os que a procuram como lugar de *passagem* revelam votação mais dispersa e razoavelmente equilibrada para o seu desempenho.

Diante do que foi até agora exposto, essa tese, que está quase integralmente estruturada na população integral em lugar de amostras, apresenta as seguintes variáveis de observação:

- Resultado das eleições referentes às seis legislaturas aqui examinadas (da 9^a a 14^a), as quais compreendem os anos de 1982, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004, considerando todos seus titulares, suas votações e seus partidos políticos, além de todos candidatos das eleições de 2000 e 2004;
- Composição da CMSP, a partir dos titulares eleitos para formar as oito (8) primeiras legislaturas após o fim do Estado Novo (1948-1976), incluindo as que se deram sob o regime autoritário pós-64 (1^a a 8^a);
- Composição do órgão de direção (mesa diretora) e presidência das comissões permanentes da CMSP das seis legislaturas (9^a à 14^a⁸);
- Distribuição territorial dos votos dos vereadores de São Paulo nas seis eleições observadas no nível das zonas eleitorais;
- Resultado das eleições para as Câmaras Municipais do Rio de Janeiro (CMRJ), Guarulhos (CMG) e Caieiras (CMC) nos anos de 1982, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004⁹;
- Resultado das eleições estaduais/nacionais no estado de São Paulo dos anos de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002, levando-se em conta todos titulares, bem como suas votações e seus partidos políticos¹⁰;
- Desempenhos eleitorais de vereadores paulistanos com vários mandatos entre 1982 e 2004, e de vereadores paulistanos que tiveram no máximo três (3) mandatos;

⁸ - No caso da 14^a legislatura, apenas de 2005, que se trata do primeiro ano.

⁹ - A escolha de trabalhar com estes municípios é intencional por parte do pesquisador e obedece à sua preocupação de testar os achados da CMSP com câmaras de Magnitudes próximas à de São Paulo e ao mesmo tempo inseridas em conjunturas regionais distintas (CMRJ e CMG), como também a de operar com outra câmara, que disponha de uma das menores Magnitudes, com o propósito de saber se o Poder Legislativo paulistano tem realidades tão particulares.

¹⁰ - A escolha das eleições gerais segue a intenção do pesquisador manifestada na nota anterior, mas é acrescida de seu objetivo de incorporar os demais cargos que compõem uma carreira política.

- Relações de parentesco dos vereadores eleitos nas eleições já mencionadas com outros representantes populares, que os tenham precedido na vida pública, ou ingressado posteriormente.

Necessário destacar que a utilização de parte vital dessas variáveis, como a referente ao número de vereadores titulares de todas as legislaturas analisadas, só foi possível mediante um grande esforço deste pesquisador na coleta de dados, haja vista a precariedade do registro de informações tanto nos tribunais regionais eleitorais de São Paulo e do Rio de Janeiro, no TSE, nos diários oficiais, e nas CMSP e CMRJ¹¹. Não raras vezes os nomes de suplentes estavam misturados aos dos titulares, sem qualquer esclarecimento, além de estarem freqüentemente incompletos, ou trazendo apenas os apelidos pelos quais se registraram nas eleições e na vida parlamentar, situação esta que se alterava para as eleições e legislaturas seguintes, junto com alterações na própria grafia de seus nomes e números de inscrição nos TREs.

A organização do trabalho destaca em seu capítulo I os aspectos metodológicos envolvidos na pesquisa, bem como os principais estudos e pesquisas da área, uma vez que estes são largamente produzidos pela ciência política e ainda pela sociologia política. Ao destacá-los, procura-se discutir seu poder explicativo e seu grau de contribuição para a tese.

O capítulo II é dedicado às mudanças político-institucionais do período, que não foram poucas, e que são muitas vezes determinantes das escolhas feitas sobre as carreiras individuais, ou ao menos influenciá-las.

Por sua vez, o capítulo III aborda a renovação e permanência na CMSP oferecendo um conjunto de informações que permite compreender com boa dose de clareza a forma como este espaço de poder institucional se materializa em lugar para alguns poucos que nele permanecem e para muitos que por ele passam a caminho de outros níveis de poder, assim também como os que irão se transformar em dados para as taxas de mortalidade político-eleitoral.

¹¹ - O esforço no levantamento dos dados se estendeu à confecção das tabelas, as quais, em sua quase integralidade foram de minha responsabilidade.

O capítulo IV faz o aprofundamento do capítulo III, uma vez que versa sobre os partidos políticos na legislatura paulistana os quais se constituem em variáveis indispensáveis para se elucidar a própria renovação e permanência dos vereadores paulistanos. Ao tomar os partidos como unidade de análise, observa-se o fenômeno da migração partidária¹², para maior consistência na análise sobre as decisões da carreira política dos vereadores.

O capítulo V, por sua vez, dará destaque aos resultados da trajetória dos vereadores eleitos em 1982 para formarem a 9ª legislatura (1983-1988), legislatura esta que se constitui no ponto de partida da presente pesquisa. Desse modo, faz-se o rastreamento dos titulares, procedimento este que passa pela comparação com as legislaturas posteriores e, ainda, com os cargos eletivos ou não eletivos deste e de outros níveis de poder. No mesmo capítulo, os partidos políticos pelos quais estes vereadores se elegeram nas seis legislaturas examinadas serão cotejados aos parlamentares individualmente a fim de se compreender melhor os processos de migração partidária, que são tratados no capítulo III para o conjunto das legislaturas. Finalmente, o capítulo particulariza três (3) vereadores por preencherem condições especiais; dois (2) dos quais exerceram mandatos no período anterior a 82 (48-76) e também no que se inaugura a partir de então, e um (1) se constituindo no mais antigo do período 1983-2005.

O capítulo VI, por seu turno, trata da progressão individual de todos vereadores que passaram pela CMSP nas seis legislaturas na condição de titulares, trabalhando-se com o grupo dos que buscaram outros mandatos populares, outros cargos públicos não eletivos e os que só procuraram a reeleição. Sua razão de ser está em promover um contraponto ao capítulo V, permitindo compreender a carreira política dos vereadores paulistanos sem o risco desta ser distorcida pelo efeito de uma legislatura apenas, a qual pode ser influenciada em demasia por conjuntura política e social específica. No capítulo VI serão examinadas dimensões que não foram tratadas nos capítulos anteriores, ou o foram de forma breve, tais como as relações de parentesco entre vereadores e outros representantes populares ou pessoas públicas, além das eleições para a Mesa Diretora, órgão máximo de direção da instituição, e a presidência das comissões permanentes.

¹² - A migração entre os partidos é aqui tratada simplesmente como a(s) outra(s) legenda(s) pela(s) qual(is) o vereador se candidatou nas eleições posteriores à formação da 9ª legislatura.

O capítulo VII aborda a distribuição territorial dos votos de três tipos de vereadores da CMSP (permanentes, quase permanentes e de passagem), em nível das zonas eleitorais do município, com o propósito de examinar e discutir as características desta votação e, assim, procurar conhecer se há o predomínio da concentração ou da dispersão dos votos e responder se há um ou mais padrões que estejam associados a vereadores com vida exclusiva na câmara municipal, ou que disputam e se elegem para outros cargos eletivos. Ademais, o capítulo focaliza 19 vereadores distribuídos pelos três tipos e analisa a distribuição individual de cinco deles dentre os mais antigos do tipo permanente, levando em conta seu desempenho ao longo das suas disputas eleitorais de forma a se aprofundar em certos aspectos que talvez não fossem bem compreendidos apenas com a informação sistematizada para o grupo.

Finalmente, o capítulo VIII traz as considerações finais, dentro das quais procede-se a um resumo dos principais eventos descritos e analisados pelo autor nos capítulos precedentes, bem como se desenvolve reflexão sobre as condições da carreira política na câmara e no sistema político brasileiro à luz do debate travado por parte da bibliografia citada ao longo da tese.

CAPITULO I

ASPECTOS METODOLÓGICOS, CONCEITUAIS E TEÓRICOS

Em geral, grande parte da literatura de referência sobre carreiras políticas em regimes democráticos é feita indiretamente por investigadores trabalhando nos EUA, os quais têm por objeto a Câmara de Representantes e em menor medida o Senado e suas legislaturas estaduais. Associam a tais estudos os partidos políticos em nível congressional, que são as organizações legítimas para atuar em seu interior. Com o passar dos anos e com a redemocratização de muitos países da América Latina, os referidos estudos passaram a ser feitos tanto por pesquisadores norte-americanos ou filiados aos seus centros de pesquisas, quanto por nacionais em centros de seus próprios países.

No Brasil contemporâneo, a ciência política já conta com muitos estudos nesta área feitos tanto por nacionais (GUIMARÃES:2000; RODRIGUES:1987; RODRIGUES:2002) quanto por pesquisadores estrangeiros (SAMUELS:2003). Entretanto, tais estudos, como nos EUA, muitas vezes trazem afirmações sobre o Poder Legislativo, quando na realidade tratam da Câmara dos Deputados, ou das Assembléias Legislativas que foram estudadas durante breve período e relegadas a um segundo plano (ANDRADE:1998; COSTA&OLIVEIRA:1998; SANTOS:2001), e praticamente se esquecendo das Câmaras Municipais¹³ (MALUF:1993; ANDRADE:1998; PRALON&FERREIRA:1998; COUTO:1998). Não é difícil de entender por inteiro tal quadro, pois o plano nacional determina ou influencia as instituições subnacionais por se tratar do poder central ou de união. Conseqüentemente é muito mais almejado por quem se propõe a fazer carreira política, e, também, o que mais se presta à idéia de que é o espaço adequado para o desenvolvimento de uma profissão.

Contudo, o reconhecimento da situação descrita não pode ser aceito quando a explicação formulada para a esfera nacional vem transmitida automaticamente para explicar o funcionamento dessas outras, ou mesmo usada como um modelo para o qual não há necessidade de reparos e adaptações, ainda que se entenda que as outras já estariam contempladas na primeira (o Poder Legislativo nacional), pois a carreira

¹³ - Há um estudo pioneiro sobre a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), a partir de uma abordagem comportamental, que cobre o período anterior à redemocratização do Brasil, especificamente a legislatura formada a partir da eleição de 20 de outubro de 1963. (SILVEIRA:1967)

encontraria naquelas instâncias e cargos (municipais, estaduais) suas etapas primeiras. Ou seja, ao se conhecer aqueles políticos que chegaram no topo, os dados de como lá chegaram seriam coletados de forma a esclarecer tais indagações. Entretanto, não é preciso muita especulação para que se depare com pelo menos duas evidências; a de que centenas de políticos não chegaram ao alto da carreira e não se encontram, assim, entre os estudados, e/ou, talvez, dentre aqueles que não chegaram, podem ser muitos os que não as definiram como metas a serem alcançadas (SAMUELS:2003).

Além deste problema de método, que não deixa de acarretar questões de natureza conceitual e teórica, a literatura que investiga a carreira política parlamentar opera majoritariamente sob a ótica de que o político é um agente racional e tal compreensão da racionalidade passa pela separação entre meios e fins, a qual busca a maximização do retorno esperado. Recorrendo a DOWNS (1999), quando se fala em comportamento racional fica subentendido que se está dirigindo “principalmente a fins egoístas”. Ou seja, sua escolha em procurar a reeleição ou partir para outro mandato, ou mesmo desistir de concorrer é determinada pela relação entre custos e benefícios pessoais na qual estão ausentes a priori questões programáticas ou éticas. Se os custos forem mais altos que os benefícios ele se retirará da disputa, ou buscará a reeleição caso esteja considerando a possibilidade de concorrer para outro mandato, ou, ainda, outro cargo eleitoral.

DOWNS não rejeita a tese de que a racionalidade seja algo muito mais complexo, mas entende que a coerência do modelo da motivação da ação política exige determinada especificidade, que impede de se aceitar como racional, no exemplo por ele citado, que determinado indivíduo vote no partido A para agradar sua mulher, pois para ele é mais importante evitar um desentendimento doméstico do que a vitória do seu candidato de preferência.

Apesar de concordar em linhas gerais com esta interpretação, parte da literatura posterior a DOWNS procura mostrar que as decisões relativas à carreira política e parlamentar estão ligadas à ambição¹⁴, que se trata primeiramente de um sentimento humano, e não à sua razão. O conflito entre o uso da razão e a ambição é aparentemente

¹⁴ - A primeira crítica a ambição política encarada de forma somente horizontal, isto é, como a simples busca da reeleição, leva a elaboração de vários tipos de ambição (SCHLESINGER:1991)

superado nesta abordagem na medida em que se considera que a segunda pode se constituir no impulso vital para a ação política, como para as demais atividades humanas em geral, mas a razão tem o condão de subordiná-la e refreá-la de forma a evitar que a ambição assuma uma dimensão que tolde a capacidade do ator alcançar seus objetivos e interesses, ou de que seja capaz de recuar se não os conseguir.

Em outras palavras, um eventual revolucionário disputando eleições por um partido de esquerda, ainda que não creia na democracia como um regime a ser defendido por qualidades intrínsecas, faz da revolução socialista seu motivo principal para a ação política, mas na medida em que toma parte na contenda eleitoral precisa vencê-la (ou pelo menos obter o espaço necessário para conseguir algum retorno que permita acumular força para suas teses). E vencendo-a precisa assegurar sua reeleição ou sua viabilidade político-eleitoral para outro cargo a fim de continuar propagando suas idéias em condições mais vantajosas, dispondo, por exemplo, de uma audiência ampliada para ouvi-las¹⁵. Na ótica deste político, além do espaço para propagar idéias, o mandato lhe asseguraria alguns recursos para fazer acordos e alianças e, assim, acumular força para seu partido. Para DOWNS, tais procedimentos revelariam que o sujeito apresenta interesses perfeitamente discerníveis, os quais permitem inseri-lo no seu modelo econômico da democracia.

Trabalhos teóricos definiram diferentes escolhas a serem feitas pelos políticos, uma vez que a carreira política é entendida como estruturada em etapas a serem superadas, pois esta não se limita à obtenção de um mandato parlamentar em nível nacional ainda que este seja a instância do poder institucional usualmente observada. Assim sendo, para caracterizar a opção parlamentar, chama-se de *ambição regressiva*, ao político que se candidata para cargos subnacionais (estaduais e municipais) (LEONI&PEREIRA&RENNÓ:2003), deixando seu mandato em nível nacional; de *ambição estática* àquele(a) que busca à reeleição em nível federal, e de *ambição progressiva* ao que busca mandato mais alto (LEVINE&HYDE:1977;SAMUELS:2003)¹⁶.

¹⁵ - Isto só deixará de acontecer caso a revolução que defende ocorrer no lapso de tempo em que se encontra no exercício do mandato, ou no caso de quebra do regime democrático, provocada por força política inimiga à qual se filia.

¹⁶ - Por cargo mais alto ao de deputado federal costuma se definir o de senador da República, governador e vice-governador (LEONI&PEREIRA&RENNÓ:2003). Este autor discorda que vice-governador seja encarado sem ressalvas como progressão na carreira, e reafirma o que está desenvolvido no corpo do texto da pesquisa, de que a

Tais estudos, em sua quase totalidade, se valem da teoria da escolha racional e de modelos econométricos a fim de testar suas hipóteses ou mesmo prever a sequência de decisões futuras. A origem desta abordagem se encontra na própria teoria econômica da racionalidade (DIERMEIR&MICHAEL&MERLO:2004;BOURDOKAN:2005).

Voltando a DOWNS e ao seu estudo que se tornou um marco nesta área, *An Economic Theory of Democracy* (1957), ele elabora um modelo econômico para explicar o comportamento dos políticos e dos eleitores, destacando que o objetivo dos políticos, dos parlamentares em particular, é sua reeleição. Apesar de sua decisiva contribuição para a elucidação de muitas variáveis e fatores influenciando tais processos, há uma crítica bem formulada a tal interpretação (DIERMEIR; DEANE & MERLO:2004), argumentando e procurando demonstrar que a reeleição é apenas um objetivo intermediário, ainda que importante, para se alcançar pelo menos outros três objetivos agregados e/ou isolados; aumento da renda pessoal; infra-estrutura de trabalho; e possibilidade de implementação de políticas. Portanto, refutando DOWNS parcialmente, tais autores mostram que os políticos têm interesse em se eleger visando sempre materializar interesses maiores.

Para além dos estudos que buscam os nexos causais dentro das próprias instituições políticas, encontram-se também os que são mais voltados para a sociologia política e procuram compreender a composição do Poder Legislativo e a carreira de seus membros a partir da relação das condições político-sociais e econômicas nas quais ocorrem as candidaturas dos parlamentares. A ciência política no Brasil apresenta trabalhos significativos neste campo, os quais revelam a razoável clareza em que se processa a distribuição dos parlamentares e as afinidades político-ideológicas com os partidos aos quais se filiam, apesar da fragmentação político-partidária aqui existente (GUIMARÃES:2000; RODRIGUES:1987 e RODRIGUES:2002).

A presente pesquisa não rejeita quaisquer das duas linhas gerais de interpretação, nem a da racionalidade em suas diferentes variantes e nem a sociológica. Entende, todavia, que independentemente do que se deseje responder, tomar qualquer destas

ambição é definida em decorrência de objetivos que se redefinem e, ainda, podem variar em consequência da região do País e do município.

como explicação definitiva é um método reducionista, devido à pelo menos dois argumentos. Primeiro, por ser muito estreito recorrer apenas à explicação da racionalidade individual dos agentes, uma vez que a racionalidade não pode ser resumida ao interesse egoísta, como se valores e questões normativas não contassem nas decisões dos atores, ou seja, como se não se interpusessem na escolha dos meios para se atingir os fins propostos (SEN:2002). Além disso, há que se levar em conta as instituições públicas como fatores de condicionamento das ações dos políticos.

Como segundo argumento, países como EUA e Brasil são federativos, muito grandes territorialmente, apresentam elevada densidade demográfica em vários centros regionais, e contam com muitos governos estaduais e locais. Tais fatos tornam difícil de sustentar a tese que os políticos orientem suas carreiras quase sempre para o plano federal (*ambição progressiva*), aceitando-se o argumento preliminar de que eles são agentes racionais. Faz-se o reparo porque o afunilamento é muito significativo entre a quantidade disponível de cargos de prefeito e vereador, deputados estaduais e de governador e os existentes no nível federal. Tal funil se torna um real impedimento para a maioria dos políticos e, assim, seria tão racional orientar sua carreira para o plano municipal e estadual quanto projetá-la para o plano federal a depender de onde se dá o ponto de partida da vida política (de um município como São Paulo, com 7,7 milhões de eleitores e magnitude 55 na Câmara Municipal, ou de Borá, com 834 eleitores inscritos e magnitude 9 na câmara, em 2004).

Ademais, nem os atores coletivos e institucionais, como os partidos políticos e o Estado, podem ser satisfatoriamente reduzidos a um indivíduo. Retornando, portanto, ao argumento do parágrafo anterior, mesmo aceitando-se tal abordagem na íntegra, sem qualquer reparo, não parece ser factível chamar de irracional um comportamento político que não estabeleça para si a hierarquia de que os mandatos federais (presidente da República, vice-presidente da República, senador da República, suplente de senador, e deputado federal pela ordem) têm ascendência sobre os estaduais (governador, vice-governador, e deputado estadual pela ordem), os quais preterem os municipais (prefeito, vice-prefeito, vereador), em particular os de vereador¹⁷. A despeito desta constatação,

¹⁷ - Os vice-chefes de governo e os suplentes de senador não costumam ser incluídos nos estudos que hierarquizam a carreira política. Contudo, entendo que suas inclusões fazem sentido uma vez que tais funções existem apenas e tão somente para atender ao processo eleitoral para o cargo principal, o qual é preenchido pelo sufrágio popular. Todavia,

faz-se o reparo de que nos municípios pequenos alcançar o cargo de prefeito pode ser mais viável para um político com algum nível de habilidade pessoal do que o mandato de deputado estadual, situação que se equilibra, ou quase se inverte no caso dos grandes municípios nos quais o cargo de chefe de governo municipal “seja elevado demais para suas pretensões”. (MIGUEL:2003).

Por outro lado, recorrer exclusivamente aos aspectos sociológicos da carreira parlamentar revela-se um recurso insuficiente se o objetivo maior é o de explicar as escolhas feitas pelos atores ao longo do tempo e as alterações que se verificam na suas trajetórias, pois ao longo da vida política há um sem número de questões institucionais, especialmente as que se referem às leis eleitorais e dos partidos políticos, que interferem nas decisões e padronizam ações de atores que têm origens e trajetórias sociais diversas. A definição de carreira profissional para as profissões de nível superior de ensino no século XX tinha por pressuposto a idéia de que o indivíduo a abraçava de forma definitiva ou quase definitiva (independentemente de sua inserção na estrutura ocupacional), interpretação esta que veio mudando rapidamente nos países nos quais o sistema de livre mercado tem presença importante (DUTRA:1996).

Diante das observações feitas, esta pesquisa parte dos seguintes pressupostos:

- 1) O mandato de vereador é, de forma genérica, o mais baixo na ordem de relevância política dos cargos eleitorais existentes, porque suas competências são mais simples;
- 2) Ainda que o mais baixo quanto ao reconhecimento político, o mandato de vereador nem sempre é assim colocado em diversas situações;
- 3) A hierarquia sofre alterações a depender da região do País, devido ao seu grau de desenvolvimento econômico e importância política na federação;
- 4) Tais alterações mostram que municípios de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro – incluindo em menor medida algumas outras capitais e grandes cidades do interior e litoral – são casos singulares na carreira política, pois fornecem condições institucionais e extra-institucionais para se constituírem em incentivos suficientes para manter parte significativa de seus membros neste próprio nível de governo, ou mesmo de aumentar as condições de passagem para os níveis acima, o que não se verifica na quase totalidade dos municípios brasileiros, nos quais seus integrantes são retidos por falta de opções.

Em termos gerais, o mandato de vereador paulistano ou carioca fica à frente, talvez, do de vice-prefeito pelo fato deste último se tratar de uma função de expectativa que carece de qualquer responsabilidade governamental, à exceção de quando o chefe do governo lhe atribui alguma (fato raro), como sua nomeação para a titularidade de

reiterando o que já se afirmou atrás, não concordo que o vice-chefe de governo seja tido como uma função de maior ambição na carreira política.

uma secretaria. Fica à frente, também, de alguns cargos de primeiro escalão de governo que por vezes são preenchidos por políticos sem mandato e outras com, a depender dos recursos de poder que seus órgãos dispõem. Em termos específicos, o primeiro ponto é confrontado pela hipótese de que os legislativos locais de jurisdições metropolitanas podem ser procurados mais que os legislativos estaduais e a função de vice-prefeito. Ademais, a chamada *ambição progressiva* serve de designação para determinado tipo de parlamentar, mas não pode ser generalizada.

O outro ponto afirma o postulado que para se considerar a racionalidade como parte constitutiva da ambição parlamentar tal hierarquia será variável segundo a realidade de cada região na qual tem início uma carreira política, concomitantemente a possibilidade de que esta carreira seja recalculada no decorrer do tempo. Integrando-se a este princípio, considera-se que os cargos públicos não diretamente eletivos, mas destes dependentes, tomam parte nesta hierarquia com força variável em cada região, colocando-se, muitas vezes, como metas mais importantes a serem atingidas.

Se uma parte do retorno esperado pelos agentes políticos é o prestígio social obtido no próprio exercício do mandato associado ao poder político e a certas vantagens do cargo, o grau de visibilidade é muito importante para que isto ocorra. Pode-se especular que um vereador da cidade de São Paulo o tenha potencialmente bem mais do que um deputado estadual à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), conquanto a visibilidade seja formada, também, pelo capital político do parlamentar, ou seja, alguns políticos são formadores de opinião, pois tem ideais claras sobre os assuntos que valorizam e as expressam bem por escrito e oralmente conjuntamente à boa aceitação junto aos meios de comunicação. Outros, além disso, já eram conhecidos antes de sua primeira eleição por algum trabalho em órgãos de comunicação (apresentador de programas televisivos ou radiofônicos) etc.

A visibilidade é aqui entendida como a exposição do parlamentar à mídia e ao eleitor em razão do mandato que o mesmo está investido, do seu modo de atuação, mas também da cobertura jornalística e dos demais meios de comunicação à sua atividade. Em certa medida, independentemente de qual venha a ser o seu município, o vereador carrega maior potencial de visibilidade junto ao eleitor, porque a razão vereador/eleitor é menor que a estabelecida pelas de deputados estadual e federal (*veja tabela 2 nas*

páginas seguintes). Todavia, em um município como São Paulo a visibilidade física se perde para o eleitor em termos gerais, em decorrência do tamanho do seu eleitorado e de sua diversidade sócio-econômica e cultural, mas pode ser reforçada especificamente em consequência da que é proporcionada pela mídia.

Necessário ressaltar que a legislação eleitoral brasileira define o município como sendo uma única jurisdição e a fórmula proporcional para apurar os resultados (Método D'Hont). Isto significa que nenhum candidato disputa uma cadeira específica como ocorre predominantemente em sistemas distritais. Devido a estas duas condições, os vereadores são representantes do eleitorado de todo o município uma vez que podem obter votos em qualquer ponto do território¹⁸.

Ademais, a lista partidária é nominal e aberta, ou seja, o eleitor pode votar no nome do parlamentar que desejar sem ser obrigado a votar na sigla. Isto favorece a individualização da disputa eleitoral intra-partidária, fazendo com que candidatos de uma mesma legenda disputem eleitores de uma mesma localidade ou segmento social embora o tamanho da jurisdição como um todo seja sempre considerável, uma vez que os candidatos não sabem de antemão as reais oportunidades de cada um podendo projetá-las vagamente¹⁹.

Por vezes, acordos internos entre os candidatos são feitos a fim de repartir áreas e segmentos eleitorais para não haver sobreposição, porém, operam sob um equilíbrio frágil uma vez que não há qualquer regra explícita de que assim devam proceder. Esta realidade implica, não raras vezes, que um vereador tenha uma votação territorialmente concentrada em poucos lugares (zonas ou seções eleitorais a depender do tamanho que se deseje investigar), ou dispersa pelo município, embora a distribuição espacial dos votos seja, também, o efeito de outros fatores, os quais são examinados no capítulo VII.

Outro fator institucional relevante na carreira política é a não coincidência das eleições municipais com as estaduais e nacionais. O espaço temporal entre ambas é de

¹⁸ - O sistema eleitoral proporcional adotado no Brasil e em outros países foi bastante estudado. Para ler alguns trabalhos importantes sobre a matéria ver *Legislação Eleitoral e Padrões de Competição Político-Partidária* (DIAS:1991); *O Sistema Eleitoral Brasileiro: a Questão da Proporcionalidade da Representação Política e seus Determinantes* (NICOLAU:1991); e *O Sistema Proporcional no Brasil: Lições de Vida* (LIMA JR.&SANTOS:1991).

¹⁹ - A legislação partidária e eleitoral, bem como as práticas dos agentes políticos em face dos partidos políticos e das regras eleitorais, são tratadas pela ciência política no Brasil e serão levadas em conta nos capítulos II e IV.

dois anos e apenas na eleição de 1982 houve simultaneidade entre as duas, pois esta data foi fixada previamente quando da edição da Emenda Constitucional n. 14 de setembro de 1980, de iniciativa do então regime militar como parte do processo de redemocratização do País, resultando em um mandato atípico de seis anos para os vereadores (1983-1988)²⁰. Neste ínterim, 1985, houve a eleição direta para prefeito e vice-prefeito das capitais, que era uma exigência da oposição e fazia parte de seu programa de ação, mas a sua convocação ainda não estava fixada em 1982. As eleições para prefeito das capitais e áreas de segurança nacional não ocorriam desde a primeira metade da década de 1960.

De 1982 a 2004, ocorreram sete (7) eleições estaduais/nacionais (1982, 1986, 1989, 1990, 1994, 1998 e 2002), para os cargos de deputados estaduais, federais, suplentes de senadores, senadores, vice-governadores, governadores, vice-presidente e presidente da República (os dois últimos a partir de 1989).

Tabela 2
Eleitorado, Magnitude e Razão Parlamentar por Eleitor
Vereadores na CMSP, Deputados estaduais a ALESP e a Bancada Federal de SP
(1982-2004)

Eleição	Eleitorado da Jurisdição*	M	1 Vereador/Eleitor	M	1 DepEst- Fed/Eleitor
1982	4.582.171	33	138.854	84	
1982	13.144.018			84	156.476
1986	16.010.572			84	196.554
1988	5.528.404	53	104.310		
1990	18.727.014			84	222.941
1992	6.149.253	55	111.805		
1994	20.853.796			94	221.849
1996	6.765.407	55	123.007		
1998	23.321.034			94	248.096
2000	7.134.821	55	129.724		
2002	25.655.553			94	272.931
2004	7.771.503	55	141.300		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. M – Magnitude.
Do município de São Paulo no caso da eleição de vereador e do Estado de São Paulo para as eleições para a
Assembleia e Câmara dos Deputados.
Desconsideraram-se intencionalmente os dados relativos às eleições presidenciais de 1989.

Em decorrência da não coincidência de datas, o vereador pode concorrer a outros cargos políticos sem risco de perder seu mandato e sem ter de se licenciar, o que significa a manutenção do gabinete, pessoal e vencimentos. Desse modo, participar da

²⁰ - Os membros da legislatura anterior também tiveram seus mandatos em seis anos, como se trata adiante, mas com a particularidade de que a decisão foi tomada pelo regime militar no transcurso de seus mandatos, colhendo de

eleição no meio do mandato serve de teste para ele(a) pleitear no futuro a eleição para um cargo estadual/nacional, ou no cenário mais pessimista, se manter competitivo para a sua campanha a reeleição. Até a eleição estadual/nacional de 1986 havia nestes níveis de cinco (5) a seis (6) mandatos populares para serem disputados nas urnas (uma vez que a alternância do Senado Federal é de um terço e dois terços a cada quatro anos para um mandato de oito anos) (*ver gráfico 1 nas páginas seguintes com as decisões tomadas pelos vereadores ao longo dos anos*).

Paradoxalmente, o único cargo que não pode concorrer sem perder o mandato é o de prefeito. A simultaneidade da eleição de vereador e prefeito²¹ pode explicar o fato de que ao longo de seis eleições diretas do período aqui estudado apenas seis (6) candidatos (10,5 %) de um total de 57 ao cargo de chefe do Poder Executivo foram disputados por quem foi vereador em algum momento de suas carreiras, sendo que dois (2) deles concorreram nas legislaturas anteriores as aqui estudadas (*ver tabela nos anexos*).

A partir da eleição direta de presidente e vice-presidente da República realizada em 1989 o número total de mandatos sobe de nove (9) para onze (11) respectivamente, oito (8) dos quais não municipais. Como as eleições estaduais/nacionais ocorrem conjuntamente, o vereador só pode fazer uma (1) opção em relação aos oito (8) cargos disponíveis (se candidatar a deputado estadual, ou a federal etc.)²² (*vide quadro 1 a seguir*).

Aos cargos legislativos desta carreira, isto é, os de vereador, deputado estadual, federal, suplente de senador e senador, é preciso acrescentar os que se obtém no interior das casas legislativas, tais como a eleição para os órgãos de direção (mesa diretora),

surpresa aos agentes políticos.

²¹ - A primeira eleição de prefeito no período aqui compreendido, ocorrida em 1985, foi a única exceção, realizando-se isoladamente quando a CMSP ainda se encontrava na metade da 9ª legislatura. Talvez por isto dois vereadores se candidataram. Antonio Carlos Fernandes (PMC), que se elegera pelo PTB, disputou para prefeito e Luíza Erundina (PT), para vice na chapa do então deputado Eduardo Suplicy.

²² - Nem mesmo Jânio Quadros passou por todos mandatos, apesar dele ter iniciado sua carreira política como vereador, chegado à Presidência e terminado como prefeito, cargo que já havia exercido. Não foi senador da República. Para maiores informações sobre a carreira política de Quadros vide CHAIA (1991).

presidências das comissões permanentes e especiais (de inquérito, estudos e de representação), além das funções de líderes do governo e partidários²³.

Por último, há que se considerar como parte da carreira política do parlamentar a existência de cerca de três (3) cargos municipais não eletivos, mas importantes, que são os de secretário municipal (comum a muitos municípios), de dirigente de autarquia, e o de conselheiro do Tribunal de Contas do Município (TCM), instituição esta que existe somente em São Paulo e no Rio de Janeiro (*ver quadro 1 a seguir*). São cinco (5) conselheiros em cada um dos dois tribunais. Sua relevância para a carreira está no fato de que seu ocupante tem mandato contínuo até completar os 70 anos (*mais informações no capítulo III*), quando é aposentado automaticamente com aposentadoria assegurada.

Para se tornar conselheiro, o vereador precisa ser aprovado pela CMSP. Se o mandato de vereador for encarado tão somente com um rendimento pecuniário regular e seguro para quem deste está investido, há que se admitir que o mesmo apresenta riscos consideráveis, uma vez que a campanha implica em dívidas que nem sempre são fáceis de saldar, e ainda enfrenta-se o risco de não se conseguir a reeleição. Apesar da segurança envolvendo o exercício do cargo de conselheiro, este órgão poderia se constituir em contra-incentivo para alguns, porque sofreu críticas das forças políticas que governaram o município desde 1989, e, eventualmente das oposicionistas, na medida em que seus membros politizariam a análise das contas sob sua apreciação, emitindo pareceres contrários ou favoráveis de acordo com os interesses daqueles que os haviam nomeado.

Quadro 1
Cargos que Compõe uma Carreira Política no Brasil
Tendo ao centro os que são por eleição popular

CARGOS DE CONFIANÇA NO PODER EXECUTIVO E NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CARGOS ELEITOS PELO VOTOS POPULAR	CARGOS EM OUTROS ÓRGÃOS E PODERES
Ministro de Estado Dirigente de Empresa ou Autarquia Pública	Presidente da República Vice-presidente da República Senador da República Suplente de Senador Deputado Federal Governador de Estado Vice-governador	Ministro do STF, Ministro do TCU
Secretário Estadual		Conselheiro do TCE

²³ - As funções de líderes partidários e dos prefeitos, bem como os cargos de presidentes das comissões especiais (de estudo e de inquérito) não serão aqui investigadas por uma opção do pesquisador sobre o que lhe pareceu mais seguro em face dos dados obtidos e relevantes na estrutura continuada de poder da CMSP.

Secretário Municipal Dirigente de Empresa ou Autarquia	Deputado Estadual Prefeito Municipal* Vice-Prefeito* Vereador*	Conselheiro do TCM **
---	---	-----------------------

Observação: como a importância dos mandatos municipais é diferente nas metrópoles, a ordem de baixo para cima pode colocar o vereador na frente do vice-prefeito. ** Cargo existente apenas em São Paulo e Rio de Janeiro.

Sempre que o conflito entre CMSP e TCM se intensificou, a imprensa deu ampla cobertura e questionou a necessidade do órgão existir, levando seus integrantes a posições pouco confortáveis perante a opinião pública. Vereadores e candidatos a prefeito consideraram a possibilidade de extinção do tribunal, mas esta idéia nunca prosperou.

Antes da Constituição Federal de 1988, o cargo de conselheiro era designação de iniciativa exclusiva do prefeito, e após sua promulgação passou a ser, alternadamente, dividida com o próprio Poder Legislativo, ao qual sempre cabe a decisão final. Apesar da postulação a conselheiro não depender somente da decisão individual do parlamentar, trata-se de variável relevante porque exige uma discreta mobilização do interessado e após o mesmo ser indicado, altera-se a composição da câmara, fazendo com que o suplente imediato se torne titular²⁴.

Na carreira política, embora situados bem mais distante, podem ser arrolados ainda outros seis (6) cargos não eletivos nos âmbitos estadual e federal²⁵, embora alguns destes sejam incluídos como uma possibilidade desde que mandatos populares nos níveis mencionados sejam disputados, porém sem nenhum caso empiricamente encontrado (conselheiro do TCE, ministro do TCU, e, do STF).

²⁴ - Desde 1983, os cinco vereadores indicados conselheiros do TCM foram os seguintes: Eurípedes Sales (9ª Legislatura); Walter Abrahão (11ª Legislatura), Antonio Carlos Caruso (11ª), e Maurício Farias (13ª Legislatura). Edson Simões na 12ª era suplente, que se tornou titular no decorrer do mandato e foi indicado para uma vaga do conselho. No momento em que esta pesquisa era concluída, apenas um conselheiro não fez carreira parlamentar; Roberto Braguim.

²⁵ - Evidentemente, são vários os cargos no primeiro escalão do Poder Executivo por nível de governo, o que facilita em tese o aproveitamento do parlamentar. Porém, isto não altera sua contagem pessoal, pois ele só pode ocupar um (1) cargo, à exceção das raras situações em que o chefe do Poder Executivo nomeia o titular de uma pasta para acumular outra.

Gráfico 1
Cargos públicos com ou sem eleição disputados e/ou exercidos por Vereadores da CMSP eleitos a partir de 1982 até 2004

Como se afirmou na introdução desta pesquisa, a hipótese aqui desenvolvida identifica a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) como sendo uma instituição que gera incentivos diferenciados para os parlamentares, conquanto de forma mais intensa para os que se enquadram na perspectiva da *ambição progressiva*; revela-se suficiente para alguns, os quais pretendem se manter no legislativo quantos mandatos puder, e condição necessária para aqueles que a enxergam como o primeiro degrau de uma escada, que terá de se pisar caso queiram evoluir na carreira. Devido a esta pluralidade de possibilidades, entendeu-se necessário elaborar uma tipologia básica para a carreira do vereador, carreira esta que se apóia em tipos que terão maior ou menor presença na CMSP, como se constatará ao longo do trabalho:

Vereador Amador – É o vereador eleito para apenas um (1) mandato, que não permanece na Câmara Municipal após o término do mesmo e nem segue para qualquer outro cargo de eleição popular, nem para cargo público de confiança em primeiro escalão de governo. Não raramente busca a reeleição mais de uma vez, mas não logra êxito em nenhuma;

Vereador de Passagem – é aquele político que exerce o mandato disputando no máximo até duas (2) eleições para vereador, elegendo-se em seguida para outro cargo popular fora do município, ou obtendo cargo público por designação que o leva, igualmente, a renunciar ao mandato. Assim, este tipo é dos que exercem a vereança entre seis (6) anos -dois (2) mandatos e meio - e no máximo oito (8) anos (dois mandatos completos);

Vereador Quase Permanente – trata-se do parlamentar que se elege para três (3) ou no máximo (4) mandatos e depois é eleito para outro cargo de eleição popular. Isto significa que o ator que se enquadra em quatro mandatos não completos, terá deixado a vereança na metade do terceiro mandato, quando completar 14 anos, uma vez que terá sido eleito para outro cargo (estadual ou federal). A singularidade deste político é que o mesmo parece ter seu objetivo político-eleitoral menos elaborado previamente que os de passagem e permanentes;

Vereador Permanente – é o político que foi eleito para no mínimo quatro (4) mandatos na CMSP e o exerceu pelo menos por quatro (4) e meio (16 anos), não tendo sido eleito para qualquer outro cargo público eletivo, ainda que o tenha disputado, embora possa

ter ocupado cargo público de confiança no âmbito do próprio município, antes de ter sido eleito, ou quando no exercício de seu mandato, por meio da obtenção de licença do exercício do mandato parlamentar. O vereador permanente justifica esta definição devido ao longo tempo de permanência na CMSP, ao mesmo tempo em que à consolidação de sua força política e eleitoral no município.

Três dos quatro (4) tipos podem ser associados às diferentes ambições políticas que são definidas pela teoria da ambição progressiva, formando a seguinte relação.

TIPO	AMBIÇÃO
Amador	Sem Ambição
Permanente	Estática
Quase-Permanente	Progressiva, ou Regressiva
Passagem	Progressiva, ou Regressiva

Todavia, os incentivos diferenciados sobre os quais se tratou anteriormente estão conectados à pelo menos dois outros que influenciam a tomada de decisão eleitoral; o capital político e o partido político.

O capital político é o recurso de quem atua na política e apresenta diferentes aspectos. Pode ser construído ao longo da militância dentro do partido político, mas ser acumulado em arenas circunvizinhas à política, como em um sindicato ou órgão de representação de classe. Por vezes, este capital vem de fora da política, ou seja, é convertido a partir de outra atividade que lhe deu credibilidade, prestígio, como o já citado exemplo da mídia televisiva (MIGUEL:2003). Assim sendo, a CMSP se traduz em incentivo para alguém que dispõe de escasso capital político, esperando vir aumentá-lo ao obter vaga como vereador a fim de mais tarde fazer uma opção progressiva, ou mesmo extrair melhores possibilidades da decisão de reeleger-se. De qualquer forma, a permanência na CMSP ou a progressão passa pelo capital político do representante popular.

A filiação ao partido político integra o capital do político. Estar filiado ao partido A ou ao partido B pode explicar a escolha feita pelo parlamentar, conquanto a própria filiação a uma ou outra legenda seja, em si mesma, uma escolha a ser feita pelo político, a qual, nem sempre, leva em conta as possibilidades da carreira no médio

prazo. Ademais, a acessibilidade às legendas nem sempre é igual para todos os interessados. Enquanto em um limite extremo há os que perseguem os partidos políticos para obter uma legenda para disputar uma vaga, no outro se encontram os que são procurados pelos partidos para que se candidatem, em decorrência do prestígio que detêm.

De forma resumida, o que se descreveu ao longo do capítulo procurou chamar a atenção para as possibilidades e problemas apresentados na explicação da carreira política dos vereadores paulistanos, quando considerado como argumentação unicamente válida a que a enxerga sob a ótica da *ambição progressiva* e que esta se desloca *de baixo* para *cima*, isto é, do município (vereador, prefeito, secretário municipal, conselheiro do TCM) para os níveis estadual e federal (deputado estadual, vice-governador, governador, deputado federal, senador, vice-presidente e presidente da República). Isto porque os incentivos da política no Brasil são difusos, estruturados em hierarquia de valores políticos pouco fixa, segundo a qual os cargos eletivos federais e de governador estão no seu topo, mas não necessariamente. Em outras palavras, os incentivos são percebidos em função de situações que variam ao longo do tempo, podendo alterar os valores e metas dos próprios políticos, redimensionar suas ambições, e, conseqüentemente as suas metas. Tais situações variáveis no tempo podem ser o resultado da mobilidade social do parlamentar que é possibilitada, por vezes, por fatores extraídos e obtidos com a própria atividade política.

CAPÍTULO II

AS MUDANÇAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO PERÍODO 1977-2004

Nos regimes democráticos em particular, carreiras políticas em geral não podem ser compreendidas em sua plenitude sem consideração ao contexto institucional no qual os atores atuam, pois este se caracteriza como variável importante para as decisões tomadas pelos que já estão investidos de mandato eleitoral e, igualmente, por aqueles que ainda não os tem, mas desejam vir a tê-lo. É impossível que um grupo político alcance o poder pela via pacífica, sem que haja alta probabilidade de resistência violenta por parte de seus opositores, se não for por meio de regras que estabeleçam o modo pelo qual tal grupo alcançará o poder e, antes disso, a definição de quais são as competências e, portanto, os limites da autoridade da qual emanará esse poder, bem como a sua duração.

Em pouco mais de duas décadas o Brasil viveu significativas alterações no plano institucional, sendo boa parte destas no âmbito da Constituição Federal, da legislação infra-constitucional e de suas interpretações judiciais. Parte das alterações externas à elaboração e aprovação de leis no Congresso Nacional refere-se à criação de partidos políticos sem ligação estatutária com o período pré-64 e com o do bipartidarismo pós-64, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fato este que por si só representa um grande corte de gerações²⁶. Certas mudanças eram esperadas pelos protagonistas da redemocratização devido aos acordos estabelecidos (envolvendo membros do lado do regime militar e da oposição), mas também pelos analistas, ainda que não se pudesse dizer ao certo quando viriam ocorrer para aqueles que se elegeram em 1982, enquanto outras se deram na esteira de acontecimentos políticos e sociais. Mas a maioria das regras que viriam a regular a vida pública depois desta data encontrava-se em aberto, gerando um quadro de larga incerteza para o sistema político (*vide quadro 2 no final do capítulo*).

Importante abordar ainda o ambiente institucional que afetava os municípios naqueles anos em sua quase totalidade, e, conseqüentemente, suas câmaras de vereadores, o qual não era por estes produzido, uma vez que a legislação sobre questões

²⁶ - O PMDB não se enquadra no raciocínio acima, pois foi o principal sucessor do MDB, único partido de oposição do período bipartidário.

fundamentais era elaborada na esfera federal, e, em menor medida estadual, como continua a sê-lo, apesar da autonomia política obtida após a Constituição Federal (CF) de 1988. Há que se admitir ao menos dois diferentes incentivos para atrair atores individuais para a carreira política; vantagens (materiais e simbólicas) e poder de definir políticas públicas a serem executadas em determinada esfera de governo.

Note-se que algo tão importante como a definição da Magnitude, isto é, do número de cadeiras para as câmaras de vereadores decidia-se no plano federal no caso das capitais. A partir da nova CF, a Carta Magna fixou em seu artigo 29, inciso IV, três (3) faixas de representação calcadas no tamanho da população, mas outorgou-se às câmaras a competência para fixá-las atendendo a tais limites. Até o ano de 2004, as câmaras municipais, em grande número, aumentaram seu número de cadeiras, o que, teoricamente, aumentaria a oportunidade de gente nova ser eleita concorrendo pelos partidos menos fortes. Naquele ano, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu reduzir as vagas de várias câmaras, a partir do entendimento que as mesmas desobedeceram ao que estava previsto na CF. Todavia, tal medida não atingiu São Paulo, que já ocupa o limite máximo estabelecido de 55 vereadores.

O Direito de Eleger o Prefeito da Capital

Talvez o fato político-institucional mais importante tenha sido a eleição direta do prefeito das capitais. A recuperação deste direito, considerado símbolo maior da autonomia política municipal, ocorreu em 1985, quando estes pleitos se realizaram como consequência da iniciativa do governo federal da chamada Nova República que fez aprovar no Congresso Nacional emenda à antiga CF, assegurando seu cumprimento. Os vereadores eleitos em 1982 ainda desconheciam até 1984 quando a eleição para o executivo local viria ocorrer. Em outra determinação relevante, a CF de 88 introduziu regras de eleição em dois turnos para a chefia do Poder Executivo extensiva aos prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores (artigo 29, inciso II), a todos os pleitos nos quais o primeiro colocado não atinja a metade mais um dos votos válidos; determinação esta que passou a vigorar a partir de 1992. Desde então, as quatro (4) campanhas realizadas na capital só conheceram seus eleitos no segundo turno.

As regras que foram definidas e redefinidas nestes anos de redemocratização e consolidação do regime democrático estruturam diferentes questões, porém, as mais relevantes para o entendimento da carreira política são aquelas que estão voltadas para quem pode se considerar *incluído* ou *excluído* da participação política, o que aqui se traduz no direito de escolher o representante e no de vir a ser o próprio. Ou seja, tais regras definem a distribuição de poder entre os atores políticos; tanto para os que já dispõe de alguma parcela de autoridade formal quanto para aqueles que não a desfrutam.

No campo da inclusão ao sistema político, a Lei de Anistia (6.683/79) é uma das mais importantes para o ano inaugural do período aqui compreendido (1982-2004), pois assegurou que as lideranças e ativistas políticos que tiveram seus direitos políticos cassados a partir do regime militar inaugurado em 1964 estariam livres para retornar ao país (dentre as que se encontravam exiladas) e à vida pública.

Neste sentido, grandes e médias lideranças de abrangência nacional ou regional do período pré-64 voltaram a atuar no cenário político e a disputar espaços de poder em dois (2) diferentes níveis e ramos (Executivos e Legislativos, estaduais e municipais), além daquelas que estavam se forjando na luta contra o regime autoritário inaugurado a partir de 64. Com a inclusão delas ao sistema reduzia-se a assimetria entre o número de representantes que apoiaram o regime militar e os que lhe fizeram oposição. Desse modo, se a mudança de protagonistas foi bem grande a partir de 1982, não foi total (até em razão de terem se passado 18 anos desde 1964). Verifica-se a existência de uma linha de continuidade em meio aos atores individuais e de forma mais frágil em alguns partidos políticos, como foi o caso do PTB e do PDT, os quais se diziam herdeiros do legado político de Getúlio Vargas, que estaria materializado no antigo PTB²⁷.

As normas fixadas no decorrer destes anos vão desde as que se referem aos aspectos pessoais (idade, escolaridade etc.), até as que tocam diretamente na operação do processo eleitoral e da alocação de cadeiras, mas que em comum condicionam a configuração da representação popular. Além destas, há ainda as normas que regulam o processo de decisão parlamentar e da relação entre os poderes.

²⁷ - Sem ignorar que Vargas também foi tido como responsável pela criação do PSD (SOUZA:1990).

O conhecimento destas regras é um recurso de poder importante para aqueles que destas se apropriam, e costuma ser desigualmente distribuído entre os atores políticos, menos pela existência de mecanismo formal de acesso particular de alguns em detrimento de muitos (conquanto isto exista minimamente), mas porque as próprias condições sociais o influencia. Candidatos provenientes de setores de baixa renda e de nível de escolaridade, provavelmente terão maior dificuldade no conhecimento dos dispositivos já existentes no momento em que iniciam sua vida política do que aqueles que são provenientes dos segmentos de alta renda e alto nível de escolaridade.

Todavia, tal desigualdade no conhecimento pode ser compensada pela popularidade de alguns candidatos provenientes dos setores populares aliada às suas habilidades pessoais, que formam capital político importante para o sucesso desta carreira. De qualquer maneira, tal capital sofrerá oscilação a depender das regras em vigência e da constância ou mudança das mesmas.

Portanto, no decurso de 20 anos, regras formuladas em nível nacional e também no âmbito municipal foram alteradas em diferentes momentos e tiveram impactos com diferentes conseqüências para a carreira dos vereadores devido ao grau de incerteza que acarretam para as decisões tomadas.

As leis nacionais são fundamentais e se referem à legislação partidária e eleitoral. No âmbito destas duas legislações, produziram-se mudanças em diferentes anos a partir do final da década de 70 e, principalmente, durante as três décadas seguintes. Entre as alterações, destacam-se as que se referem às condições de organização e registro de partidos políticos, de prazos mínimos para troca de legenda partidária, de domicílio eleitoral, na liberdade de diferentes ideologias políticas (partidos comunistas), na propaganda eleitoral gratuita (tempo de rádio e televisão e conteúdo da programação), e na introdução do voto e urna eletrônicos. Estas últimas asseguraram mais lisura ao pleito e ainda propiciaram redução no percentual de votos nulos e brancos e o aumento nas taxas de representatividade²⁸ (*veja tabela 3 a seguir*).

²⁸ - A implementação do voto e urna eletrônicos pôs fim ao trabalho tradicional dos fiscais partidários juntos às mesas apuradoras, o qual facilitava às campanhas mais ricas obterem votos para seus candidatos que nem sempre eram para eles dirigidos, graças a diversas interpretações da grafia dos nomes. Nas eleições proporcionais, para as de vereador em particular, tal procedimento podia ser decisivo para eleição ou não de determinado candidato. A taxa de

Tabela 3
Percentual de Votos Brancos, Nulos e Taxas de Representatividade (TR)
Para Prefeito e CMSP
Antes e depois da introdução do voto eletrônico

	82/85	88	92	82-92	96	00	04	96-04
Prefeito				MÉDIA				MÉDIA
Branco	0,90	12,90	12,55	8,75	1,54	4,08	2,29	2,64
Nulos	3,69	5,97	11,16	6,94	5,31	5,42	4,39	5,04
TR	37,50	29,80	37,30	34,90	44,90	34,40	40,60	40,00
Vereadores								
Branco	10,65	8,02	14,24	10,97	5,54	7,08	5,56	6,06
Nulos	4,39	3,81	14,09	7,43	8,61	4,52	4,31	5,81
TR	34,50	22,20	17,30	24,70	27,40	29,40	34,50	30,40

Fonte: TRE-SP, Fundação Seade.

A legislação enveredou também pelo financiamento dos partidos, na definição da Magnitude dos três níveis do Parlamento (concedendo-se ao município o direito de fixar o número de vereadores em certos limites), no número máximo permitido de candidatos por partidos e coligações²⁹, direito a estabelecer coligações visando cargos executivos e proporcionais³⁰, na limitação dos votos válidos nas eleições proporcionais somente aos candidatos e às legendas partidárias³¹, cassação de registro de candidatos, cassação de mandatos de executivos e parlamentares eleitos em consequência de improbidade na campanha³². A CF introduziu o voto facultativo para os analfabetos (artigo 14, parágrafo 1º, inciso II, alínea a). E, ademais, a legislação federal eleitoral considerou a necessidade de incentivar a participação feminina nos pleitos eleitorais, determinando inicialmente que os partidos políticos e coligações assegurem 20 % de vagas no mínimo para candidatura de mulheres (parágrafo 3º, artigo 11º da lei 9.100/95) e, mais tarde aumentando para 25 % (HTUN:2001) e chegando pouco depois a 30 % (AVELAR:2001). Desse modo, seria de esperar a ocorrência de um acréscimo de mulheres fazendo carreira política nas câmaras municipais a partir das eleições de 1996, a despeito da norma não se referir a cotas de cadeiras, assunto que será examinado nos capítulos V e VI.

representatividade, ou densidade eleitoral, é o percentual de votos obtidos pelos eleitos sobre o comparecimento eleitoral. No caso do Poder Legislativo é o percentual dos votos dados a todos eleitos sobre o comparecimento.

²⁹ - De acordo com o artigo 10º da lei 9.504/97, cada partido pode registrar candidatos até 150 % do número de vagas a preencher. Para a CMSP, que tem 55 vagas na atualidade, isto quer dizer 83, e até duas vezes em caso de coligação independentemente do número de partidos que a integrem, o que significa 110.

³⁰ - A lei 6.767/79 vedava em seu artigo 19, inciso IV, as coligações com outros partidos para as eleições à Câmara dos Deputados, às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, restrição esta que caiu para os vereadores com a lei 8.214/91, embora a lei 9.100/95, em seu artigo 6º a condicionou a extensão para a eleição majoritária.

³¹ - De acordo com o que está prescrito no artigo 5º da lei 9.504/97, pondo um fim na inclusão dos votos em branco.

³² - Há que se considerar ainda, embora não seja o foco da atenção no momento, de emendas constitucionais e leis que afetaram diretamente a vida dos municípios embora não estejam na esfera partidária e eleitoral, como, por exemplo, a que limitou a alíquota máxima do ISS a dois (2) %.

As Leis Municipais

Em relação às leis do município de São Paulo, cujos limites foram fixados primeiramente pela própria CF e no ano de 1990 pela LOM³³, elas têm capacidade, igualmente, de influenciar as carreiras dos vereadores. Primeiramente pela faculdade dos vereadores fixarem os proventos de si próprios, do chefe do Poder Executivo (artigo 14, inciso III), e dos demais membros da administração direta e indireta (tais como fixação e aumento da remuneração dos servidores, segundo o artigo 37, inciso II), e dispor de cargos, funções e empregos da administração direta, autárquica e fundacional (artigo 40, inciso IV)³⁴.

Em segundo lugar, pode-se destacar a competência dos vereadores para legislar sobre tributos locais (IPTU, ISS, taxas etc.), votar os orçamentos anuais e plurianuais, as concessões de serviços públicos (artigo 13, vários incisos), o desenvolvimento urbano do município (é o caso das leis de uso e ocupação do solo e do plano diretor em seu artigo 12, inciso XIV) e vários outros itens que conferem influência e prestígio aos atores locais. Como consequência do incremento do poder de legislar das câmaras municipais, a participação dos vereadores no órgão de direção (mesa diretora) e na presidência e relatoria de comissões permanentes também se tornou mais atraente.

Ou seja, na competência para legislar nos campos mencionados, além de outros, os representantes paulistanos lidam com vários interesses sociais da cidade, e, assim, encontram incentivos nada desprezíveis para uma atuação política no plano do próprio município. E ao contarem com incentivos relacionados à possibilidade de intervirem na produção das políticas públicas, isto é, da ação governamental, a relação interna dos vereadores e destes com o Poder Executivo pode ser redesenhada, dando vida e densidade à oposição, uma vez que fazer oposição também assegura um mínimo de possibilidade de influenciar os rumos do governo municipal (seja em menor medida na iniciativa de propor leis, como aprová-las e, fazer obstrução ao governo), e, conseqüentemente aumenta o potencial de visibilidade para a carreira junto à sociedade.

³³ - Para se obter um conhecimento sistematizado das atribuições reservadas aos Municípios pela CF de 1988, ver Maria Tereza Sadek, *Poder Local: perspectivas da nova ordem constitucional*. In São Paulo em Perspectiva. Seade. São Paulo. 1991.

³⁴ - Sem desconsiderar, também, a prática não constitucional dos vereadores que apóiam o Poder Executivo de indicar nomes para integrarem os cargos de confiança na administração pública municipal.

Semelhante ao que já havia escrito atrás há de se admitir que a consciência dos atores quanto ao grau de facilidade e dificuldade que encontrarão para serem eleitos e reeleitos é fator importante no cálculo da carreira de qualquer político e poderá condicionar e até mesmo determinar sua trajetória. Em certos casos, trata-se de fato que não permite qualquer apelação, como o que acabou atingindo aos vereadores do PFL (e seus candidatos). Os titulares não conseguiram se candidatar à reeleição em 1992, sendo colhidos de surpresa pela decisão judicial que vetou a chapa do partido (*vide nota 23, capítulo IV*).

O principal objetivo do presente capítulo foi o de apresentar as inúmeras e freqüentes variações ocorridas no ambiente institucional, que podem ter maior ou menor impacto sobre a atividade política e, provavelmente, afetam o desenrolar das carreiras. Se tais fatos se constituem em elementos de incerteza para os políticos que atuam no nível federal, no qual as regras essenciais são definidas, estas são ainda maiores para os que atuam no plano do município, uma vez que estes atores são objeto das mesmas, mas não seus protagonistas.

Todavia, como também se procurou descrever aqui, não se deve menosprezar as prerrogativas e competências legais obtidas pelos estados e municípios a partir da promulgação da CF de 1988, a qual reservou razoável rol de incentivos para aqueles que desejam intervir nos assuntos que tocam diretamente a população, desde que se considere o município como sendo o nível de governo mais próximo dos problemas dos cidadãos. Nesta perspectiva, os maiores municípios e com melhor base econômica se constituíram hipoteticamente em incentivos suficientes para uma carreira política, ainda que muitas decisões posteriores à promulgação da CF tenham limitado estas competências.

Quadro 2

Resumo de Fatos Ocorridos e das Regras Institucionais Definidas entre 1977 e 2000

ANO	FATOS E REGRAS
1977	Instituição de até três (3) sublegendas para eleição de prefeito e senador (Decreto-lei 1.541, artigo 1º).
1979	Proibição de coligações para eleições proporcionais, extensiva às Câmaras Municipais (Lei 6.767, artigo 19, inciso IV).
	Fidelidade partidária extensiva aos vereadores (Lei 6.769, artigo 72).
	Lei de Anistia aos crimes políticos (6.887).
1980	Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) (10.02.80).
	Prorrogação dos mandatos de vereadores e prefeitos (exceção dos nomeados) até 31 de janeiro de 1983 (Emenda Constitucional, n.14, alterando artigo 209).
	Eleição direta para governadores de estado e senadores (Emenda Constitucional n. 15).
1981	Direito de voto nas convenções para diretórios municipais aos que se filiam aos partidos até 15 dias antes (Lei 6.957, artigo 1º).
1982	Eleição direta para governadores de estado (Lei 6.978, artigo 1º).
	Vinculação de votos na cédula eleitoral aos candidatos do mesmo partido (Lei 6.978, artigo 8º).
	Mantido o número da legenda dos vereadores eleitos em 1976 para os candidatos à reeleição (Lei 7.015, artigo 4º).
	Manifesto de fundação do Partido da Frente Liberal (PFL) (dezembro).
1985	Fundação do Partido da Frente Liberal (PFL) (24.01.85).
	Manifesto de fundação do Partido Liberal (PL)
	Eleição direta para prefeito das capitais e áreas de segurança nacional.
1988	Eleição em dois turnos, extensiva aos municípios com mais de 200 mil eleitores (artigo 29, inciso II da CF).
	Fixação da Magnitude (Vagas) das Câmaras Municipais (artigo 29, inciso IV da CF).
	Fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
	Estabelecimento do direito de voto aos analfabetos.
1991	Autorização de coligações proporcionais para a eleição das câmaras municipais (artigo 6, lei 8.214/91).
1992	Início da vigência da eleição em dois turnos para os municípios com mais de 200 mil eleitores.
1995	Cota de 20 % para as mulheres nas vagas de candidatos às eleições proporcionais destinadas pelos partidos políticos (parágrafo 3º, artigo 11, lei 9.100/95).
	Condicionamento do direito de coligação para eleições de vereadores à sua realização para a eleição de prefeito (artigo 6º da lei 9.100/95).
1996	Infidelidade partidária deixa de implicar em perda de mandato (Lei 9.096, artigos 23 a 26).
	Prazo de filiação de um ano para cargos proporcionais (Lei 9.096, artigo 18, mas artigo 20, faculta ao estatuto partidário aumentá-lo).
	Início da votação eletrônica no Município de São Paulo e em todos aqueles com mais de 200 mil eleitores.
1997	Número de candidatos a vereador por partido (até 150 %) e coligação (até 2 vezes) (Lei 9.504).
	Volta da permissão de coligações nas eleições proporcionais, exclusiva às Câmaras de Vereadores se os partidos assim desejarem (Lei 9.504, artigo 6º).
	Exclusão dos votos em branco do cálculo dos votos válidos (Lei 9.504, artigo 5º).
2000	Define época para fixação do subsídio dos vereadores a ser feita pela própria câmara municipal e limita o montante máximo permitido a 75 % para as que pertencem a municípios com mais de 500 mil habitantes (Emenda 25, artigo 29, inciso VI, letra f da CF).
	Limita montante máximo de despesa das Câmaras Municipais, incluído o subsídio dos vereadores a não mais do que cinco (5) % para aquelas que têm mais de 500 mil habitantes (Emenda 25, artigo 29-A, inciso IV).

Observação: vide anexos para obter quadro mais detalhado

CAPÍTULO III

RENOVAÇÃO E PERMANÊNCIA NA CMSP

A alternância do poder é um dos princípios básicos da democracia porque assegura o princípio da igualdade política para todas as forças representativas da sociedade. Tal princípio ganha materialidade por intermédio dos partidos políticos³⁵ uma vez que são estas organizações as que detêm o direito de conceder a legenda para eleger o chefe de governo e formar as maiores bancadas. Todavia, a alternância se passa em dois níveis e também em dois órgãos, pois é extensiva aos próprios indivíduos que disputam as eleições por estes partidos e se processa nos poderes executivo e legislativo. Ou seja, o regime democrático se assenta no pressuposto de que é possível proceder à mudança pacífica entre as forças políticas que estão investidas da autoridade executiva e legislativa, mas, igualmente nos membros que compõem tais forças.

Por outro lado, a democracia precisa de líderes e de pessoas que se dediquem continuamente a ação política e os mesmos não se forjam em uma curta experiência neste campo, mas ao longo de vários anos de maneira que a maioria extraia sua sobrevivência material dessa atividade. A despeito das mudanças decorrentes de tempo e espaço entre a realidade européia na virada do século XIX para o XX e a brasileira contemporânea, continua atual a separação estabelecida entre os que vivem *para* a política e os que vivem *da* política, ainda que o objetivo de tal corte fosse mostrar que a segunda definição estava se sobrepujando a primeira (WEBER:2003)³⁶. Esta proposição tem, indubitavelmente, forte conteúdo sociológico, porque reconhece as estruturas sociais, a divisão social do trabalho, etc., como fatores condicionantes da ação política, bem como o próprio Estado, ainda que não se reduza a estes por completo.

³⁵ - No sistema político brasileiro, a significativa migração partidária observada após o fim do bipartidarismo é um fator perverso para a democracia, pois distorce a relação entre representante e representado, na medida em que os partidos deixam de mediar e se comprometer com os vários interesses da sociedade, situação esta já apontada há muito tempo por certos autores como sendo resultado da permissividade da regra eleitoral, a qual facilita a mudança de legenda durante o exercício do mandato, entre outros aspectos (LAMOUNIER & MENEGUELLO:1986; MAINAWARING:1991). Esta questão será examinada no capítulo IV.

³⁶ - De forma genérica, Weber afasta a idéia de exclusão entre esta dualidade, admitindo-a apenas em sentido estritamente econômico.

Portanto, a fim de se atender aos quesitos de liderança, experiência e renovação, parece factível afirmar que o regime democrático produziria uma situação de equilíbrio no parlamento no qual parte expressiva de seus membros daria lugar a novos parlamentares e a outra parte seria reeleita³⁷. Não obstante, estudos sobre a institucionalização Poder Legislativo, um dos principais órgãos dos sistemas democráticos, apontam que a mesma implica na diferenciação em relação ao seu meio ambiente externo, aumento da complexidade ao longo do tempo e diferenciação interna, as quais provocam redução da rotatividade de seus membros e o incremento da especialização (POLSBY:1968)³⁸.

Na esteira da noção de que alguma rotatividade é fundamental para os sistemas políticos democráticos, formulam-se a seguir duas (2) hipóteses para o presente capítulo (H-1 e H-2), que se orientam pela perspectiva da ocorrência de certa simultaneidade de renovação e experiência:

H-1	Número de Candidatos concorrendo pela 1ª vez	>	Número de Candidatos que já concorreram outras vezes
H-2	Número de Vereadores com apenas 1 mandato	=	Número de Vereadores com 2 ou mais mandatos.

Ao se analisar a renovação e permanência no sistema político do Brasil é preciso, primeiramente, considerar a regra institucional que poderia comprometer a rotatividade dos representantes populares, qual seja, o direito de reeleição irrestrito aos detentores de mandatos legislativos, proporcionais e majoritários (como o de senadores da República), pois o exercício do mandato parlamentar traz certas vantagens sobre aqueles que não o tem, embora, acredita-se, com menor intensidade que o mandato executivo. Esta diferença a favor dos que gozam de mandato poderia ser ainda maior para os que se encontravam na 8ª legislatura da CMSP (1977-1982), na medida em que tiveram seus mandatos prorrogados em consequência de aprovação da Emenda Constitucional n. 14 de setembro de 1980 (já mencionada anteriormente) e, assim, poderiam consolidar suas posições. Entretanto, assume-se aqui que tal vantagem

³⁷ - Interessante notar a conclusão a que chega importante trabalho sobre a relação entre a cultura cívica, ou comunidade cívica e democracia na Itália (PUTNAM:1996), na qual a permanência não apresenta correlação positiva com o bom desempenho institucional. O autor se refere tanto aos servidores quanto aos políticos.

³⁸ - De forma resumida o autor quer dizer que os órgãos internos de direção e administração são nitidamente separados, e que seus integrantes permanecem por muito tempo à frente dos mesmos. Todavia, a unidade de análise de Polsby é a Câmara de Representante dos EUA, que apresenta diferenças muito relevantes frente às do Poder Legislativo no Brasil, e ainda maior para uma câmara municipal, mesmo sendo a do maior município do País.

efetivamente existe, mas há outros fatores que a mitigam, como, por exemplo, o elevado grau de desgaste de muitos vereadores junto à opinião pública, em particular dos integrantes da ARENA, partido de sustentação do regime autoritário.

Em segundo lugar, deve-se ter presente o impacto provocado pelos vereadores do período anterior nas seis legislaturas da pesquisa aqui realizada, o qual é representado pelo regime democrático vigente após o fim do Estado Novo até 1964 e desse ano até 1982 (1ª a 8ª legislaturas). Quinze vereadores foram reeleitos para legislaturas seguintes, sendo a maioria desse grupo para a 9ª (1983-1988) e o restante para as demais, à exceção das 13ª (2001-2004) e 14ª (2005-2008). Dos 15 representantes, oito (8) já exerciam dois (2) ou mais mandatos e sete (7) se encontravam no exercício do primeiro³⁹.

Para tornar a aferição da rotatividade global palpável, dá-se a conhecer, a seguir, o índice de concentração de vagas (ICV) de vereadores na CMSP em todas eleições realizadas a partir de 1982, sem particularizar qualquer legislatura, ou seja, apresentam-se aqueles que conquistaram as vagas ofertadas no período. Partindo-se da base de 306⁴⁰ vagas disputadas entre 1982 e 2004, a concentração oscilará de um número próximo a zero até perto de um (1). Seria IC próximo a zero na hipotética situação de nenhum vereador titular a partir de 82 ter sido reeleito para qualquer outra legislatura, isto é, cada vaga teria sido ocupada por um (1) vereador diferente nas seis legislaturas e o ICV seria um (1) caso os mesmos vereadores fossem sempre reeleitos. O fato empiricamente observado é que não mais do que 177⁴¹ atores foram sufragados nas urnas, produzindo um índice de 0,42 deste universo⁴².

Parte relevante do ICV encontrado se explica pelo aumento do número de cadeiras de 33 para 53 a partir da 10ª Legislatura (1989-1992), chegando ao limite máximo constitucionalmente reconhecido de 55 cadeiras a partir da 11ª (1993-1996) e, também, por fatores extra-políticos (falecimentos, por exemplo). Esta abordagem geral

³⁹ - Esse grupo representa oito (8) % de 184 vereadores que foram eleitos titulares entre 1947 e 1976.

⁴⁰ - Trata-se da soma de vagas das seis legislaturas, a saber: 33 na 9ª, 53 na 10ª e 55 a partir de então (11ª, 12ª, 13ª e 14ª).

⁴¹ - Desse universo, os eleitores paulistanos elegeram 18 mulheres como titulares para as seis legislaturas, representando 10,2 % do total, dado este que será melhor explorado nos capítulos V e VI.

⁴² - O ICV é o quociente obtido pela divisão da diferença do número de vagas não ocupadas (129 no presente caso) pelo total ofertado (306 na CMSP).

permite constatar que a diversidade individual dos vereadores paulistanos é ainda bem alta conquanto se encontre distante de uma renovação completa.

Outro critério para conhecer a renovação global da CMSP é separar vereadores com um (1) mandato dos que têm mais de um (1). Os que dispõem somente de um (1) mandato popular formam a maioria deste conjunto (54,2 %) (*vide tabela 4 a seguir*). Vereadores com dois (2) e três (3) sucessos eleitorais formam números consideráveis (48 e 21 respectivamente), somando 39,0 % e chegando a 45,8 % quando se incorporam a eles os que têm ainda mais mandatos (quatro, cinco e seis).

Apesar desse número expressivo, apenas um (1) vereador (0,6 % de permanência) foi eleito continuamente, demonstrando a raridade de se deparar com uma carreira longa no parlamento paulistano no período observado. Portanto, a realidade encontrada pelo critério empregado é de alta renovação e baixíssima permanência.

Tabela 4
Câmara Municipal de São Paulo
Número de mandatos dos vereadores titulares,
(Eleições de 1982 a 2004)

Nro.de Mandatos	Vereadores	Em %	% Ac.	% Ac.Inverso
1	96	54,2	54,2	100
2	48	27,1	81,3	45,8
3	21	11,9	93,2	18,7
4	9	5,1	98,3	6,8
5	2	1,1	99,4	1,7
6	1	0,6	100	0,6
	177	100		
ICV	0,42			
VAGAS	306			

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral.

Importante observar que na comparação interna da CMSP, isto é, do período aqui investigado frente a oito (8) eleições do período anterior, realizadas entre 1947 e 1976 (1ª a 8ª legislaturas), verifica-se que a participação percentual dos vereadores de apenas um (1) mandato é bem maior que do atual (66,8 % contra 54,2 %) (*vide tabela 5 a seguir*). Um possível e forte motivo para a ocorrência dessa diferença é que o período anterior forma-se por um subperíodo no qual três (3) legislaturas foram eleitas sob o regime de exceção e com forte redução na magnitude (número de cadeiras) da ordem de

24, isto é, decréscimo de 45 para 21 vagas, o que resultou não apenas em cassações de registros eleitorais, mas também em desestímulo para outros tentarem a reeleição⁴³.

Ademais, a primeira legislatura, que marcaria no plano municipal paulistano a primeira fragilidade da Constituição de 46, inaugurou-se sob a cassação do registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947 e, conseqüente cassação dos 15 mandatos dos que se elegeram sob sua legenda ou de outras, como a do PST, franqueando-a a suplentes do Partido Democrata Cristão (PDC), dentre os quais se encontra Jânio da Silva Quadros, que exerceria pela primeira vez um mandato popular⁴⁴. De qualquer maneira, a direção dos dois períodos é a mesma uma vez que os vereadores com mais mandatos apresentam ordem de grandeza bem mais próxima (*vide tabela 5 a seguir*).

Tabela 5
Câmara Municipal de São Paulo
Número de mandatos dos vereadores titulares.
(eleições de dois períodos 1ª a 8ª e 9ª a 14ª legislaturas)

Nro.de Mandatos	Vereadores Da 1ª a 8ª (1947-1976)	Em %	Vereadores Da 9ª a 14ª (1982-2004)	Em %
1	123	66,8	96	54,2
2	41	22,3	48	27,1
3	13	7,1	21	11,9
4	5	2,7	9	5,1
5	2	1,1	2	1,1
6	0	0	1	0,6
TOTAL	184	100	177	100
ICV		0,36		0,42
VAGAS	290		306	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral.

Efetivamente, a renovação poderá ser maior ou menor a depender do critério utilizado. Seja como se apresentou logo atrás, como pela comparação de uma nova legislatura qualquer com o final da legislatura anterior. Nesse caso, a renovação será menor, porque determinados suplentes passam à condição de titulares, disputando a reeleição e se reelegendo. Também seria menor no caso de se desejar conhecer exclusivamente os que são eleitos titulares pela primeira vez em determinada legislatura

⁴³ - Sem relação direta com esta realidade, mas importante para outros resultados no processo político era a não coincidência de datas das eleições para prefeito e vereadores, que ocorreram em meses e até anos diferentes desde que o chefe do executivo paulistano passou a ser eleito pelo voto direto em 1953.

⁴⁴ - Para conhecer a ação de Jânio Quadros na CMSP ver CHAIA, op. cit. e para entender a importância da ilegalidade a que foi submetido o PCB e as conseqüências para seu comportamento político ver BRANDÃO (1997).

(sem comparação com a imediatamente anterior). No caso da 9ª legislatura (1983-1988), a renovação já seria menor ao ser comparada a 8ª (1977-1982) sobre a qual já se tratou anteriormente⁴⁵ – seja para se apurar os parlamentares chegando à câmara a partir da 9ª legislatura sem ter estado na anterior, quanto alguns já tinham sido eleitos para o parlamento paulistano, ou de forma mais rígida, somente aqueles que não haviam sido eleitos uma única vez desde a 1ª legislatura (1948-1951)⁴⁶.

Embora vereadores com apenas um (1) mandato se constituam a maioria absoluta da CMSP no acumulado de seis legislaturas, indicando a predominância da renovação parlamentar (54,2 %) sobre a continuidade, tal realidade fica aquém da observada em outros cinco (5) legislativos, a saber, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) (61,2 %), de duas (2) câmaras municipais da região metropolitana de São Paulo com magnitudes muito diferentes da paulistana (Guarulhos - CMG, 34 vereadores na atualidade, com 60,2 %, e Caieiras - CMC, 10 vereadores, e uma das menores magnitudes, com 57,8 %), como também da Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP) (62,5 %) e da bancada paulista na Câmara dos Deputados (55,1 %) (*ver tabela 6, seguinte*).

Embora seja difícil de extrair uma explicação sólida sobre a razão de a CMSP apresentar o menor índice de renovação dentre os legislativos aqui apresentados, com base nos dados disponíveis (e admitindo-se que não foi por força do acaso), é possível especular, ao menos a comparando às outras câmaras municipais, que expressiva parcela dos vereadores paulistanos perceba vantagens na continuidade, ao mesmo tempo em que demonstra eficácia na campanha de reeleição.

⁴⁵ - A 8ª legislatura (1977-1982), como as anteriores que se formaram a partir do golpe militar de 1964, tinha 21 vereadores. Não a computei devido ao objeto desta tese ser outro, bem como a legislação de exceção da época limitar em demasia as candidaturas daqueles que se opuseram à ditadura.

⁴⁶ - Em relação à 8ª legislatura, havia nove (9) edis com participação na legislatura anterior enquanto titulares, os quais, levando-se em conta os dois partidos da época, eram os seguintes: Alfredo Martins (ARENA), Almir Guimarães de Oliveira (MDB), Antonio Sampaio (ARENA), Aurelino Soares de Andrade (ARENA), Celso Toshito Matsuda (ARENA), Eurípedes Sales (MDB), João Aparecido de Paula (ARENA), João Brasil Vita (ARENA) e Tércio Chagas Tosta (MDB). Portanto, seis (6) vereadores do partido que apoiava o regime militar foram reeleitos e três (3), somente, do partido de oposição. E recuando em direção à 1ª Legislatura acrescenta-se outro vereador, Francisco Batista Filho (PTB), que havia sido titular na 5ª Legislatura (1964-1969) e na 4ª (1960-1963), chegando a dez (10) o número dos experientes.

Tabela 6
Percentual de Mandatos de Vereadores na CMSP em comparação a outros cinco legislativos (1982-2004)

NÚMERO DE MANDATOS	CMSP	CMRJ	CMG	CMC	ALESP	CD
1	54,2	61,2	60,2	57,8	62,5	55,2
2	27,7	21,0	23,9	26,7	24,8	28,3
3	11,3	11,8	9,1	8,9	6,8	11,2
4	5,1	3,9	4,5	4,4	4,7	2,7
5	1,1	2,0	2,3	2,2	0,9	2,7
6	0,6	0	1,1	0	0,3	0
TOTAL	100	100	100	100	100	100
PARLAMENTARES	177	152	88	45	339	223
ICV	0,42	0,38	0,41	0,40	0,36	0,43
VAGAS ACUMULADAS	306	251	149	75	534	390

Fonte: TRE-SP. Observação: vide gráfico nos anexos.

CMC – Câmara Municipal de Caieiras; CMG – Câmara Municipal de Guarulhos.

Aplicando-se novamente o índice de concentração de vagas (ICV) a fim de ampliar as condições de explicação do que se afirmou atrás, verifica-se que o índice da CMSP (0,42) só é menor que o da bancada paulista na Câmara dos Deputados (BPCD) (0,43), embora deste muito próximo, e superior aos demais com uma diferença acentuada em relação a ALESP (0,36) e a CMRJ (0,39). Ou seja, a permanência de vereadores é mais pronunciada na câmara paulistana que nas demais instituições legislativas, o que parece dar mais vigor à explicação de que os paulistanos enxergam mais vantagens em se manter na CMSP e têm mais eficácia em conseguí-lo.

Sendo muito provável que a diferença nos ICVs possa ser um indicador do reflexo do número de parlamentares que se decidem pela busca da reeleição, a explicação mais de fundo do por que isto acontece deve levar em consideração vários outros fatores, tais como os partidos pelos quais se dão as candidaturas, a migração partidária entre uma eleição e outra, a quantidade de partidos na disputa, as coligações partidárias efetuadas, bem como a quantidade total de candidatos em cada uma das disputas e, por último, a viabilidade eleitoral dos candidatos que ainda não possuem mandato eleitoral.

As Eleições de 2000 e 2004

Além do que foi apresentado acima, o vereador de apenas um (1) mandato, quem melhor caracteriza a estatística de alta renovação, não é por si só um dado que permite responder à dúvida de se a mesma resulta de desistência pura e simples em relação à carreira política, ou da desistência de se candidatar à reeleição, ou ainda da derrota eleitoral. No primeiro caso, o da desistência da carreira, a dúvida só poderia ser completamente tirada com a observação sobre o seu futuro, uma vez que as palavras sobre intenção na vida em geral, mas especialmente na política, têm escassa utilidade. No segundo caso, da desistência da reeleição, isto pode ocorrer devido ao candidato ter sido eleito para outro cargo na eleição geral que se dá no meio da legislatura de vereador. Portanto, para se conhecer em medida adequada o significado do problema levantado, passa-se a seguir ao exame das listas completas referentes às eleições de 2000 e 2004 para a CMSP⁴⁷.

Primeiramente, verifica-se que no dia das duas (2) eleições foram registrados votos a um total de 2.293 candidaturas, sendo 1.086 (47,4 %) destas no pleito de 2000 e 1.207 no de 2004 (52,6 %). Mas efetivamente se tratavam de 2.101 diferentes pessoas (91,6 %) uma vez que 192 candidatos – 9,1 % dos candidatos - concorreram nas duas (2) e, assim, seus registros são duplicados para 384 (16,7 %).

A grande maioria dos 2.101 candidatou-se apenas (1) vez e não conseguiu ser eleita, isto é, 1.879 (89,4 %). Esta parcela sugere que é muito grande o peso de candidaturas circunstanciais, ou seja, daquelas que não estariam ligadas à profissionalização da política, ou da vida política ativa se este termo for mais consistente. Se esta interpretação for correta, torna-se mais plausível a idéia de que o sistema político local paulistano estimula a participação dos seus cidadãos, que se faz de forma ocasional, ainda que seja muito pequena a oportunidade desta maioria de inscritos ter alguma viabilidade eleitoral, e, assim sendo, interesse em se candidatar uma segunda vez.

⁴⁷ - O ideal seria trabalhar com as listas completas das seis eleições. Porém, isto não foi feito pelas razões já apontadas no início desta pesquisa para os próprios titulares. Ainda assim, examinaram-se todos candidatos não eleitos (partidos que não atingiram o quociente eleitoral) e suplentes a respeito dos quais se teve absoluta segurança da grafia. Ainda que minoritário, parece haver um grupo de aproximadamente três a quatro vezes o número de vagas na CMSP que disputou todas ou quase todas eleições, mesmo que não tenha sido eleito, ou apenas para um ou dois mandatos.

Quando se observa exclusivamente aos candidatos que postularam vaga nas duas (2) eleições, pressupondo que se trataria do grupo dos que se dedicam à política continuamente (192), observa-se que a maioria não logrou êxito, seja candidatando-se pelo mesmo partido ou migrando, a despeito da larga superioridade numérica dos que concorrem duas (2) vezes pela mesma legenda⁴⁸.

Da pequena parcela dos que se elegeram, verifica-se claro equilíbrio entre os que conseguiram um (1) e dois (2) mandatos, equilíbrio este que se mantém, conquanto um pouco mais frágil, entre os que o alcançaram por um (1) partido apenas ou por dois (2). Embora o equilíbrio seja precário, nota-se pequena vantagem para os vereadores que se elegeram por um (1) partido quaisquer que venham a ser os procedimentos adotados, seja segregando os mandatos (um – 1 e dois – 2), ou quando somados (*vide tabela 7 a seguir*).

Tabela 7
Eleições de 2000 e 2004 para a CMSP
Mandatos obtidos e número de partidos pelos quais concorreram
nas duas (2) eleições.
(todos candidatos inscritos)

MANDATOS	PARTIDOS	CONCORRERAM	EM %
0			
	1	90	46,8
	2	49	25,5
	SUBTOTAL	139	72,4
1			
	1	16	8,3
	2	11	5,7
		27	14,1
	SUBTOTAL		
2	1	19	9,9
	2	7	3,6
	SUBTOTAL	26	13,5
		192	100

Fonte: TRE-SP.

Diante desse quadro, parece claro que a permanência ou troca de partidos políticos pouco interfere no desempenho eleitoral, tal como já foi observado em pesquisa sobre a Câmara dos Deputados (SCHMITT:1999).

⁴⁸ - Tal grupo fica um pouco maior se forem contabilizados 23 diferentes candidatos da eleição de 2000 que já haviam exercido algum cargo popular, cargo público por designação, ou mesmo concorrido a vereador ou deputado. Em 2004 não houve situação parecida. 14 deles foram vereadores titulares em legislaturas passadas, um (1) suplente de vereador efetivado no meio do mandato, um (1) candidato a vereador, dois (2) deputados estaduais e uma (1) deputada federal. Com tal acréscimo, o grupo dos dedicados à política subiria de 9,1 % para 10,2 %.

Superada estas etapas, fica mais fácil de saber, agora, se quem foi eleito apenas uma (1) vez nas duas (2) eleições observadas concorreu em 2000 ou 2004, e se quem dos eleitos em 2000 desistiu na de 2004. Dos que foram eleitos em 2000, somente 11 não se apresentaram em 2004, mas não devido a totalidade ter desistido (como se pertencesse ao *tipo amador*) e sim como consequência de sete (7) terem sido eleitos em 2002 para a Assembléia Legislativa ou para a Câmara dos Deputados, enquanto um (1) disputou para vice-prefeito de São Paulo em 2004 (Antonio Salim Curiati Jr. – PP, na chapa de Paulo Salim Maluf) e não poderia legalmente pleitear uma vaga no legislativo.

Finalmente, três (3) desistiram da reeleição. Dois (2) dos desistentes (Aldaíza Sposati – PT e Humberto Franschini – PDT) por iniciativa própria, sendo que no primeiro caso, a vereadora já exercera três (3) mandatos, enquanto no segundo, o vereador exercia seu primeiro mandato.

A terceira desistência (Cláudio Gomes Fonseca – PC do B) foi contra a vontade do vereador, uma vez que ele teve de se submeter à decisão de seu partido, que optou por outros nomes, pois a direção estaria descontente com suas posições contrárias aos projetos legislativos do governo da prefeita Marta Suplicy, a quem o PC do B apoiava⁴⁹ (*ver tabela 8*).

Por seu turno, dos 19 vereadores eleitos apenas para 2004, 15 deles conquistaram um (1) mandato popular pela primeira vez, enquanto os outros quatro (4) já o haviam conquistado para outros cargos (deputado federal, deputado estadual e vereador em outro município). Ou seja, os vereadores com apenas um (1) mandato nos dois pleitos verificados (30), em sua maioria, deveram tal condição a ter se candidatado uma (1) só vez para a CMSP, conquanto a minoria dos candidatos inscritos duas (2) vezes, mas eleitos em apenas uma (1), ficou bem perto (27).

⁴⁹ - Folha de São Paulo, 24 de junho de 2004.

Tabela 8
Vereadores da CMSP eleitos em 2000 e/ou 2004
Número de candidaturas

CANDIDATURAS	MANDATOS	VEREADORES	EM %
1 (em 2000)	1	11	13,2
1 (em 2004)	1	19	22,9
SUBTOTAL		30	36,1
2 (2000 e 2004)	1	27	32,5
2 (2000 e 2004)	2	26	31,3
SUBTOTAL		53	63,4
TOTAL		83	100

Fonte: TRE-SP.

Desse modo, a alta renovação da câmara se deve tanto ao alto índice de descontinuidade de candidaturas entre as eleições, como a eleição para outros cargos eleitorais no transcurso da legislatura, e também a desistência da vida política, ainda que em menor medida.

Voltando, finalmente, para a comparação da CMSP com os demais legislativos, é preciso reconhecer que não há ligação evidente entre o tamanho do eleitorado, a magnitude do legislativo e o alto peso dos parlamentares de um só mandato, os quais predominam em todos os aqui selecionados, ainda que estas grandezas variem bastante como se observa na tabela 9.

Tabela 9
Número de Eleitores por Cadeira na CMSP e outros cinco legislativos examinados
com base no eleitorado das últimas eleições (2004 e 2002)
 (em ordem decrescente de magnitude)

Legislativo	Eleitorado	Magnitude	Eleitores por Cadeira	1 Mandato Apenas Em %
ALESP	25.655.553	94	272.931	62,5
CD-SP *	25.655.553	70	366.651	55,2
CMSP	7.771.503	55	141.300	54,2
CMRJ	5.114.915	50	102.298	62,6
CMG	650.193	34	19.123	60,2
CMC	48.494	10	485	57,8

Fonte: TRE-SP. CD-SP – * Bancada de São Paulo na Câmara dos Deputados.

Assim sendo, a partir das comparações feitas, é importante salientar que a baixa retenção de parlamentares no legislativo não é uma particularidade da câmara do maior município brasileiro, pois o mesmo se passa com os outros legislativos aqui destacados, e de forma ainda mais abrangente. Portanto, se tal realidade fosse o equivalente a afirmar que o mandato da vereança é um fraco incentivo para a carreira política, ou se

revela tão somente como espaço de passagem para outros mandatos, esta seria desmentida ao ser confrontada com o que se observa nos outros dois parlamentos (estadual e nacional).

Ora, os estudos sobre carreira política, quase invariavelmente, partem do princípio que a Câmara dos Deputados se encontra na parte superior, ainda que esta não seja necessariamente a mais importante, uma vez que os cargos executivos eletivos – mas também alguns não eletivos - são considerados de maior atração (MIGUEL:2003).

Taxas de Renovação por legislatura

As taxas de renovação da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) permanecem altas quando se particulariza cada nova legislatura, comparando-as com a que se encontra imediatamente anterior (*vide tabela 10*). A menor taxa de renovação foi de 50,9 % (12ª 1997-2000), ainda assim, superior à metade das vagas disponíveis. Ou seja, a retenção dos vereadores pela CMSP é realmente baixa, sugerindo, em um primeiro momento da análise, que o Poder Legislativo paulistano configura-se como um incentivo necessário para o início da carreira política, ou para a recuperação da força eleitoral, mas não suficiente para sua continuidade.

Os dados aqui apresentados confirmam o que se afirmou no início do capítulo, isto é, que existe razoável equilíbrio entre os níveis de renovação e permanência interlegislaturas, conquanto com variações importantes de uma para outra, advertindo-se, porém, que a reeleição não é um equivalente de liderança.

Tabela 10
Renovação e Permanência em cada legislatura da CMSP (9ª a 14ª)
Em números absolutos e porcentagens

LEGISLATURA	ANOS	P	P EM %	R	R EM %	MAGNITUDE	EM %
9ª/8ª	1982/1976	09	27,3	24	72,7	33	100
10ª/9ª	1988/1982	20	37,7	33	62,3	53	100
11ª/10ª	1992/1988	26	47,3	29	52,7	55	100
12ª /11ª	1996/1992	27	49,1	28	50,9	55	100
13ª /12ª	2000/1996	23	41,8	32	58,2	55	100
14ª / 13ª	2004/2000	26	47,3	29	52,7	55	100

Observação: comparação com titulares da legislatura anterior.
P – Permanência; R – Renovação.

Contudo, os altos índices de renovação parlamentar e a sua respectiva tendência de queda ao longo do tempo não são particularidades da CMSP, a despeito da especificidade de que os parlamentares estreantes representam sempre índices acima de 50 % em todas legislaturas ao serem cotejados com os percentuais das CMRJ, CMG, e, CMC. Ademais, apesar de São Paulo não ter atingido valores máximos como as demais câmaras, a variação entre o seu índice máximo e o mínimo é menor que o das outras (*veja tabela 11*). Como também é menor seu desvio padrão, o qual leva em conta os demais valores da distribuição. Portanto, nas referidas câmaras há índices mais altos com casos de queda significativos.

Destaque-se que o município de Guarulhos viveu grande conflito no período compreendido entre 1997 e 2000, quando seu prefeito foi cassado pela CMG e parte expressiva de seus vereadores foi afastada por medida judicial enquanto alguns foram presos durante investigações feitas pelo Ministério Público (MPE) e pela Polícia Civil. Esse ambiente contribuiu para abalar a opinião pública e certamente ajuda a explicar o segundo maior índice de renovação de todos os que foram computados para o período (78,8 %) (MALUF:2001).

Não obstante, a CMSP viveu experiência tão ou mais traumática em ao menos duas (2) legislaturas (10^a - 1989-1992 – e 12^a - 1997-2000), mediante a abertura de processos políticos contra vereadores veteranos que haviam passado pela mesa diretora em uma destas⁵⁰ (MALUF:1991), como cassação e prisão de vereadores em outra, fatos estes com repercussões opostas. No primeiro caso (10^a legislatura), a renovação caiu na composição da 11^a (52,7 %) e quatro (4) dos três (3) vereadores acusados foram reeleitos, e no segundo (12^a), o índice de renovação da legislatura seguinte aumentou (58,2 %)⁵¹. Nada, porém, equivalente ao que se passou com os demais e nem tendo sido o seu índice mais alto. (*ver novamente a tabela 11 a seguir*).

⁵⁰ - Os processos, cuja votação final absolveu os acusados, e cujo assunto volta a ser tratado mais detidamente no capítulo V no tópico sobre a mesa diretora, não contaram com beneplácito da mídia.

⁵¹ - Em março de 1999, pesquisa de opinião pública realizada pelo DataFolha indicou que 44% dos moradores acreditavam que maioria dos vereadores tinha participação nas denúncias de corrupção, e outros 42% entendiam que muitos estavam envolvidos, perfazendo 86% que tinham opinião negativa dos representantes (Vide jornal Folha de São Paulo de 04/03/99).

Tabela 11
Renovação em cada legislatura da CMSP, CMRJ, CMC e CMG (1982-2004)
Em porcentagens

LEGISLATURAS	CMSP	CMRJ	CMG	CMC
1982/1976	72,7	84,8	63,2	69,2
1988/1982	62,3	73,8	57,1	60,0
1992/1988	52,7	52,4	42,8	54,6
1996/1992	50,9	57,1	42,8	53,8
2000/1996	58,2	57,1	78,8	76,9
2004/2000	52,7	48,0	55,9	20,0
MÉDIA	58,2	62,2	56,8	55,8
MAXIMO-MINIMO	21,8	36,8	36,0	56,9
DESVIO PADRÃO	7,5	12,9	12,4	17,9

Fontes: TRE-SP, TRE-RJ, Fundação Seade.

Critério ainda mais consistente para se conhecer a efetiva permanência e renovação interlegislaturas é a identificação de quais vereadores foram eleitos efetivamente pela primeira vez. Durante esses anos, observa-se ocorrência de forte oscilação, como se observa na tabela acima. Os vereadores em primeiro mandato ora superam os que dispõem de mais de um (1), ora se dá o inverso. Porém, a despeito do efeito conjuntural sobre as características da legislatura, um olhar atento sugere que a experiência denota pequena tendência ascendente ao longo do tempo. De qualquer maneira, o noviciado é uma marca muito forte na composição da CMSP.

Apesar do noviciado, constata-se um movimento descendente na participação proporcional dos vereadores paulistanos em primeiro mandato, que se pode observar entre a 9ª (1983-1988) e a 11ª (1993-1996) legislaturas, com estabilização na 12ª, o qual pode ser entendido como resultado de um processo claro da experiência adquirida pelos parlamentares eleitos em 1982 e a partir de então. Tal experiência os leva à eficiente utilização dos recursos de poder que se encontram disponíveis para se reeleger (*vide tabela 12 abaixo*).

Por outro lado, a inflexão que ocorre na eleição da 13ª legislatura é o resultado não menos claro do que a legislatura anterior vivenciou, quando vereadores foram cassados e/ou presos a partir dos trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apurou denúncias de corrupção envolvendo vereadores e funcionários da administração municipal, alguns dos quais haviam sido indicados para os cargos de confiança pelos próprios vereadores. Portanto, a renovação da 13ª legislatura é

produzida a partir de um misto de impedimento de dois (2) titulares da 12ª se candidatarem (um cassado e outro preso), aliado ao efeito da opinião pública sobre a outra parte de seus integrantes⁵².

Tabela 12
Experiência Parlamentar como Vereador na CMSP

Legislatura	Primeiro Mandato	Primeiro Mandato em %	Mais de 1 Mandato	Mais de 1 Mandato em %	Magnitude
9ª	24	72,7	9	27,3	33
10ª	34	64,1	19	35,8	53
11ª	27	49,1	28	50,9	55
12ª	28	50,9	27	49,1	55
13ª	33	60,0	22	40,0	55
14ª	26	42,3	29	52,7	55

Fonte: TRE-SP.

Observação: mais de um mandato inclui apenas os titulares desde o início da legislatura.

A importância dos Suplentes de Vereador

Apesar dos dados acima serem suficientes para mostrar que a carreira política na CMSP e a partir da CMSP está restrita a uma minoria de políticos, as particularidades da mesma serão aprofundadas na medida em que se leva em conta os suplentes de vereador que assumem o mandato ao longo da legislatura⁵³ e se candidatam novamente nas eleições seguintes. Afinal de contas os primeiros suplentes⁵⁴ parecem se encontrar em um limbo político, pois não são titulares, mas com frequência têm a oportunidade de assumir a vereança, especialmente os que se encontram na base parlamentar do governo, ou em decorrência do titular ser eleito para outro mandato. Nem todos primeiros suplentes assumiram a vaga de vereador de forma duradoura em todos estes anos, mas, ainda, assim, alguns disputaram as eleições para a câmara em mais de uma oportunidade sem êxito (como se demonstrou indiretamente com base nas listas de 2000 e 2004), ou conseguiram o sucesso nas urnas após mais de duas tentativas.

Há suplentes que jamais foram eleitos, mas por se situarem nas primeiras suplências e de terem exercido a vereança conseguiram acumular capital político

⁵² - O presidente da CPI escreveu livro a partir desta experiência, que faz relato pessoal cobrindo período que vai do requerimento da comissão até sua conclusão, incluindo sua própria opinião (CARDOZO:2000).

⁵³ - Trata-se aqui dos suplentes que assumem por largo período em razão dos titulares estarem licenciados ou em caso de morte, ou, também, no caso dos titulares terem sido eleitos para outros cargos populares. Pela lei, o suplente é todo aquele candidato de partido que obtendo e superando o quociente eleitoral elegeu vereadores.

⁵⁴ - Chama-se aqui de primeiros suplentes àqueles vereadores que se colocam entre a 1ª e a 5ª suplência de um partido isolado ou de coligação que elege o prefeito, ou até a 3ª suplência de outro partido que tenha eleito bancada de ao menos três (3) vereadores.

suficiente para se colocar em lugar estratégico em suas carreiras, provavelmente as concluindo nestes cargos. É o caso de Edson Emanuel Simões, que se candidatou nas eleições de 1982, 1988 e 1992 e conseguiu ser indicado para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Município (TCM)⁵⁵. Sua indicação se deu na legislatura em que ele concorreu por outro partido, o PPB, o qual elegeu o prefeito da cidade, Paulo Maluf, que derrotou o candidato do partido da situação. Assim, por meio da combinação de uma votação para além de suas bases tradicionais, na região sul de São Paulo, ele se fortaleceu.

Outros conselheiros designados nestes anos também saíram das suplências. Foram os casos de Francisco Martins Gimenez, suplente na 9ª Legislatura (1983-1988), e de certo modo os de Eurípides Sales e Maurício Faria. Dos dois últimos, Sales não conseguiu ser reeleito para a 10ª Legislatura (1989-1992), apesar de titular na 9ª, e obteve a indicação ainda ao término da mencionada Legislatura. Gimenez e Sales foram designados por diferentes prefeitos, a saber, Mário Covas (PMDB) e Jânio Quadros (PTB). O segundo, Maurício Faria, já havia sido titular por dois mandatos (10ª e 11ª legislaturas), mas ficou nas primeiras suplências na 12ª legislatura e não disputou mandato para a 13ª legislatura. Nestes anos, ele foi designado pela prefeita Marta Suplicy, de seu partido, para a presidência da empresa municipal de urbanização (EMURB), e, mais tarde (final de 2002) foi por ela indicado para a vaga aberta de conselheiro⁵⁶.

Em vários círculos da vida política paulistana, costumava-se dizer que o indivíduo designado para o cargo de conselheiro do TCM recebia a indicação como prêmio de consolação por não conseguir se firmar eleitoralmente. Chamava-se de prêmio porque o designado tem vencimentos assegurados até o final de sua vida econômica ativa sem ter de se submeter à incerteza das eleições e, supostamente, nem ser muito exigido quanto ao conhecimento especializado apesar do que a lei orgânica determina, recebendo aposentadoria a partir dos 70 anos quando deixa o cargo compulsoriamente, além das garantida e as regalias durante o exercício do cargo⁵⁷.

⁵⁵ - Ele será aposentado compulsoriamente em 2018, quando completa 70 anos.

⁵⁶ - Embora esta situação seja mais pronunciada no município de São Paulo, no Rio de Janeiro o conselheiro do TCM, Thiers Vianna Montebello, ficou como suplente nas eleições de 1988, assumindo o mandato em sua segunda metade. Foi líder do PMDB e conseguiu ser indicado para o tribunal como consequência do apoio dado ao Poder Executivo.

⁵⁷ - Quanto à exigência do cargo de conselheiro, tal concepção está razoavelmente distante da realidade, alguns anos após a promulgação da Constituição.

Por outro lado, o acréscimo da palavra consolação ao termo principal se deve à derrota nas urnas e a uma vida aparentemente menos ligada às grandes decisões (ou talvez menos romântica), como se o escolhido fosse algum coitado por se ater a funções estritamente burocráticas. Mais do que isso, o noticiário envolvendo o TCM durante os anos 90 foi bastante negativo ao órgão em relação à sua integridade e necessidade⁵⁸. Todavia, o cargo de conselheiro é cobiçado por muitos e a partir da promulgação da Lei Orgânica do Município (LOM) em 1990 aumentou de forma significativa suas responsabilidades no exame das contas municipais.

Além disso, há muitos casos de suplentes que foram vereador alguma vez, mas sua trajetória foi quase sempre marcada pela derrota nas urnas. Este são os casos de Eliseu Gabriel de Pieri e Odilon Guedes Pinto, candidatos cinco (5) vezes a vereador, mas eleitos em apenas uma (1) oportunidade, com a diferença que o primeiro só teve a oportunidade de exercer a vereança quando foi titular e o segundo de exercê-la em mais de uma legislatura, em consequência de titulares serem aproveitados para ocupar cargos nos primeiros escalões do governo municipal e de renúncia por motivo de eleição para outro cargo.

Além das situações acima narradas, há muitos casos de candidatos que só vieram a ser titular depois de três (3) disputas eleitorais, como há ainda os que disputaram de quatro (4) a cinco (5) eleições e jamais conseguiram se eleger uma única vez, dividindo-se este grupo entre os que chegaram a exercer a suplência em algum momento, e outros que nunca conseguiram devido a não estarem tão bem colocados e não pertencerem à bancada da situação.

Assim, na medida em que se leva em conta a figura do suplente na análise da renovação e da permanência na CMSP, percebe-se que os expressivos índices de rotatividade e descontinuidade na carreira política na edilidade se devem muito as adversidades da disputa eleitoral no seio de um segmento de tamanho não tão pequeno

⁵⁸ - Parte desta abordagem crítica surgiu durante a gestão da prefeita Luíza Erundina, eleita pelo PT, que recebeu parecer contrário às suas contas no TCM, o qual terminou por não ser aprovado pela CMSP, a quem cabe a palavra final, em decorrência da mobilização dela e seu partido junto à suas bases sociais e aos meios de comunicação. Contudo, este exemplo serviria para mostrar o contrário, isto é, que o tribunal não faz um trabalho estritamente burocrático, pois sua decisão, como outras tomadas em anos seguintes, foi interpretada como sendo de natureza política.

quanto os números indicam ao se levar em conta somente os titulares. Mesmo assim, o número dos que se entregam a vida política eleitoral continuamente é modesto, embora os revezes na disputa não impedem por completo que determinados suplentes consigam progredir na carreira e não querem dizer que a disputa eleitoral se faz de forma absolutamente isonômica entre todos seus candidatos. Mas significa que são muitas as variáveis fora do controle individual e mesmo dos partidos, gerando razoável incerteza na trajetória.

Das duas hipóteses desse capítulo, a primeira se revelou verdadeira apesar da limitação dos testes às listas integrais de candidatos de 2000 e 2004 e a informações parciais dos anos anteriores, enquanto a segunda não se sustentou, ou seja, o número de vereadores concorrendo pela primeira vez é maior efetivamente do que os postulantes pela segunda ou mais vezes. Todavia, o número de vereadores em primeiro mandato é muito maior do que os que têm dois ou mais mandatos, maioria esta que é absoluta porém bem aquém da encontrada nas outras casas legislativas observadas, o que demonstra o diminuto espaço dos parlamentares do tipo *quase permanente* e *permanente*.

CAPÍTULO IV

OS PARTIDOS POLÍTICOS NA CMSP (1982-2004)

Carreiras políticas nos sistemas democráticos são feitas por intermédio dos partidos políticos que são as únicas organizações autorizadas pela legislação a competirem pelos recursos de poder do Estado, ainda que fatores extra-partidários tenham importância significativa para estas mesmas carreiras, embora com impactos variáveis. Entre tais fatores encontram-se, por exemplo, as relações familiares (a serem examinadas no capítulo VI), os círculos de amizade, sociais e ocupacionais (sindicatos e entidades) aos quais os sujeitos pertencem⁵⁹.

No Brasil, os partidos políticos são organizações de caráter nacional de acordo com o que é determinado pela lei, vedando-se sua existência para funcionar estritamente no âmbito estadual ou municipal, conquanto a mesma não obrigue que estes se encontrem estruturados em todo o território nacional (Lei 9.096/95, especialmente artigos 8º e 13º). Destacar seu caráter nacional se justifica pelo tamanho do território brasileiro, sua divisão político-administrativa, bem como a grandeza e diversidade demográfica e de sua população, que tornam factíveis a predominância das singularidades políticas locais em várias situações, levando a diferentes composições partidárias. Tal realidade ganha intensidade em decorrência do grande número de partidos criados desde a sanção da lei 6.767/79, extinguindo o bipartidarismo no Brasil, bem como as fusões que ocorreram a partir de então. Como já observado no capítulo II, que trata das mudanças institucionais vividas pelo país, a criação e fusão de partidos se constituem em variáveis relevantes para a compreensão da carreira dos políticos, e assim também dos vereadores paulistanos.

Pode-se afirmar que a ligação das pessoas que se dedicam integralmente à política com os partidos políticos brasileiros tem sido predominantemente instrumental, ou seja, orientada para o seu auto-interesse no intuito de alcançar os cargos eletivos, ou não eletivos, embora estes últimos dependam em certa medida de se conquistar os primeiros. Reconhecer a força e ascendência do interesse individual não quer dizer que

⁵⁹ - Entretanto, em algumas democracias é possível concorrer de forma independente aos partidos, mas quase sempre nas eleições regionais ou municipais e adotando sistemas eleitorais distritais.

inexistam aspectos programáticos e doutrinários nas escolhas de seus integrantes, ao menos para certas parcelas dos políticos, os quais no período da redemocratização do Brasil estiveram majoritariamente em partidos de esquerda e centro-esquerda dentre os que são considerados relevantes⁶⁰. Não falta nem mesmo a disciplina, ou alguma dose desta, no comportamento dos parlamentares quando observada as votações na Câmara dos Deputados⁶¹. Ademais, a despeito das questões programáticas e disciplinares, afinidades ideológicas estariam presentes na maior parte das opções que são feitas para se filiar a um ou outro partido situado nos espectro político considerado mais à esquerda ou mais à direita⁶².

É possível que tais relações tenham conseqüências na relação do eleitorado com os partidos, seja quanto à visibilidade destas organizações perante o corpo eleitoral, bem como da lealdade deste corpo quando da realização dos pleitos. É a conclusão a que se chega em artigo publicado com base em pesquisa pré-eleitoral de 2002, que procura fazer um balanço dos 20 anos de democracia no Brasil.

“Os eleitores apresentam dificuldade de identificar os partidos como atores políticos distintos, isto é, como entidades que estruturam a escolha eleitoral e criam identidades. Em outras palavras, em uma situação de intensa fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em decorrência da prática de alianças eleitorais(...) é difícil para o eleitor mediano fixar a imagem dos partidos, distinguir seus líderes e propostas e, assim, estabelecer uma lealdade partidária” (KINZO:2005).

⁶⁰ - As classificações ideológicas dos partidos políticos são usadas com regularidade na ciência política, mas sofrem objeções de autores brasileiros porque estas são empregadas, entre outras razões, a partir das mesmas feitas para os países europeus (SARTORI:1982), e, assim, não levam em conta a fragilidade da dimensão programática para a vida destas organizações. Ademais, a própria complexidade e dinâmica do sistema político brasileiro seria motivo de cautela em seu emprego. Rica reflexão sobre a questão é encontrada em NICOLAU (1996) e RODRIGUES (2002), entre outros autores. Eu acrescentaria a tal ressalva que certas realidades municipais e estaduais podem implicar em classificações um pouco diferentes para certos partidos.

⁶¹ - É esta a conclusão a que chegam LIMONGI & FIGUEIREDO (1998), ao rebaterem a teoria de que os partidos são indisciplinados. Não obstante, discorda-se aqui parcialmente dos mencionados autores porque a mesma se circunscreve a determinada legislatura, sob determinado governo e vale quando muito para os partidos da situação. O Senado Federal não foi levado em conta, como também não foram as Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores dos médios e grandes municípios.

⁶² - A literatura sobre os partidos políticos individualmente tratados e constituídos a partir de 1980, incluindo a que os aborda regionalmente, vem crescendo lentamente no Brasil. Estudos sobre o PT nacional ver KECK (1991), sobre a seção fluminense do PT ver SOUSA (1997), sobre o PMDB ver MELHEM (1995) e FERREIRA (2001), para o PFL FERREIRA (2001), sobre o PSDB ver ROMA (2000), entre outros autores. O foco é diversificado, mas em geral não trata da carreira política dos seus membros.

Com outra perspectiva sobre o comportamento do eleitorado brasileiro frente aos partidos, encontra-se a tese de que a manifestação eleitoral apresenta certo direcionamento ideológico e que a ideologia se constitui em uma variável de longo prazo na estruturação do voto que não pode ser desconsiderada (SINGER:2002).

Retornando a relação entre políticos e partidos, a permissividade da legislação eleitoral e partidária do atual período em relação às condições de filiação e de candidatura facilitou a migração partidária individual entre os políticos investidos de mandato popular no período inter-eleitoral. Não obstante, não seria esta condição em si mesma que poderia explicar a troca, mas sim o agente procurar saber o que se ganha e o que se perde na esfera institucional (DINIZ:2000), sem perder de vista as disputas políticas no interior do Parlamento (MELO:2000). Porém, mais do que qualquer outra razão alegada, facilitar a reeleição tem sido o argumento central para se deixar uma legenda por outra, a despeito de fatores internos à vida do Parlamento serem também apontados como relevantes, tais como o parlamentar ser capaz de influenciar o processo decisório interno (FIGUEIREDO & LIMONGI: 1999; RAIMUNDO:2005). A maximização do interesse individual em seu aspecto mais perverso (não ético), mas levando em conta parcialmente a ressalva feita por DOWNS e abordada no capítulo I, parece ser o fator que melhor se coaduna a maior parte dos atores que operam no sistema partidário brasileiro (DOWNS:1999).

A Migração Partidária e suas consequências para a reeleição

O entendimento aqui esposado é o de ser pouco provável a existência de uma razão única para a migração partidária, mas sim que a principal e quase sempre presente nas decisões passa pela reeleição, isto é, leva em conta a avaliação do eventual candidato se a mesma facilitará ou não seu êxito. O fato de se tratar na presente pesquisa do Poder Legislativo Municipal não tem, em princípio, diferença significativa para a explicação.

Portanto, como a migração partidária passou a ser prática generalizada na política brasileira, faz-se necessário conhecer a importância quantitativa da mesma para o desenvolvimento da carreira dos vereadores paulistanos até porque no município,

ainda que se trate nesta pesquisa do maior do Brasil, a identificação e fidelidade aos partidos é menos forte do que no plano nacional e dos estados mais desenvolvidos.

Antes, porém, de se averiguar como a migração se processou na CMSP, é importante fornecer o quadro da eleição de 1982, quando a 9ª legislatura (1983-1988) foi formada. À época, os partidos políticos existentes, e em situação legal de lançar candidatos eram seis (6) (PDT, PDS, PMDB, PSB, PT, PTB). PDT e PSB não elegeram representantes. Outros partidos políticos que viriam a ter expressão estadual e nacional foram fundados no transcorrer da legislatura, provocando certas mudanças na composição partidária do legislativo paulistano antes de seu término uma vez que a lei permitia tal conduta, e, principalmente, a partir da 10ª legislatura (1989-1992) (*para examinar a composição partidária completa em cada uma das seis legislaturas, vide os anexos*). Estes partidos de maior participação na CMSP foram PFL, PL e PSDB, além de pequenas siglas que elegeram em uma (1) ou duas (2) legislaturas representantes, como PRONA e PSD⁶³. PDT e PSB, que ficaram de fora na eleição de 1982, viriam a ter pequena participação em algumas das seguintes. E, além destes, houve a legalização dos partidos comunistas, PCB e PC do B. O primeiro, que a partir de janeiro de 1992 se transformaria em Partido Popular Socialista (PPS), chegou a eleger um (1) vereador em 1988 e não teve mais representante, enquanto o segundo sempre contou com algum a partir da 10ª legislatura (1989-1992). Portanto, quando se aborda a questão de quem está incluído ou excluído da atividade política eleitoral, fator essencial para a viabilidade de uma carreira política, há que se ter em conta os partidos políticos existentes, os que são criados e os que são eventualmente extintos.

Assim, na CMSP encontrou-se a seguinte realidade: dos 81 vereadores que se elegeram para dois (2) ou mais mandatos (os quais representam 45,8 % do total de 177), a expressiva maioria de 53 (65,4 %) concorreu por apenas um (1) partido, aí incluídos o único vereador que permaneceu na câmara ao longo das seis (6) legislaturas (Jooji Hato – PMDB) e um dos dois (2) que teve cinco (5) mandatos (Arselino Tatto – PT). Ter concorrido por dois (2) partidos foi um acontecimento para 24 edis (29,6 %) e por três (3) partidos apenas para quatro (4) (4,9 %), os quais, somados, representaram 34,5 % (*veja tabela 13 a seguir*).

⁶³ - Em 2003, o registro do PSD foi cancelado e o mesmo foi incorporado ao PTB, por meio da Resolução TSE 21.350/03.

Tabela 13
Número de Partidos Políticos pelos quais os Vereadores com 2 e mais mandatos concorreram (1982-2004)

N=81

Número de Partidos	Número de Mandatos					SUBOTAL	Em %
	2	3	4	5	6		
1	34	12	5	1	1	53	65,4
2	14	9	1	0	0	24	29,6
3	0	1	2	1	0	4	4,9
TOTAL	48	22	8	2	1	81	100

Fonte: TRE-SP.

Observação: PDS, PPB e PP foram considerados como um partido somente.

Portanto, fica evidente que a filiação a outra legenda não se revelou fator decisivo para a reeleição da maioria dos titulares, dado este que não deixa de ser um elemento relevante para a reflexão sobre a fidelidade partidária no sistema político brasileiro, que é considerada frágil, embora tal realidade não seja uma singularidade do País (NICOLAU:1996). Todavia, o resultado global encontrado foi influenciado por certas organizações, principalmente pelo PT e, em menor medida pelo PSDB, cujas opções partidárias de seus titulares se revelaram diferentes das dos demais partidos, especialmente os do primeiro. Portanto, a fim de evitar conclusões precipitadas, procurou-se controlar melhor a variável partidos políticos pelos quais estes vereadores concorreram, identificando-se quais legendas tiveram mais fidelidade, bem como as que mais receberam vereadores e as que mais perderam⁶⁴.

Ao contrário da semelhança verificada no peso relativo dos vereadores com um (1) mandato nas casas legislativas aqui examinadas, a configuração da relação entre representantes com mais de um (1) mandato e o número de partidos políticos pelos quais disputaram os pleitos é diferente das outras três (3) câmaras selecionadas. Na CMSP, constata-se que obter a reeleição por apenas um (1) partido representou a larga maioria dos vereadores paulistanos (65,4 %), mas a minoria para os das câmaras do Rio de Janeiro (CMRJ), Caieiras (CMC) e Guarulhos (CMG) (*vide tabela 14*). Ou seja, a CMSP demonstra uma singularidade que não é encontrada nas demais, fato este que pode ser parcialmente explicado pelo quadro de elevada fragmentação partidária

naquelas casas concomitantemente a ocorrência de muitas coligações nas eleições proporcionais.

Tabela 14
*Vereadores com mais de um mandato das CMSP, CMRJ, CMC e CMG,
Segundo o número de partidos pelos quais concorreram (1982-2004).*

<i>Em percentuais.</i>				
PARTIDOS	CMSP	CMRJ	CMC	CMG
1	65,4	42,4	31,6	52,8
2 ou mais partidos	34,5	57,6	68,4	47,2
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: TRE-SP.

A Permanência dos Vereadores nos Partidos

Voltando à relação entre fidelidade aos partidos e vereadores paulistanos e concentrando o foco nos titulares que tiveram dois (2) mandatos ou mais, dá-se a conhecer o número de partidos pelos quais estes 81 titulares foram eleitos⁶⁵. Das 14 organizações que elegeram vereadores em alguma eleição no período em questão (1982 a 2004), apenas o PRONA não elegeu qualquer vereador que tivesse sido eleito para mais de um (1) mandato. As outras 13 tiveram ao menos um (1) preenchendo esta condição. Por intermédio das 13 legendas, os 81 vereadores amealharam 210 vagas das 306 acumuladas em todos estes anos, correspondendo a 68,6 %.

Dos 13 partidos, seis (6) foram capazes de eleger a totalidade dos vereadores que estiveram em suas fileiras por sua sigla (ou a maioria deles), que se revelam os seguintes: PT, PDS/PPB/PP, PMDB, PSDB, PL e PC do B. As duas (2) legendas que atingiram fidelidade absoluta foram sempre aliadas, mas com bancadas de tamanhos muito distintos, a saber, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), com 49 vereadores e três (3) respectivamente (*veja tabela 15 a seguir*).

As outras quatro (4) legendas tiveram fidelidade parcial e variável. O PSDB (Dalton Silvano do Amaral e Gilson de Almeida Barreto), o PMDB (Jooji Hato), o PL

⁶⁴ - Embora seja um recurso importante, não se recorre aqui ao Índice de Mudança Parlamentar (IMPA) elaborado por NICOLAU (1996) por entender que seu instrumento se aplica para a troca ocorrida em anos consecutivos de uma dada legislatura.

⁶⁵ - Compreensivelmente os titulares de apenas um (1) mandato foram excluídos, pois não teriam como ser eleitos por mais de um partido.

(José Viviane Ferraz) e o PDS/PPB/PP (Wadih Jorge Mutran) se constituem nos partidos que tiveram ao menos um (1) vereador eleito para três (3) mandatos e sempre pela mesma sigla.

As outras sete (7) legendas (PFL, PDT, PPS, PV, PSD e PSB) tiveram sempre fidelidade negativa (-1,00) (*vide tabela 15 a seguir*). Não por acaso foram agremiações que elegeram representantes para no máximo quatro (4) legislaturas e com no máximo quatro (4) edis simultaneamente (PFL).

De maneira geral as maiores siglas são também aquelas que obtêm os maiores índices de fidelidade. Seguramente que o conhecimento mais acurado sobre a capacidade de retenção de cada partido exigiria conhecer todas as candidaturas de todos os partidos que elegeram representantes nestes anos, mesmo os eleitos para um (1) mandato apenas, mas desde que o eleito tivesse se candidatado outra vez, pois muitos vereadores trocam de partidos e não se elegem. Essa possibilidade não foi captada pelos dados coletados e aqui disponibilizados, embora tal limitação será parcialmente contornada nas páginas seguintes deste capítulo.

Tabela 15
*Partidos Políticos pelos quais Vereadores com 2 ou mais
Mandatos concorreram às eleições de 1982 a 2004*
(ordem decrescente)

PARTIDO	1	2	3	SUBTOTAL	FIDELIDADE
PT	49	0	0	49	1,00
PC do B	3	0	0	3	1,00
PMDB	26	11	2	39	0,67
PSDB	18	7	4	29	0,62
PDS/PPB/PP	25	14	4	43	0,58
PL	6	1	4	11	0,54
PTB	8	11	2	21	0,38
PFL	0	5	2	7	-1,00
PDT	0	2	0	2	-1,00
PPS	0	1	1	2	-1,00
PV	0	0	2	2	-1,00
PSD	0	1	0	1	-1,00
PSB	0	0	1	1	-1,00
PRONA	0	0	0	0	Não Procede
TOTAL	135	53	22	210	
Em %	64,3	25,2	10,5	100	

Fonte: TRE-SP. * considerados um partido apenas.

Observação: 210 vagas representam 68,6% das 306 acumuladas no período.

Fidelidade – Vai de 1,00, quando a Coluna 1 abarca todos integrantes até – 1,00 quando

As colunas 2 e 3 somadas representam todos integrantes.

Importa reconhecer de posse de tais dados, como já foi feito no capítulo anterior, que a migração partidária se constitui em fator que afeta marginalmente a reeleição, tal como foi observado em pesquisa referente à Câmara dos Deputados (SCHMITT:1999). Ou seja, deputados que permanecem nos mesmos partidos têm elevado índice de reeleição, enquanto a troca de legendas não tem sido fator que a assegure de forma generalizada. Fato semelhante se verifica na CMSP⁶⁶.

Em relação ao partido com maior número de representantes e também de maior fidelidade, o PT, a sigla conseguiu eleger as prefeitas de São Paulo (Luíza Erundina em 1988 e Marta Suplicy em 2000) em duas (2) oportunidades ao longo destas seis (6) legislaturas (embora de forma não consecutiva), fato esse que não pode ser desconsiderado para explicar o(s) motivo(s) da permanência do vereador em uma mesma legenda, porque o partido que se encontra no governo (ou que mostra grande viabilidade de vir a conquistá-lo) tende a atrair ou a manter mais seus membros que se encontram no parlamento⁶⁷.

O PDS/PPB/PP, segundo maior entre os que elegeram vereadores com dois (2) ou mais mandatos, também elegeu dois (2) prefeitos de São Paulo (Paulo Salim Maluf em 1992 e Celso Roberto Pitta do Nascimento em 1996). Apesar disso, seu índice de fidelidade fica atrás do PMDB e do PSDB. Ainda assim, não se pode perder de vista que o controle do Poder Executivo se constitui para esta legenda em um freio na infidelidade, que tende a ser acentuada na medida em que este partido fica de fora do governo. Na condição de agremiação que reuniu parte significativa dos membros que apoiaram o regime militar instaurado em 1964 (a antiga ordem política), é compreensível que o PDS/PPB/PP fique atrás das organizações mencionadas.

Terceira maior bancada ao longo das legislaturas, PMDB não elegeu prefeito algum, mas ficou com o segundo maior índice de fidelidade. Entretanto, os primeiros chefes do Poder Executivo do período examinado pertenceram às suas fileiras (Altino Lima, por pouco mais de dois meses, e Mário Covas, até dezembro de 1985), como

⁶⁶ - Em levantamento para a 50ª legislatura da Câmara dos Deputados (1995-1999), observa-se que 233 parlamentares (45,4 %) de um total de 513 jamais trocaram de partido entre 1980 e 1994, formando este grupo a maior minoria (NICOLAU:1996).

⁶⁷ - Como se afirma em pouco adiante, o partido que está no comando do Poder Executivo de outros níveis de governo pode influenciar a permanência do parlamentar em seu partido, pois há uma forma de compensação.

também o governador do Estado de São Paulo, que indicou os prefeitos, e, se constituiu no partido principal na transição do regime autoritário para o democrático, elegendo o presidente da República, ainda que indiretamente e mesmo sendo o vice de um partido aliado que viria mais tarde a migrar para a legenda⁶⁸.

O PSDB que ficou em terceiro lugar em termos de fidelidade e quarto no tamanho da bancada conseguiu eleger o prefeito de São Paulo (José Serra) somente em 2004, quando se formaria a 14ª legislatura, fato este que sugere em uma leitura superficial que a conquista do Poder Executivo não terá sido fato determinante na escolha e/ou permanência no partido⁶⁹. Não obstante, compensando esta lacuna, o PSDB governara o Estado de São Paulo em duas gestões sucessivas concluídas (1995-1998 e 1999-2002) e uma terceira em curso (2003-2006), fato este que seria, também, importante fator de atração para a permanência na mesma sigla. A legenda teve, também, a presidência da República em dois mandatos consecutivos (1995-1998 e 1999-2002). Diante desta evidência, torna-se admissível que o acesso aos cargos da administração pública direta e indireta pode ter sido elemento para estimular a permanência sob esta legenda (*vide tabela 16 nas páginas seguintes*).

PTB e PL tiveram situações trocadas. O primeiro elegeu maior bancada de edis com 2 mandatos ou mais que o PL, mas foi o segundo que teve o melhor índice de fidelidade entre ambos. Das duas (2) legendas, o PTB elegeu prefeito em 1985 (Jânio da Silva Quadros), embora fosse ele personagem reconhecidamente sem vínculos partidários. Não obstante, o PTB já contava com bancada importante desde o início da 9ª legislatura. A situação do PL é distinta, porque não conseguir eleger um prefeito nas duas décadas, embora tenha apoiado a vários deles do PTB, do PDS/PPB/PP, e do próprio PT⁷⁰.

Finalmente, o PFL é o caso de maior fragilidade dentre as grandes bancadas e das que elegeram vereadores para mais de um mandato. Sua fidelidade é negativa; o

⁶⁸ - Como já se havia mencionado anteriormente, a 9ª legislatura foi atípica para o período por dispor de mandato de seis anos, sendo que a sua primeira metade (1983-1985) conviveu com o prefeito nomeado, que era do PMDB e a segunda (1986-1988) com o prefeito eleito, Jânio Quadros, do PTB.

⁶⁹ - Importante considerar também, para explicar a expressão numérica da agremiação, que o PSDB foi fundado em meados de 1988 quando a 9ª legislatura já se encontrava em seus últimos meses.

⁷⁰ - Em 1992, o PFL teve sua legenda impedida de participar das eleições, por decisão do TRE-SP, em consequência da tentativa de filiação do apresentador e concessionário de televisão, Sílvio Santos, que se colocava como pré-candidato a prefeito do partido e teve sua chapa impugnada, bem como a de vereadores.

único caso dentre os grandes. Em termos oficiais, não elegeu prefeito, tal como o PL, mas igualmente a sigla mencionada também apoiou mais de um prefeito.

Embora o controle do Poder Executivo tenha sido analisado como principal dimensão a explicar a permanência ou migração partidária do vereador, o controle da direção do próprio Poder Legislativo também pode aumentar a consistência da análise, uma vez que seus recursos de poder foram bastante incrementados a partir da promulgação da CF, procedimento este que será desenvolvido no capítulo VI.

Desempenho Eleitoral de Vereadores com Maior Número de Mandatos

A compreensão a respeito da permanência ou migração partidária e sua consequência eleitoral fica mais clara quando se destaca a evolução de votos de oito (8) vereadores paulistanos com maior número de mandatos, à razão de 10 mil eleitores. Três (3) deles (Jooji Hato – PMDB, Arelino Tatto e Devanir Ribeiro – PT) concorreram sempre pelo mesmo partido e sempre asseguraram a reeleição ainda que em contextos de grande variação de votos para cada um.

Cinco (5) outros vereadores mudaram de partido, em contextos diferentes e apresentando resultados diferentes. Nas duas (2) primeiras votações em que concorreram (1982), Wadih Mutran e José Viviane Ferraz não foram eleitos (ambos pelo PMDB). Ferraz migrou para o PL pelo qual se elegeu no pleito seguinte e no mesmo permaneceu até a mais recente eleição, quando ficou na suplência (apesar de aumentar sua votação nominal). Mutran migrou para o PFL em 1988, mas continuou suplente e somente logrou êxito concorrendo pelo PDS/PPB/PP, seu terceiro partido a partir de 1992, do qual não saiu. Por sua vez, o veterano Brasil Vita trocou uma (1) vez de partido e obteve retorno positivo na eleição imediatamente posterior (do PTB para o PDS/PPB/PP), mas ficou suplente na que se sucedeu (2000). Já Roberto Trípoli concorreu por três (3) agremiações; PMDB, PV e PSDB, conquanto no seu segundo partido, a disputa tenha se dado em coligação com o seu terceiro partido, para o qual migrou no pleito seguinte. Por último, Antonio Paiva Monteiro (Toninho Paiva), que também concorreu por três (3) partidos, embora dois (2) diferentes (*tabela 16 a seguir*).

Tabela 16
Desempenho Eleitoral de 8 Vereadores da CMSP com mais mandatos (1982-2004)
(Votos obtidos a cada 10.000 eleitores)

CANDIDATOS	(e) 1982	(e) 1988	(e) 1992	(e) 1996	(e) 2000	(e) 2004	P
Jooji Hato	120	33	23	50	34	38	1
Wadih Mutran *	47	28	35	86	32	45	3
Brasil Vita *	471	44	25	50	27		2
Arselino Tatto		23	30	39	64	94	1
Devanir Ribeiro		31	27	33	57		1
Roberto Trípoli *		32	32	50	57	74	3
José Viviane Ferraz		14	30	42	28	35	1
Toninho Paiva *			22	92	36	59	3

Fonte: TRE-SP.

Brasil Vita não conseguiu ser reeleito em 2000; Devanir Ribeiro foi eleito deputado federal em 2002.

* Trocou de partido. P - Total de Partidos pelos quais concorreu

Titulares com mais de um mandato em cada legislatura da CMSP

Com o propósito de se adentrar ainda mais no grau de relação existente entre os partidos políticos e os vereadores com mais de um (1) mandato, procurou-se conhecer em cada legislatura eleita (de 1982, 9^a, a 2004, 14^a) o número de titulares com dois (2), ou mais mandatos comparando-os aos partidos pelos quais disputaram. Ao se levar em conta cada legislatura, insere-se na análise as características políticas de cada conjuntura, que permitem enxergar se determinadas particularidades podem ou não afetar o resultado final.

O PT, que na tabela 15, já se revelara como a organização com maior nível de fidelidade, aparece aqui como uma das que mais dispõe de edis com dois ou mais mandatos a cada legislatura, à exceção da 9^a e da 14^a, eleições em que ficou em terceiro lugar, e, em certa medida da 12^a, quando fica em segundo (*vide tabela 17 a seguir*). O movimento do PT confirma que a organização se tornou uma das principais forças políticas, bem como seus integrantes adquiriram maior experiência e, assim, conseguiram assegurar a reeleição de seus principais titulares, embora com forte queda na 14^a.

Portanto, fica claro a partir da leitura da tabela 17 seguinte que os grandes partidos são também aqueles que dispõem de maior capacidade de retenção dos vereadores reeleitos, capacidade esta, todavia, que se altera sob o desenho das conjunturas específicas que se apresentam à época da eleição para cada legislatura. Outra evidência é que as duas legislaturas das extremidades, a 9^a (eleição em 1982) e a

mais recente, 14^a (2004), são as de menor proporção no conjunto das vagas obtidas pelos partidos em relação a esses vereadores. A 9^a legislatura se tratava de uma legislatura inaugural de um novo período, a despeito de não existir qualquer proibição para os titulares das anteriores disputarem mandatos. Entretanto, o quadro multipardiário efetivamente começou a partir daí.

A 14^a legislatura, porém, pode revelar certa mudança na conjuntura política, na qual o PSDB passa a ser o partido político que mais cresce, embora sem se tornar majoritário sozinho, porém, com a particularidade de reter seus quadros no plano municipal. Já o PT, embora deixe o comando do Poder Executivo municipal, havia se tornado o partido que conquistou a Presidência da República, o que estimulou seus representantes mais antigos a disputarem com êxito mandatos legislativos em níveis estadual e nacional.

O PMDB, que também foi uma das principais organizações no município, apresentou queda a partir da 10^a legislatura com pequena inflexão na 11^a, para depois cair bruscamente na 12^a e assim se estabilizar nas duas seguintes.

Devido a extensão das informações arroladas nas tabelas 15 e 17 principalmente, vale lembrar que ao se trabalhar com os representantes populares com dois ou mais mandatos, não se está fazendo afirmação definitiva sobre crescimento ou encolhimento das bancadas, mas sim procurando destacar suas forças, uma vez que vereadores de uma mandato somente não dispõem, em um primeiro momento, da mesma capacidade de influir no processo decisório que os demais.

E, por último, como já se havia demonstrado na tabela 15, a eleição do prefeito está diretamente associada à capacidade dos partidos elegerem as maiores bancadas e de retenção de parlamentares não apenas em seus quadros, mas também na CMSP. Contudo, a particularidade oferecida pela tabela 17 é a de que a derrota do partido na eleição para prefeito coincidiu com a drástica diminuição da bancada experiente na câmara⁷¹.

⁷¹ - A diminuição não se deve somente à derrota, mas como já foi dito atrás, à decisão anterior de vereadores do PT disputarem com êxito vagas na ALESP e na CD.

Tabela 17
*Vereadores com 2 ou mais mandatos segundo os partidos
 pelos quais se elegeram em cada legislatura (1982-2004).*
 (ordem decrescente)

PARTIDO	9a	10a	11a	12a	13a	14a	TOTAL	EM %
PT	3	10	10	10	12	4	49	23,3
PDS/PPB/PP	4	6	11	16	5	1	43	20,5
PMDB	10	8	9	4	4	4	39	18,6
PSDB	0	5	4	4	8	8	29	13,8
PTB	4	5	4	0	3	5	21	10,0
PL	0	2	3	2	2	2	11	5,2
PFL	0	4	0	0	1	2	7	3,3
PC do B	0	0	1	1	1	0	3	1,4
PPS	0	0	0	0	0	2	2	1,0
PV	0	1	0	0	0	1	2	1,0
PDT	0	0	0	1	0	1	2	1,0
PSD	0	0	0	0	1	0	1	0,5
PSB	0	0	1	0	0	0	1	0,5
TOTAL	21	41	43	38	37	30	210	100
EM %	10,0	24,3	20,5	18,1	17,6	14,3	100	

* Tratados como um partido apenas.

Maiores Partidos, Mais Mandatos

A seguir, efetua-se nova comparação dispondo da igual preocupação de incrementar o controle sobre a relação entre partidos políticos e o número de mandatos de seus integrantes. No presente caso, contudo, leva-se em conta a proporção de cada legenda na distribuição das vagas obtidas tanto para os vereadores paulistanos com um (1) e com dois (2) e mais mandatos, porém sem destacar cada legislatura individualmente.

Observa-se com nitidez que os maiores partidos são, de maneira geral, tantos os que dispõem de vereadores com mais de um (1) mandato quanto os que os têm em apenas um (1). Aos grandes partidos da Câmara Municipal coube a maioria das vagas dos representantes populares com dois (2) ou mais mandatos (*ver tabela 18 a seguir*).

Até mesmo a ordem de colocação nas duas colunas é basicamente a mesma (1 mandato e dois ou mais). É o caso do PT, PDS/PPB/PP, PMDB, PSDB, PTB, PL e PFL. Isto quer dizer que das 306 vagas disputadas no total de seis (6) legislaturas, nada menos que 272 destas (ou seja, 88,8 %) foram conquistadas por estes partidos. Embora a ordem de colocação seja igual, o peso percentual das maiores bancadas é bem maior na coluna dos edis com dois ou mais mandatos na que dos com apenas um (1) (94,7%

contra 75,9%). Nos menores partidos ocorre exatamente o inverso, ou seja, a quase totalidade das vagas é para vereadores que tiveram apenas um (1) mandato⁷².

Tabela 18
*Vereadores com 1 mandato e com 2 ou mais mandatos segundo os partidos políticos
Pelos quais concorreram em cada legislatura (da 9ª a 14ª)*

PARTIDO	1 M	EM %	2 M OU MAIS	EM %	TOTAL DE VAGAS OBTIDAS	EM %
PT	22	22,9	49	23,3	71	23,2
PDS/PPB/PP*	14	14,6	43	20,5	57	18,6
PMDB	11	11,4	39	18,6	50	16,3
PSDB	10	10,4	29	13,8	39	12,7
PTB	8	8,3	21	10,0	29	9,5
PL	6	6,2	11	5,2	17	5,6
PFL	2	2,1	7	3,3	9	2,9
SUBTOTAL	73	75,9	199	94,7	272	88,8
PDT	6	6,2	2	1,0	8	2,6
PC do B	5	5,2	3	1,4	8	2,6
PSB	4	4,2	1	0,5	5	1,6
PPS	3	3,1	2	1,0	5	1,6
PV	2	2,1	2	1,0	4	1,3
PRONA	3	3,1	0	0	3	1,0
PSD	0	0	1	0,5	1	0,3
SUBTOTAL	23	24,1	11	5,3	34	11,2
TOTAL	96	100	210	100	306	100
EM %	31,4		68,6		100	

Fonte: TRE-SP. * incluindo os sucedâneos PPB e PP.

Os mais experientes da CMSP com os das outras câmaras municipais

Comparando-se os dados dos vereadores com dois (2) ou mais mandatos da CMSP com os que se encontraram nas mesmas condições nas outras três (3) câmaras aqui já observadas, constata-se o peso deles para os maiores partidos em São Paulo e dos demais municípios (*vide tabela 19*). Oito (8) agremiações foram consideradas haja vista que se constituíram nas maiores na quase totalidade dessas câmaras, embora com variações importantes em cada uma. Em quase todas as edilidades e em todas legislaturas, os partidos que elegeram os prefeitos também se constituíram nas maiores bancadas, conquanto tais maiorias nunca tenham sido absolutas, e, em alguns casos se aproximaram dos partidos de oposição, ou até mesmo foram igualadas. É o caso da

⁷² - Nesta contagem estão sendo incluídos os vereadores em primeiro mandato eleitos em 2004.

bancada do PSDB na 14ª legislatura da CMSP, que elegeu o prefeito, mas fez o mesmo número de vereadores de principal adversário, o PT, o qual perdeu a reeleição (13 vereadores cada um).

Do que se observa, somente a pequena câmara de Caieiras tem percentual próximo ao da câmara paulistana (62,2 % da primeira contra 65,5 da segunda), enquanto a do Rio de Janeiro e Guarulhos ficam bem atrás (50,8 % e 51,1 % respectivamente). O significado desta informação é o de que a importância eleitoral dos principais vereadores ocorre dentro das principais agremiações para todos, mas com representatividade muito mais ampla para São Paulo e Caieiras, uma vez que as maiores legendas dispõem de maior participação nestes dois legislativos. Nas CMRJ e CMG não houve tal conjunção, distribuindo-se de maneira razoavelmente equilibrada com os menores partidos ou com os vereadores de um (1) só mandato nos grandes partidos.

Tabela 19
*Vagas obtidas por vereadores com 2 ou mais mandatos
 segundo os maiores partidos políticos das
 CMSP, CMRJ, CMG e CMC (1982-2004).*
 Em percentuais sobre o total de vagas acumuladas

PARTIDOS	CMC	CMG	CMRJ	CMSP
PT	0	12,7	8,0	16,0
PDS/PPB/PP	16,7	3,4	4,0	14,0
PMDB	11,1	19,5	6,4	12,7
PSDB	5,6	2,7	4,4	9,5
PTB	4,2	5,4	5,6	6,7
PL	2,8	4,7	2,4	3,6
PFL	22,2	2,0	10,4	2,3
PDT	0	0,7	9,6	0,7
% MAIORES PARTIDOS	62,6	51,1	50,8	65,5

Fonte: TRE-SP, TRE-RJ e Fundação Seade.

Como a migração partidária é uma realidade de razoável expressão na política brasileira em decorrência da conjugação de fatores institucionais (legislação partidária e eleitoral) e culturais, bem como ao peso atribuído pela própria literatura especializada ao fenômeno (SCHIMITT:1999), procura-se agora comparar todos os candidatos que disputaram as eleições ao legislativo paulistano, conseguindo ou não ser eleitos. Ater-se apenas aos titulares limita demasiadamente tal conhecimento uma vez que apaga determinados espaços políticos, que podem ser de atuação dos atores.

Todas Candidaturas em 2000 e 2004

Não obstante, para que tal comparação seja segura, o levantamento foi limitado aos pleitos de 2000 e 2004, que formaram as 13^a e 14^a legislaturas. Ampliar a comparação para anos anteriores, apesar de ser o mais desejável, reduziria a sua confiabilidade, porque aumentaria a discrepância entre as grafias de muitos nomes, os quais expressavam-se apenas sob a forma de apelidos, tornando difícil seu manejo, ou usavam sobrenomes de solteiro ou casados (o que alterava seu estado civil nas eleições seguintes e, assim, subtraía-se ou agregava-se parte dos mesmos)⁷³.

Assim, a observação de seis (6) combinações implica na seguinte realidade: a grande maioria dos vereadores que disputou novamente em 2004 o fez pelo mesmo partido (65,2 %), embora a maioria que assim procedeu, 16 (53,3 % de 30) não foi reeleita. Este grupo representa 34,8 % do total dos que disputaram nestas duas eleições (46) e que foram eleitos em pelo menos uma (1) destas. Ora, se a disputa pelo mesmo partido resultou em fracasso para tal segmento, concorrer por outro não foi um mau empreendimento (*ver tabela 20*).

E na outra extremidade, a realidade encontrada é a dos que disputaram por outro partido e foram eleitos (2 candidatos, ou 4,3 %), ou seja, no pleito de 2000 eles ficaram na suplência, trocaram de partido para o de 2004 e conseguiram se eleger. Somados a outros sete (7) que trocaram de partido e foram reeleitos, sobe-se para nove (9) o número dos que obtiveram êxito com tal procedimento, isto é, 19,6 %. Ligando este grupo ao primeiro, o dos que não conseguiram se reeleger pela mesma agremiação, chega-se a 54,3 % de candidatos para os quais a fidelidade partidária não parece o meio mais eficaz para alcançar seu objetivo eleitoral.

Por outro lado, o tamanho do insucesso para os que trocaram de partido e não se reelegeram ficou aquém da metade, sete (7), quando a comparação é feita com os que permaneceram na mesma legenda (16) sem obter a reeleição, reforçando-se o que foi dito acima. Portanto, em uma primeira interpretação dos dados, é possível afirmar que a

⁷³ - Nas duas eleições, a soma de candidatos foi de 2.293. O número mais que dobraria a fim de se comparar com as anteriores (de 1982, 1988, 1992 e 1996).

despeito da grande maioria ter sido fiel à legenda dentre os que se candidataram à reeleição nas eleições de 2004, isto não propiciou alta taxa de êxito.

Tal achado não se contradiz com os dados anteriores os quais indicaram que a permanência no mesmo partido permitiu à maioria dos vereadores se reeleger, uma vez que se tratava somente dos titulares das seis legislaturas (1982-2004), enquanto na tabela abaixo se trabalhou com dados referentes a todos os candidatos de somente duas (2) eleições das mais recentes (2000 e 2004). As duas podem refletir questões conjunturais. Além disso, a permanência na mesma agremiação não foi nada desprezível para os reeleitos, embora se trate de uma minoria.

Tabela 20
*Situação Eleitoral dos Candidatos na 14ª Legislatura em comparação a 13ª,
Segundo os partidos políticos pelos quais concorreram
Em 2000 e 2004*

OPÇÃO PELO PARTIDO Versus RESULTADO	N	Em %
Mesmo partido, não reeleito	16	34,8
Mesmo partido, reeleito	7	15,2
Mesmo partido, eleito*	7	15,2
MESMO PARTIDO	30	65,3
Outro partido, não reeleito	7	15,2
Outro partido, reeleito	7	15,2
Outro partido, eleito*	2	4,3
OUTRO PARTIDO	16	34,7
TOTAL	46	100

Fonte: TRE-SP.

* Eleitos são aqui definidos como os que foram suplentes na 13ª legislatura (2001-2004).

Observação: não estão incluídos suplentes nas duas legislaturas, que chegaram a exercer mandato, e mesmo se tornaram titulares ao final, nem ex-vereadores em legislaturas anteriores, que não tenham sido suplentes ao menos na 13ª.

Este capítulo se propôs a explicar e problematizar os partidos políticos, únicas organizações autorizadas por lei a oferecer acesso e continuidade na carreira política no regime democrático brasileiro. Primeiro deu-se destaque ao quadro partidário vigente em 1982 e o que se delineou a partir de então, pois as agremiações fundadas depois de instaurada a 9ª legislatura (1983-1988) canalizaram para si certo número de representantes populares tanto na CMSP como em outras câmaras brasileiras. Além disso, os maiores partidos obtiveram, na câmara paulistana especialmente, os maiores êxitos com os candidatos reeleitos, evento este que foi reforçado pelo fato das siglas na capital paulista terem concentrado a maior parte dos representantes quando este é cotejado aos demais legislativos municipais examinados. Todavia, a migração partidária, uma das questões de grande preocupação para o fortalecimento da democracia (embora tenha razoável grandeza na câmara paulistana), não se revelou tão eficaz para a reeleição de seus titulares. Como os dados mostram, fidelidade às agremiações de origem gera retorno eleitoral positivo, embora também se admitiu que esta postura poderia estar associada à eleição de um prefeito do partido, ou, na ausência deste, no fato de seu partido ser governo no Estado e na União. De qualquer forma, em se considerando tão somente o poder executivo municipal, vários vereadores dos tipos *quase permanente* e *permanente* permaneceram em seus partidos mesmo quando suas legendas estavam na oposição aos prefeitos.

CAPITULO V

PROGRESSÃO INDIVIDUAL DOS VEREADORES DA 9ª LEGISLATURA (1983-1988)

No presente capítulo será feita a análise da progressão individual dos 33 vereadores eleitos em 1982 para a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que é a legislatura equivalente ao início da redemocratização eleitoral do País, uma vez que vários requisitos para o funcionamento do regime democrático já estavam em vigor no País, tal como foi discorrido no capítulo II (*para o acesso a lista de vereadores da 9ª Legislatura, vide tabela nos anexos*). A escolha desta eleição deve-se em primeiro lugar ao pressuposto aqui formulado de que a obtenção de uma vaga no início da redemocratização do sistema político brasileiro favoreceria as opções políticas futuras dos eleitos, seja em sua opção pela manutenção do mandato de vereador, quanto para outros cargos eletivos, uma vez que o exercício de um mandato parlamentar confere uma vantagem razoável em relação a quem não tem e quer tê-lo (*veja tabela na página seguinte*). Nesta linha de argumentação, as condições políticas que presidiram a formação da 9ª legislatura (1983-1988), isto é, de forte apelo popular dos partidos de oposição ao regime militar, e, por consequência, ao prefeito indicado da época, iriam influenciar o desenvolvimento da trajetória política dos vereadores.

Desse modo, examina-se no presente capítulo a idade dos vereadores que compuseram a legislatura, uma vez que se trata de uma variável não política que pode ajudar a compreensão das possibilidades e restrições da carreira em mais de duas décadas (SCHLESINGER:1991), associadas às conjunturas políticas do município e estaduais/nacionais. Coteja-se a 9ª legislatura com as anteriores, com o fito de identificar a participação dos vereadores do período anterior na nova fase que se inaugurava e as possibilidades de sobrevivência deles na carreira. Seguindo esta linha, isolam-se os dois (2) vereadores das legislaturas anteriores que se reelegem para a 9ª.

Portanto, considerando o pressuposto acima formulado, decorrem as seguintes hipóteses:

1) Reelection e Progressão dos Vereadores de Oposição ao Regime Militar e ao prefeito de então	> Reelection e Progressão dos Vereadores da Situação
2) Idade dos Vereadores Reelection	> Idade dos Vereadores Estreantes

3) Idade dos Vereadores de Apoio ao Regime Militar	>	Idade dos Vereadores de Oposição ao Regime Militar
4) Idade dos Vereadores dos Partidos da Situação	>	Idade dos Vereadores dos Partidos da Oposição

A Idade Predominante dos Vereadores da 9ª Legislatura

Para a melhor compreensão da observação anterior e das hipóteses formuladas, deve-se considerar que no período compreendido pelo primeiro bimestre de 1983 ao primeiro bimestre de 2005 – quando assumiu a 14ª legislatura (2005-2008) - transcorreram 22 anos, tempo suficiente para um jovem estar em plena maturidade, ou alguém que tenha iniciado sua carreira na maturidade adentrar a terceira idade, permitindo-se, assim, ampla compreensão sobre as possibilidades e vicissitudes de uma carreira política. Mais do que isso, trabalhar com um período desta abrangência permite entender a capacidade de recrutamento do poder legislativo municipal, e, saber com maior profundidade em que medida os revezes eleitorais e as superações das adversidades nas trajetórias de cada um se relacionam às conjunturas políticas desenvolvidas, as quais, por sua vez, têm particularidades locais, mas interagem, também, com as relativas às esferas estadual e federal.

Assim sendo, trata-se a questão etária dos componentes da CMSP como um fator relevante para o entendimento do assunto. Ao se recorrer à idade dos titulares eleitos, constata-se que a média de idade dos vereadores paulistanos era de 44 anos, embora a faixa etária de maior frequência fosse de vereadores entre 31 e 40 anos completos (10 de 33), ligeiramente abaixo do valor médio. Além de significar uma média relativamente alta, nenhum deles tinha menos que 26 anos⁷⁴ quando tomou posse o que significa que no início de 2005 o mais jovem já completara 47 anos (*ver tabela 21 a seguir*), enquanto o mais velho – um (1) vereador somente - que à época da posse tinha 62 anos estaria com 84 até fevereiro de 2005, quando começaria a funcionar a primeira sessão legislativa da 14ª legislatura. Isto quer dizer que o ano de 2005 é mais do que suficiente para que se possam desnudar os rumos tomados pelas carreiras de cada um.

⁷⁴ - O vereador mais jovem daquela legislatura foi Gilberto Nascimento Silva (PMDB), atual deputado federal pelo estado de São Paulo, que faria 27 anos em julho.

Diante dos dados apresentados, é possível afirmar que a composição etária predominante da CMSP era de uma recém-entrada maturidade, fato este que rejeitaria a hipótese enunciada. E no caso de se desejar classificar as faixas etárias em três (3) grupos; de jovens (18 a 30), maduros (31 a 40) e mais velhos (41 em diante), o grupo dos mais velhos seria o maior, com 19 vereadores.

Tabela 21
*Idade Completa dos vereadores da 9ª Legislatura
Em Fevereiro de 1983*

ANO	N	ACUMULADO
18-24	00	00
25-30	04	04
31-40	10	14
41-50	09	23
51-60	07	30
61-70	03	33
TOTAL	33	

Fonte: arquivos pessoais do autor a partir da elaboração de questionários aos vereadores

A exposição acima não testou a hipótese formulada. Porém, os dados se tornam nítidos quando os vereadores são divididos em dois outros grupos. Dividindo-se entre os que se encontravam em seu primeiro mandato, e os que haviam sido reeleitos e/ou já tiveram outro mandato, a idade média dos estreantes (20 titulares) é bem inferior aos dos antigos (13 titulares), assim como o mais jovem e o mais velho dentro de cada um dos grupos (*vide tabela 22*). Ou seja, se os vereadores da 9ª Legislatura não eram propriamente jovens, ao menos os que se encontravam debutando eram de idade inferior aos antigos nas três (3) faixas verificadas.

Quando os vereadores são divididos entre os que apoiaram (9 titulares) e se opuseram ao regime militar (24 titulares), os mesmos critérios indicam que as idades inferiores se encontram entre os de oposição⁷⁵. E, finalmente, no momento em que os vereadores são separados nos quatro (4) partidos políticos que elegeram representantes para a CMSP, fica evidente que o PT, como agremiação que era a novidade na vida política brasileira, apresentava os vereadores mais jovens, seguido do PMDB, principal partido de oposição ao regime, depois do PTB, que abrigava vereadores dos dois lados, e, por último do PDS, com os vereadores mais velhos, os quais haviam estado ao lado do regime.

⁷⁵ - A divisão entre apoiadores e opositores foi feita dividindo-se entre os que foram filiados ao MDB e a ARENA.

Tabela 22
Idade Média dos Vereadores, Mais Jovens e Mais Velhos
Segundo o Mandato na 9ª Legislatura, a Posição em Relação ao Regime Militar
e o Partido Político

MANDATO	MÉDIA	MAIS JOVEM	MAIS VELHO
Em 1o Mandato	40	26	59
Reeleito, ou titular legislatura anterior à 8ª	51	35	62
REGIME MILITAR			
Apoio ao regime	41	35	62
Oposição ao regime	52	26	59
PARTIDO POLÍTICO			
PT	38	30	48
PMDB	40	26	59
PTB	50	35	62
PDS	51	35	61

Fonte: Subsecretaria de documentação da CMSP.

Mulheres na CMSP

Como a 9ª legislatura seria aquela que viria a marcar nova fase da vida política brasileira, dentro da qual os partidos de oposição assumiam compromissos políticos em prol da valorização do sexo feminino, especialmente o PMDB e o PT, seria de esperar uma participação importante delas dentre os titulares. Do resultado das urnas, emergiram três (3) representantes do sexo feminino (quase 10 % da CMSP), todas pertencentes às fileiras do PT, quando para a 8ª legislatura (1977-1982) somente uma (1) havia sido eleita⁷⁶. Em 1982, o PMDB conferiu razoável espaço para uma de suas candidatas, Ida Maria Jancsó, mas esta ficou nas primeiras suplências. Entretanto, o prefeito nomeado Mário Covas (PMDB) teria respeitado o compromisso do partido, que se tornava então a bancada de sustentação parlamentar do governo e também a maior da CMSP, com 15 integrantes. Desse modo, ele compôs o governo com alguns titulares de forma a dar condições a ela de exercer a vereança por um longo período nos dois anos e meio da legislatura em que esteve à frente da Prefeitura⁷⁷.

A representação feminina na CMSP ficou pouco atrás da CMRJ, mas à frente de Caieiras (CMC) e de Guarulhos (CMG), com uma edil (1) cada. A CMRJ elegeu quatro

⁷⁶ - Todavia, é preciso considerar que na 8ª legislatura a magnitude da CMSP era de apenas 21.

⁷⁷ - AVELAR (2002) chama a atenção para a permanência da desigualdade entre os gêneros na vida política da quase todos Parlamentos de regimes democráticos a despeito dos avanços institucionais específicos observado nos últimos

(4) mulheres filiadas a quatro (4) diferentes partidos (PMDB, PT, PTB e PDS), representando 12,1 % da Edilidade carioca.

Vereadores da Época do Regime Militar

A composição da 9ª legislatura (1983-1988) abrigou vereadores que haviam estado na 8ª (1977-1982), a despeito da eleição de 1982 ser um marco eleitoral do processo de redemocratização mediante a materialização de uma disputa desenvolvida em ambiente de maior liberdade para os candidatos e os partidos políticos, e, assim, ampliar a oportunidade dos que se candidatavam à câmara pela primeira vez (especialmente dos integrantes dos partidos de oposição). Como já foi dito no capítulo precedente, nove (9) vereadores foram reeleitos, seis (6) dos quais haviam se abrigado no partido que dava sustentação ao regime militar, a Arena, e três (3) deles no único de oposição, o MDB.

A votação obtida por estes vereadores não deixa dúvidas de que a filiação partidária teve grande impacto sobre o desempenho eleitoral, embora com sinal trocado para os vereadores do PTB, agremiação esta que escapou da polarização entre PDS e PMDB, que foi antecédida no período da legislação de exceção pela Arena e MDB. O vereador Brasil Vita, com 60 anos completos, embora tivesse sido ardoroso integrante da bancada da situação (Arena) durante o regime de exceção (e melhorasse o desempenho em relação a si próprio quando comparado a 1976), foi o parlamentar mais votado de 1982, como consequência de sua filiação PTB a qual desfez provavelmente a identificação dele com o regime anterior que perdia popularidade. Foi o mais votado e com larga superioridade sobre o segundo colocado, Almir Guimarães, que já era da oposição (MDB) e nesta permaneceu, mas filiado ao seu então principal partido, o PMDB.

Tércio Chagas Tosta, colega de bancada de Vita, fez movimento inverso. Na legislatura anterior foi eleito pela bancada de oposição (MDB) trocando-a pela do PTB em 1982, mas com perda significativa de votos. Talvez, a diferença de votos a favor de Vita possa ter como principal explicação a otimização do pouco espaço eleitoral que

anos. Para tal conclusão, ela valeu-se de dados da Interparliamentary Union (IUP), mostrando que as mulheres raramente ultrapassam 15 % na representação parlamentar.

sobrou para os candidatos associados ao regime militar, e o reconhecimento por parte deste segmento do eleitorado de que era Vita o ator que encarnava a verdadeira situação (*ver tabela 23*).

Para os vereadores que vieram da Arena e se filiaram ao PDS, seu sucedâneo, a queda foi inapelável (de 38% para 18%), mas não impedindo a reeleição de alguns. Caso emblemático é de Antonio Sampaio Teixeira, outro veterano da política, que continuou a ser reeleito até morrer no exercício do mandato e pouco depois de ter sido reconduzido ao cargo de presidente da CMSP.

Tabela 23
Desempenho eleitoral de 8 Vereadores Reeleitos para a 9ª Legislatura
(em ordem decrescente de votos de 1982)

VEREADOR	PARTIDO-76	1976	PARTIDO-82	1982	VARIAÇÃO 82/76 EM %
João Brasil Vita	Arena	90.325	PTB	215.827	138,9
Almir Guimarães de Oliveira	MDB	45.854	PMDB	78.076	70,3
Eurípides Sales	MDB	56.451	PMDB	56.926	0,9
Celso Toshito Matsuda	Arena	60.968	PDS	49.229	-19,2
Antonio Sampaio Teixeira	Arena	38.586	PDS	31.002	-19,6
João Aparecido de Paula	Arena	35.021	PDS	29.972	-14,4
Tércio Chagas Tosta	MDB	38.201	PTB	28.942	-24,2
Aurelino Soares de Andrade	Arena	37.265	PDS	25.863	-30,6

Fonte: TRE-SP.

Brasil Vita e Antonio Sampaio: dois casos raros de longa permanência

Desse modo, João Brasil Vita e Antonio Sampaio foram dois (2) representantes populares que se mantiveram à frente da vida parlamentar paulistana, mais do que quaisquer outros vereadores de legislaturas anteriores, ainda que estivessem no contrafluxo do movimento político do início da 9ª legislatura e também das seguintes. Entretanto, Brasil Vita não mais conseguiu a reeleição para a 13ª Legislatura (2001-2004) e não voltou a concorrer para a eleição da 14ª. Quando faleceu, Sampaio se encontrava no sétimo (7º) mandato consecutivo desde que fora eleito pela primeira vez (1964-1969), embora já tivesse sido suplente em outra legislatura (1956-1959). Por sua vez, Vita completou 10 mandatos consecutivos desde sua primeira eleição em 1960 (4ª legislatura), até ser relegado a distante oitava (8ª) suplência na 13ª legislatura (2001-2004), quando concorreu pelo PDS/PPB/PP⁷⁸.

⁷⁸ - Ambos ficaram como suplentes na eleição de novembro de 1968, que elegeu a 6ª legislatura (1969-1973), já sob a égide do bipartidarismo, mas assumiram inúmeras vezes desde o início e se tornaram titulares a partir de sua metade.

Em sua última experiência eleitoral, Vita estaria agora no fluxo certo, ou seja, do que acompanhava a queda de popularidade da CMSP em virtude das várias e profundas denúncias que se abateram sobre a instituição, culminando em cassações de colegas. Provavelmente, Vita e Sampaio são os únicos representantes fidedignos do *tipo permanente* enquanto carreira política, desde que as legislaturas anteriores (1ª a 8ª) sejam contadas.

Em comum, os dois (2) vereadores tiveram importantes oscilações no desempenho eleitoral em suas carreiras, oscilações estas que tiveram seu ponto culminante com forte decréscimo em suas últimas eleições, tal como se depreende ao se observar os votos absolutos e percentuais de ambos sobre o eleitorado inscrito (somente de determinados anos com dados disponíveis). Para Vita esta volatilidade foi bem mais acentuada em consequência de uma votação excepcional ocorrida em 1982, ano que daria início à 9ª legislatura (1ª do período aqui em questão), na qual amealhou 215 mil votos. Em termos absolutos, a melhor votação de Sampaio se passou em 1972, para formar a 7ª legislatura, e foi bem mais discreta em sua distribuição geral. Na oportunidade, ele obteve mais de 45 mil sufrágios, enquanto a melhor de Vita foi (*vide tabela 24*).

Tabela 24
*Desempenho eleitoral de Brasil Vita e Antonio Sampaio em diversas eleições
Para a CMSP, na condição de suplentes e titulares*

VOTAÇÕES	ANTONIO SAMPAIO	% ELEITORADO	BRASIL VITA	% ELEITORADO
1955	3.263		-	
1959	-		4.580	
1963	5.347		5.196	
1968	20.214		18.959	
1972	45.881		76.925	
1976	38.586	1,30	90.325	3,04
1982	31.002	0,68	215.827	4,71
1988	38.719	0,70	24.515	0,44
1992	16.317	0,26	15.263	0,25
1996			34.032	0,50
2000			19.066	0,27
MÉDIA	24.916	0,73	50.469	1,54
DP	15.008		61.603	

Fonte: TRE-SP. DP – Desvio Padrão
Observações: informações não disponíveis para eleições anteriores.

Finalmente, Vita e Sampaio fizeram parte da minoria de vereadores que influenciaram os rumos da CMSP durante várias legislaturas e, conseqüentemente,

tiveram forte influência nos destinos do Poder Executivo municipal, como será tratado à frente em relação aos dirigentes da câmara nestes anos⁷⁹.

Em relação à progressão individual dos membros da 9ª legislatura, cinco (5) dos titulares eleitos em 82 (12 %) não disputaram a reeleição de 1988, sendo quatro (4) eleitos pelo PMDB e uma pelo PT. Do grupo, dois (2) se elegeram para o cargo de deputado estadual no ano de 1986 (Luíza Erundina de Souza, PT; e Getúlio Kiyotomo Hanashiro, PMDB), um foi indicado conselheiro do TCM ao final da legislatura (Eurípedes Sales), outro decidiu apoiar seu irmão (Ricardo Trípoli) para depois ser candidato a deputado estadual e outro admitiu à imprensa anos mais tarde que a política não era seu objetivo principal (José Maria Rodrigues Alves, ex-jogador profissional de futebol pelo Corinthians e da seleção brasileira⁸⁰).

Sobrevivência e Mortalidade Política dos Vereadores da 9ª Legislatura

Desse modo, dos cinco(5) titulares dois (2) se mantiveram na vida pública eleitoral, embora não mais em atividade no plano municipal. Com a exclusão desse grupo, a continuidade na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) seria possível para um máximo de 28 representantes, que viriam disputar a reeleição em 1988 (*veja a tabela 25 na página seguinte*).

⁷⁹ - Não há estudos que investigaram os vereadores mais influentes da CMSP. Entretanto, minha longa experiência no acompanhamento das atividades da câmara paulistana, de lá ter trabalhado, de ler e ouvir seus pares falarem sobre ambos, bem como as entrevistas realizadas para a pesquisa de mestrado, autorizam tal afirmação (MALUF:1993).

⁸⁰ - Entrevista concedida a jornalista Marta Teixeira, da GazetaEsportiva.Net, para a coluna *Por Onde Anda*, e publicada em 20 de outubro de 2003. Todavia, a despeito dele ter declarado sua desistência antes da reeleição, seu nome foi inscrito na chapa do PMDB, de acordo com o TRE-SP e recebeu votos.

Tabela 25
*Vereadores eleitos titulares em 1982 e
reeleitos titulares para as legislaturas seguintes
(ordem alfabética)*

N	ELEITOS NA 9ª LEGISLATURA	10a	11ª	12a	13ª	14ª	MANDATOS
1.	Albertino Alves Nobre	S					2
2.	Alfredo Martins						1
3.	Almir Guimarães de Oliveira	S	S				3
4.	Antonio Carlos Fernandes						1
5.	Antonio Sampaio Teixeira	S	S				3
6.	Arnaldo de Abreu Madeira	S	S				2
7.	Aurelino Soares de Andrade	S					2
8.	Avanir Duran Galhardo		S				1
9.	Celso Toshito Matsuda						1
10.	Cláudio Barroso Gomes						1
11.	Eurípides Sales	ND					1
12.	Francisco Altino Lima	S					2
13.	Francisco dos Santos B. Filho						1
14.	Gabriel Martins Ortega	S					2
15.	Getúlio Hanashiro	ND					1
16.	Gilberto Nascimento Silva	S	S				3
17.	Irede Cardoso	S					2
18.	Jamil Achoa	S					2
19.	João Aparecido de Paula	S					2
20.	João Brasil Vita	S	S	S			4
21.	João Carlos Alves	S					2
22.	Jooji Hato	S	S	S	S	S	6
23.	José Luis B. de Andrade Figueira	S					2
24.	José Maria Rodrigues Alves	ND					1
25.	José Ricardo N. A. Trípoli						1
26.	Luiz Tenório de Lima						1
27.	Luíza Erundina de Souza	ND					1
28.	Marcos Ribeiro de Mendonça	S	S				3
29.	Mario Masanobu Noda	S					2
30.	Nelson Guerra Jr.	S					2
31.	Tércio Chagas Tosta						1
32.	Tereza Cristina de Souza Lajolo	S					3
33.	Walter Meyer Feldman	S					2

Fonte: TRE-SP.

S – Sim, foi reeleito para a CMSP. ND – Não Disputou a reeleição.

Em primeiro lugar, a cada nova eleição, a permanência na CMSP dos eleitos em 1982 é reduzida (*ver tabela 26*). Já na legislatura seguinte (10^a, de 1989 a 1992), 19 vereadores foram reeleitos (57,5 %), representando ainda a maioria dos titulares. Mas a queda foi abrupta a partir daí e chegou na 13^a legislatura a somente um (1) vereador, ou seja, 1,8 % dos 33 titulares de 1982, repetindo-se o mesmo vereador na 14^a. Assim, no decorrer de pouco mais de duas décadas, apenas um (1) vereador se manteve na câmara paulistana afastando-se, em princípio, a idéia de que o poder municipal dificulta a renovação devido a práticas fisiológicas dos titulares e a outros fatores. Apesar das respostas que foram dadas no capítulo anterior, ainda fica em aberto a questão se o alto índice de renovação se dá em consequência da pouca atratividade da CMSP como um lugar para se fazer a carreira política, ou pela intensa disputa eleitoral, a qual deixou pelo caminho a maioria. Como ainda há quase tudo a ser respondido sobre seu inverso, ou seja, o motivo que leva alguns poucos a buscarem na CMSP sua carreira política.

Tabela 26
Permanência dos Vereadores Titulares da 9^a Legislatura Reeletos para as Seguintes

Permanência	10 ^a	11 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a
Número Absoluto	19	6	2	1	1
Em % com base nos 33	57,5	18,2	6,1	3,0	3,0
Em % com base do total de vagas	35,8	10,9	3,6	1,8	1,8
% de Redução em relação aos 33	42,4	81,8	93,9	97,0	97,0

Fonte: TRE-SP.

Antes de se conhecer a progressão dos vereadores de 1982 ao longo de 22 anos, deve-se ter presente que outros quatro (4) vereadores da 9^a legislatura faleceram neste percurso, mais precisamente em um espaço de onze (11) anos que vai de 1989 a 2000, todos já tendo completado os 60 anos. Francisco Altino Lima, ex-prefeito interino em 1983 e ex-presidente da CMSP; no ano de 1989. João Aparecido de Paula, ex-secretário municipal de Habitação na última gestão do ex-prefeito Jânio da Silva Quadros, morreu em 1992; Antonio Sampaio, ex-presidente da CMSP por mais de um mandato, faleceu no final de 1993 após ter sido reconduzido para mais um ano à frente da direção do legislativo paulistano. Finalmente, Irede Aparecida Cardoso, que se reelegeu em 1988 (10^a legislatura), mas não mais a partir da 11^a legislatura (1993-1996), faleceu em dezembro de 2002, quando já estava totalmente afastada da política.

Ou seja, apenas Irede Cardoso já se encontrava fora da atividade política e de qualquer cargo público quando perdeu a vida, enquanto os outros três exerciam a vereança. Assim, com o falecimento desses quatro (4) vereadores eleitos em 1982, o ano de 2004 se caracteriza como fator de análise para a trajetória de no máximo 29 vereadores⁸¹.

Muito Pouco Espaço e só para a Oposição

Após duas décadas, a situação eleitoral mais recente dos eleitos em 1982, considerando-se os pleitos de 2002 (eleições gerais) e 2004 (municipais) revela de forma incontestável, como se observará nas páginas seguintes, que a efetiva longevidade política (eleitoral ou por cargos de nomeação) só foi possível para os vereadores que se elegeram pelos partidos claramente de oposição ao regime militar (PMDB e PT), os quais faziam sua estréia na CMSP, e mesmo assim não para todos.

A situação é a seguinte: oito (8) deles (24,2 %) contam com mandato eleitoral, ou são suplentes. Cinco (5) deles (15,1 %) são deputados estaduais e federais titulares, dois (2) são suplentes de deputado (6,1 %) e um (3 %) é vereador. Excluindo-se os suplentes, a permanência em cargos eleitorais depois de duas décadas é de 18,1 %. Sem exceção, todos eles iniciaram suas trajetórias eleitorais a partir da eleição de 1982 para a CMSP (*vide quadro 3 seguinte*).

Dos oito (8) vereadores que estavam investidos de algum mandato popular até o ano de 2004, apenas um parlamentar e exatamente uma mulher, a deputada estadual Luiza Erundina de Souza, alcançou antes disso um cargo eleitoral executivo; o de prefeito de São Paulo, vencendo a segunda disputa pelo voto popular desde que esse direito foi restabelecido com a eleição de 1985⁸². Importante fazer esta menção, porque o cargo de prefeito – ao lado do deputado estadual - é o que vem logo depois do vereador nos municípios de pequeno e médio porte na perspectiva da progressão da

⁸¹ - Desde que nenhum outro tenha falecido, uma vez que até a redação do presente capítulo não foi possível detectar o paradeiro de pelo menos quatro ex-vereadores, seja recorrendo a própria CMSP, jornais, ou outras fontes de informação.

⁸² - Não é pequeno o significado político de apenas um (1) ex-vereador em um total de seis (6) ter disputado e vencido eleição para o cargo de prefeito municipal, quando foram realizadas seis (6) eleições desde o restabelecimento deste direito até o ano de 2004. Sobre isto já se tratou no capítulo I e sobre os candidatos veja tabela nos anexos.

carreira, situação esta que se revela bem diferente nas metrópoles em geral e na de São Paulo em especial, pois o grau de importância do cargo de prefeito não encontra rival direto em todo o País devido às implicações para a política em suas esferas estadual e nacional. Portanto, em decorrência da relevância deste cargo, o capital político de quem será selecionado pelos principais partidos para disputar o cargo precisa ser muito grande, o que parece pouco provável de ser obtido tão somente com a experiência de um vereador ou ex-vereador.

Quadro 3
Situação Eleitoral mais Recente dos Titulares da 9ª Legislatura da CMSP (1983-1988)
(Eleições de 2002 e 2004)

ELEITOS NA 9ª LEGISLATURA (1)	SITUAÇÃO MAIS RECENTE
Arnaldo de Abreu Madeira	Deputado Federal pelo estado de São Paulo (licenciado do cargo).
Gilberto Nascimento Silva	Deputado Federal pelo estado de São Paulo em 2002
Jooji Hato	Vereador na CMSP em 2004 (14ª Legislatura).
José Luis Bellegarde de Andrade Figueira	Suplente de Deputado Estadual em São Paulo em 2002.
Walter Meyer Feldman	Deputado Federal pelo estado de São Paulo (licenciado do cargo) em 2002.
Getúlio Kyotomo Hanashiro	Suplente de Deputado Estadual em São Paulo em 2002.
José Ricardo Nazelli Alvarenga Tripoli	Deputado Estadual em São Paulo em 2002.
Luíza Erundina de Souza	Deputada Federal pelo estado de São Paulo em 2002.
Fonte: TRE-SP, CMSP, ALESP, Câmara dos Deputados. (1) Todos foram eleitos em 1982 pelos partidos de oposição ao regime (PMDB, e um PT).	

Jooji Hato

A trajetória de Jooji Hato exige uma atenção especial na medida em que ele foi o único vereador a permanecer na CMSP nas seis (6) eleições disputadas, concorrendo sempre pelo mesmo partido; o PMDB. Nunca esteve entre os vereadores mais bem votados da CMSP e apenas em uma (1) oportunidade foi o de melhor posição entre os colegas de partido (1996, 12ª legislatura). Em todos estes anos, ele não ocupou jamais quaisquer cargos no Poder Executivo, seja no âmbito do município de São Paulo, do estadual ou federal, apesar de ter apoiado alguns governos e indicado nomes de sua confiança para ocupar cargos de confiança. Portanto, é preciso saber se o Poder Legislativo paulistano foi sua única meta nestes anos, ou somente aquilo que pôde alcançar.

A julgar por suas decisões eleitorais, Hato não se conformou ao mandato de vereador. Nesse lapso de tempo, disputou outras três (3) eleições sendo duas (2) para deputado estadual e uma (1) para senador da República. Pode-se afirmar que o mandato

de deputado estadual é um objetivo plenamente viável para os vereadores da câmara de um grande município, especialmente a da maior do País. Mas o mesmo não acontece com o de senador da República, uma vez que este mandato exige condições especiais por se tratar de uma eleição majoritária, tal qual a de um governador, que tem todo o estado como circunscrição eleitoral.

Assim, faz sentido supor que a decisão de Hato em concorrer a deputado estadual (1990 e 2002) visasse efetivamente uma vaga no Poder Legislativo paulista, mas a de senador (1998) indica possivelmente duplo objetivo e de outra natureza, qual seja, atender interesse de seu partido - o PMDB – que tinha dificuldade de encontrar candidatos de maior projeção que se arriscassem a perder reeleição quase certa para a Câmara Federal devido à legenda já não ser a principal força política no estado. Ao mesmo tempo, Hato ampliaria o conhecimento de seu nome com vistas à próxima eleição municipal daí a dois (2) anos, com um espaço garantido no horário eleitoral que nenhum candidato a vereador dispõe ao pleitear vaga na câmara municipal⁸³.

Nas eleições proporcionais em que participou da disputa, a votação de Jooji Hato sofreu significativas alterações. Porém, faça-se a ressalva que a disputa de 1982 apresentou situação bem diferente das demais afetando de forma generalizada aos candidatos, seja porque poucos candidatos disputaram, como também poucos partidos, e a magnitude da CMSP era de apenas 33. Assim, quase todos vereadores eleitos naquele ano e reeleitos para os próximos tiveram queda de votação nos pleitos subsequentes. As oscilações para Hato se deram tanto nos votos absolutos, quanto nos percentuais sobre o eleitorado inscrito.

No critério de voto percentual com base no eleitorado se permite evitar o risco de engano que é tão comum quando se miram apenas os números absolutos, uma vez que ao se levar em conta o crescimento do corpo eleitoral revela-se a força e a direção da variação (*veja tabela 27*). Feito isso, verifica-se que a oscilação deste vereador se mantém quando sua votação é cotejada com o eleitorado inscrito, porém apresentando trajetória diversa nas eleições para deputado estadual.

⁸³ - Concedendo-me entrevista para esta pesquisa, ele reconheceu que sua intenção era a de ser eleito para a Assembleia Legislativa, e mesmo para o Senado Federal, enfatizando que neste último caso disputou prévias no partido para obter a indicação por considerar que o PMDB não podia ficar sem candidato. Isto não contradiz minha suposição. Hato afirmou ainda que em 2006 concorrerá novamente a deputado estadual.

Ou seja, medido pelo percentual de votos sobre eleitorado inscrito, a trajetória dele continua a ser descendente nas eleições para deputado estadual (1990 e 2002), o que é fato compreensível porque ele passa a disputar eleitorados muito maiores, evitando a distorção de observar apenas os votos, os quais, ao contrário, aumentaram.

Tabela 27
Desempenho eleitoral do vereador Jooji Hato
Em todas eleições que disputou

ANO DA ELEIÇÃO	CANDIDATURAS	VOTOS	% SOBRE ELEITORADO
1982	Vereador	55.142	1,20
1988	Vereador	18.427	0,33
1990	Deputado estadual	19.484	0,10
1992	Vereador	14.178	0,23
1996	Vereador	35.538	0,52
1998	Senador	299.178	1,28
2000	Vereador	24.108	0,34
2002	Deputado estadual	33.776	0,13
2004	Vereador	29.182	0,38

Fonte: TRE-SP.

As tentativas de Jooji Hato ser eleito deputado estadual revelam situações bem distintas. Em sua primeira campanha ao legislativo paulista (1990), o PMDB elegeu 19 deputados estaduais dentre 84 e ele obteve a 28ª posição no partido, permanecendo na 9ª suplência. Na segunda (2002), o partido elegeu apenas quatro (4) deputados e ele ficou na 1ª suplência. Assim, seu desempenho melhorou em 2002 em relação a si próprio e aos demais candidatos, embora o do PMDB piorou.

Em 1990, a legenda conseguiu eleger o governador do estado, Luiz Antonio Fleury Filho, após ele chegar em 2º lugar no primeiro turno. Todavia, em 2002, o PMDB ficou na 5ª posição e seu candidato a governador obteve apenas 1,20 % sobre o comparecimento às urnas (*ver tabela 28*).

Tabela 28
*Desempenho de Jooji Hato junto aos parlamentares eleitos
 E aos do PMDB nas eleições para Vereador e Deputado Estadual
 (1982-2004)*

ANO	ELEIÇÃO	POSIÇÃO ENTRE OS ELEITOS	POSIÇÃO NO PMDB	ELEITOS PELO PMDB
1982	Vereador	5	4	15
1988	Vereador	18	2	9
1990	Deputado Estadual	-	28	19
1992	Vereador	30	6	12
1996	Vereador	13	1	4
2000	Vereador	37	6	6
2002	Deputado Estadual	-	8	4
2004	Vereador	41	4	4

Fonte: TRE-SP.

Na eleição para senador da República, em 1998 (a qual se deu no meio das duas disputas para deputado estadual), Hato disputou contra 12 candidatos, dois (2) dos quais já se sabia favoritos para a única vaga que estava em disputa (o renomado jogador de basquete profissional Oscar Schmitt – PPB e Eduardo Matarazzo Suplicy – PT, reeleito). Ainda assim, ficou na 4ª colocação, muito atrás do 3º colocado, posição que se mantém quando se destaca a votação apenas da capital, onde ele era vereador, embora a distância para o 3º tenha sido menor. Nesta oportunidade, o candidato a chefia do Poder Executivo do Estado de São Paulo pelo partido foi o ex-governador Orestes Quéricia (a quem ele era politicamente ligado), que teve um fraco desempenho, alcançando apenas a 5ª colocação. A disputa para o Senado não parece tê-lo beneficiado claramente em sua reeleição para vereador em 2000, pois ele teve significativa perda de votos em relação a 1996 (32,2 %), ainda que se possa argumentar que Hato teria perdido mais votos para vereador se não tivesse concorrido para senador.

A permanência de Jooji Hato na CMSP se traduz, provavelmente, menos em escolha pessoal e definitiva, e mais como o que foi possível de ser alcançado em todos estes anos. Como se observou, o desempenho pessoal obtido não esteve estreitamente atrelado ao da legenda do PMDB, ao menos em seu movimento geral. Em se tratando do vereador mais antigo e dispondo do histórico acima apresentado, fica mais forte a hipótese de que a CMSP não é uma opção de carreira política permanente, mas enquanto elemento de passagem.

A situação dos que ficaram sem voto

Além da progressão eleitoral dos vereadores eleitos na 9ª legislatura, faz-se necessário acompanhar e analisar a progressão de outros de seus integrantes em cargos públicos sem eleição popular. Eurípides Sales, que fora vereador na 8ª legislatura e integrava o MDB e depois PMDB foi designado para o cargo de conselheiro do TCM no final da legislatura, em 1988, quando estava com 45 anos e, assim, teria ainda mais 25 anos à frente do órgão até atingir a idade da aposentadoria compulsória. Permanecia à frente do posto até o final de 2004, quando já ultrapassara os 60 anos, e já havia sido seu presidente por mais de uma vez. Por seu turno, Celso Toshito Matsuda, com 35 anos, que se elegera pelo PDS, não voltou mais a ser candidato, mas continuou atuando politicamente no setor de abastecimento agrícola no qual teve sua origem e atuando como consultor do setor público e professor universitário. Nos anos do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, ele foi secretário-adjunto de um dos ministros da Agricultura e chegou a assumir interinamente a pasta.

Dentre os vereadores do PT, os revezes eleitorais colocaram alguns de seus membros trabalhando na organização partidária em forte integração com o trabalho de assessorias parlamentares dos representantes eleitos pelos seus partidos, ou mesmo, em outros momentos, em cargos de confiança no Poder Executivo ou nas autarquias quando o partido conquistou a Prefeitura de São Paulo. Quanto aos parlamentares das demais siglas, esta pesquisa não conseguiu identificar o paradeiro dos mesmos, o que, por si só, é um dado importante sobre as perspectivas e vicissitudes das respectivas trajetórias.

Os dados examinados no presente capítulo indicaram que os vereadores da 9ª Legislatura em sua quase totalidade não se encontram mais na CMSP e nem no primeiro plano da vida pública, como destas informações se extraem igualmente que os que se enquadram na condição de *ambição progressiva* são, em sua maioria, aqueles que estavam nas fileiras dos partidos de oposição ao regime militar e aos prefeitos nomeados desse período, dentre as quais se encontravam os vereadores mais jovens. Único representante a permanecer na câmara paulistana por seis legislaturas, o vereador Hato é alguém que começou sua carreira pelo PMDB, então partido de oposição e de

grande popularidade, o qual, a despeito destes índices terem sido reduzidos aos poucos e na medida em que se tornou o principal na nova ordem política, conseguiu se manter como legenda mais conhecida da população e ainda assegurar razoável quantidade de votos para seus candidatos. Mesmo assim, poucos vereadores eleitos para outros cargos conseguiram se manter por muito tempo, ou mesmo em cargos de primeiro escalão de governo. Nem mesmo o vereador mais antigo, Brasil Vita, conseguiu permanecer longo período à sua frente, ele que tivera êxito em superar a adversidade de se eleger para a 9ª legislatura e, assim, superar a impopularidade dos que defendiam o regime, como se verá no capítulo seguinte. A participação do sexo feminino na CMSP ficou restrita basicamente à oposição, especialmente ao PT, embora fosse com origem dessa bancada que sairia anos mais tarde a primeira prefeita de São Paulo e segunda a ser eleita pelo voto direto após o regime militar. Finalmente, a perspectiva na carreira dos vereadores eleitos em 1982 pareceu mais promissora para os vereadores que naquele momento escolheram os partidos de oposição, independente das opções partidárias que viriam a fazer nos anos seguintes.

CAPÍTULO VI

PROGRESSÃO DOS VEREADORES DAS SEIS LEGISLATURAS EXAMINADAS (9ª À 14ª)

Examina-se neste capítulo como se processa a carreira dos vereadores titulares das seis legislaturas eleitas ao longo de mais de 20 anos. Com base nos capítulos III, IV e V, formula-se a hipótese de que a carreira política dos vereadores eleitos somente para a CMSP se dá em número muito superior a que é orientada para outros cargos legislativos. Tal supremacia, porém, não resulta necessariamente em opção pelo Poder Legislativo paulistano, mas sim naquilo que as condições políticas permitem.

Ao se incluir na análise os titulares de todas as eleições posteriores a de 1982, encurta-se o tempo até 2004, procedimento este que reduz, em tese, e continuamente, as possibilidades de progressão dos vereadores, uma vez que muitos dos que se elegeram para as legislaturas posteriores não haviam tido mandatos anteriormente. Contudo, como já observado em capítulos anteriores e a ser aprofundado no próximo, há sempre um contingente de vereadores que se elege apenas para um (1) mandato na CMSP, pois na metade do primeiro exercício se elege para deputado estadual ou federal, além dos casos de derrotas eleitorais para a própria reeleição de vereador.

Tendo isso em mente, o capítulo examinará a carreira daqueles que fizeram a opção tanto pela progressão para os outros cargos em outros níveis (vereadores de passagem na tipologia aqui adotada), como também dos que permaneceram na câmara (vereadores permanentes na tipologia aqui empregada). Tanto no caso dos primeiros quanto dos segundos, levaram-se em conta os cargos populares que disputaram e se elegeram, os que fracassaram, bem como os não eletivos que implicaram em nomeação e indicação. Neste percurso, procura-se mostrar a relevância dos cargos da estrutura interna da CMSP para a reeleição e para a progressão.

A Idade dos Vereadores das Seis Legislaturas

Primeiramente, analisa-se a idade dos vereadores, a qual se trata de marca importante para a compreensão da carreira política dos políticos em geral, uma vez que a referida informação pode indicar, como já foi escrito no capítulo anterior, qual é a

capacidade de representação da instituição em face das várias gerações existentes em determinado município, bem como a forma de recrutamento dos partidos políticos junto à população.

Os dados encontrados revelam nítido envelhecimento dos vereadores paulistanos, apesar de ter havido no período alternância no poder e altas taxas de rotatividade, quando as forças políticas de oposição ao regime tiveram a oportunidade de eleger prefeitos e as maiores bancadas, reduzindo drasticamente o espaço para aqueles que estiveram na CMSP em legislaturas passadas e, especialmente, os que se encontraram na ARENA. A idade média cresceu paulatinamente ao longo dos primeiros anos de cada legislatura até chegar aos 50 anos no final de fevereiro de 2005, seu valor mais alto. E ao mirar nas faixas etárias (*vide gráfico 1 a seguir e tabela nos anexos*), tal como aqui agrupadas, indica-se o desaparecimento das faixas dos mais jovens (18-24 e 25-30), encolhimento constante dos que incluem na faixa dos que se aproximam da maturidade (31-40) e forte crescimento das que compreendem os vereadores de 41 a 50 anos e de 51 a 60 anos, que se encontram na maturidade a caminho da terceira idade. Na mais recente legislatura houve ligeira inflexão na faixa de 41 a 50 (descendo de 47,3 % para 41,8 %), mas que foi compensada pelo ponto mais alto de um crescimento contínuo da faixa de 51 a 60 (34,4%, quando em 1983 era de 21,2%). Tal situação pode ser um indicador da perda de capacidade na atração de jovens para a atividade política municipal, ao menos sob a forma da disputa eleitoral⁸⁴.

A relevância destes dados está em permitir constatar que o subsistema político paulistano não se revela com capacidade de atração para os mais jovens, ou ao menos não se mostra capaz de absorvê-los, e ainda indica contínuo envelhecimento de seus membros. Mesmo que a idade dos representantes paulistanos se revele menor que para os demais níveis do Poder Legislativo, ou de outras câmaras municipais, isto não minimiza a frustração de constatar que o governo local da maior metrópole do País não parece ser efetivamente o ponto inicial da carreira política.

⁸⁴ - Com faixas etárias distintas, chega-se a constatação parecida frente as estatísticas divulgadas pelo TSE para as eleições de 2004. No município de São Paulo os candidatos a vereador entre 45 e 59 anos representaram maioria relativa de 45% das listas, enquanto no Rio de Janeiro de 47%, Caieiras, 48% e Guarulhos 39%. Este último município dividiu quase equilibradamente com a faixa etária de 35 a 44 anos (37%).

Gráfico 1 - Idade dos Vereadores da CMSP nas Seis Legislaturas, em %

Participação Feminina nas Seis Legislaturas

Ao longo de seis (6) eleições para a CMSP a participação feminina foi de 18 em 177, ou seja, de 10,1 %. Número pequeno, especialmente quando se leva em conta que a CMRJ, com Magnitude quase sempre menor que a de São Paulo elegeu 24 em 152 edis, isto é, 15,8 %. Além disso, a brevidade na câmara é maior para as mulheres do que para os homens. Das 18 representantes femininas paulistanas, 12 elegeram-se somente uma (1) vez, ou seja, 66,7 %, enquanto dos 159 homens, 84 se elegeram uma (1) vez apenas, isto é, 52,8 %. Duas (2) delas foram eleitas para dois (2) mandatos, quatro (4) para três (3), sendo que uma (1) desistiu de disputar o quarto mandato (Aldaíza Sposati) e outra foi derrotada ao concorrer (Teresa Lajolo), mesmo tentando mais de uma vez. Portanto, a carreira estática na CMSP, *tipo permanente ou quase permanente*, não se revela muito promissora para as representantes do sexo feminino. E somente quatro (4) mulheres deixaram a CMSP em direção a outros cargos de representação popular, eleitas por quatro (4) diferentes partidos (PC do B, PRONA, PT e PSDB). Das que progrediram na carreira, somente uma (1) elegeu-se para três (3) mandatos na CMSP, enquanto as

outras três elegeram-se para apenas um (1), e deixaram a câmara antes de completá-lo. E como já se havia comentado no capítulo anterior, apesar de se constituir em grupo minoritário na CMSP em todas legislaturas, saiu das fileiras do sexo feminino a única integrante do legislativo paulistano (Luíza Erundina) que foi eleita pelo voto popular no período investigado para chefiar o Poder Executivo paulistano⁸⁵.

Ainda é cedo para avaliar se o pequeno acréscimo na bancada feminina na câmara paulistana deveu-se ao incentivo legal reservando a suas integrantes uma cota nos partidos políticos, ou a outros fatores. Há que se considerar, porém, que a chapa completa das mulheres que disputaram uma vaga para a CMSP ficou em 19,4 % da soma de todas as listas partidárias e coligações, pouco abaixo do que a lei assegura, dado este que já pode ser parte da explicação.

Ao se fazer a comparação das médias dos períodos pré e pós a sanção do diploma percebe-se o incremento de 1,7 ponto percentual. Mas desagregando-se para cada eleição, o movimento ascendente ainda não dá segurança para afirmar que se trata de uma tendência consolidada. Nas três eleições que antecederam a referida lei, a bancada feminina oscilou entre 9,1 % (1982 e 1992) e 7,5 % (1988), com média de 8,6. E nas três posteriores, a bancada subiu ligeiramente, mas ainda oscilando entre 10,9 % (1996 e 2004) e 9,1 % (2000), com média de 10,3.

Na CMSP, a relação entre o preenchimento de vagas e o resultado nas urnas ainda é frágil como se observa na eleição de 2004, em que seis (6) mulheres foram eleitas. O PV e o PFL foram as legendas que mais lançaram candidatas em São Paulo em números absolutos (26 e 25 respectivamente), e o PTB em termos proporcionais (37,7 %). Das duas primeiras agremiações, apenas o PV elegeu uma (1) vereadora em uma bancada de três (3) e o PFL nenhuma entre os dois (2) representantes eleitos. O PTB também conseguiu eleger uma (1) representante em uma bancada de sete (7), enquanto as outras quatro (4) mulheres saíram do PT, duas (2) em 13, PPS uma (1) em bancada de dois (2) e PSB apenas uma (1).

⁸⁵ - Embora o ex-presidente da República Jânio Quadros, eleito prefeito em 1985, também tenha iniciado sua carreira como vereador na capital, isto se passou na 1ª legislatura (1948-1951) do período anterior a 1964.

Todavia, o efeito da lei nas câmaras de Guarulhos (CMG) e do Rio de Janeiro (CMRJ) parece ter sido positivo. Na CMG a média das três primeiras eleições ficou em 4,9 e nas três posteriores à lei em 13,1, gerando uma variação de 8,2 pontos. Na CMRJ, a média das três primeiras eleições anteriores à lei ficou em 11,9, mas subiu para 19,0 nas posteriores, produzindo uma variação de 7,1 pontos. E a relação entre o preenchimento das vagas e o resultado obtido nas urnas também transparece com clareza. Além disso, a lista completa de candidatas na eleição de 2004 alcançou 22,8 % de todos candidatos, e as 13 mulheres eleitas para o legislativo carioca expressam 26,0 % de sua composição.

Diante das evidências apontadas, é possível afirmar que a carreira política para as mulheres paulistanas tem sido bem menos promissora do que para os homens, e a mudança observada ainda é muito diminuta para se esperar um significativo aumento no curto prazo. A despeito desta constatação particular, parece que a participação feminina cresceu generalizadamente na vida pública municipal, tal como demonstrado por estudo específico sobre as mulheres na elite política brasileira. O aumento mais significativo da participação das mulheres na política municipal se deve a necessidade de conciliar a vida pública com a domiciliar (AVELAR:2001).

Certamente, aumentar o número de candidatas, como se observou no caso da câmara carioca é uma variável segura para aumentar a oportunidade de eleição ainda que a conversão em cadeiras não se dê na mesma proporção do aumento das candidaturas, e não seja o único fator importante. Se a participação numérica é uma conquista não desprezível em si mesma, o significado do envolvimento do sexo feminino com a política não produz automaticamente em avanços mais profundos (AVELAR:2001), até porque se assim fosse o avanço na região Nordeste seria inquestionável, pois é lá onde as prefeitas e vereadoras são eleitas em maior número já há algum tempo (AVELAR:1989; AVELAR:2001).

As Relações Familiares e a Carreira Política

As famílias têm forte presença na vida política brasileira contemporânea e na de muitos países de maior ou menor longevidade democrática apesar das manifestações de indignação pública de amplos segmentos da sociedade e do espaço crítico dado pela

mídia⁸⁶. Ainda que este tema não se constitua o objeto central desta pesquisa, não parece recomendável ignorá-lo de plano, uma vez que é de domínio público que as relações de parentesco têm alguma influência no sucesso de uma carreira política, por vezes sendo mais decisivas que os partidos políticos, ainda que esta importância possa variar em consequência do político atuar em área rural, urbana, ou metropolitana, e a depender do grau de desenvolvimento econômico e social do lugar. O alcance de sua importância na política brasileira foi objeto de estudos das ciências sociais brasileiras (DUARTE:1939), como continua a sê-lo contemporaneamente.

Enquanto na vida econômica privada observa-se com naturalidade e até mesmo orgulho quando os pais encontram nos filhos os agentes interessados em dar continuidade ao que construíram, na atividade política isto é entendido freqüentemente como uma privatização indevida do que é público.

Nesta linha de argumentação é recomendável distinguir que uma coisa é o reconhecimento da importância de uma relação de interesse e solidariedade que se dá na esfera privada, e outra que se passa na esfera pública. No caso especificamente brasileiro, é compreensível a crítica desenvolvida seja no plano do senso comum quanto de larga parte da literatura das ciências sociais, haja vista quantas famílias estiveram equiparadas aos agentes da dominação política e social, por meio do controle da administração pública que foi utilizada como extensão de sua vida privada e meio de construir ou ampliar seus próprios domínios.

O resultado desta postura crítica após a redemocratização do sistema político brasileiro foi e tem sido a tentativa de reduzir esta influência nos diferentes poderes. A CF de 1988 tornou obrigatório o concurso público como mecanismo de seleção de quadros para o ingresso na administração, mas a amplitude dos cargos de confiança quase não sofreu regulamentação e sua amplitude permitiu que a intenção fosse contornada. Há que se reconhecer, porém, que o assunto é complexo e deve se separar, no mínimo, três dimensões, a saber: 1) as relações familiares que servem de recurso de

⁸⁶ - Apenas para efeito de evocar os políticos que chegaram ao posto máximo da vida política de seus países, há o senador José Sarney (PMDB-AP), ex-presidente da República do Brasil (1985-1990), e seus filhos Roseana Sarney (PFL-MA) e José Sarney Filho (PMDB-MA), senadora e deputado federal respectivamente. Na Argentina, o presidente da República, Nestor Kirchner, e sua esposa, senadora pela província de Buenos Aires, Maria Cristina Fernandez. E nos EUA, o presidente George Bush e seu pai, ex-presidente da República, bem como a família Kennedy (Joseph, pai; John, Robert e Edward, filhos).

mobilização, organização e financiamento para eleger um parente; 2) a prática de um líder político que usa dos cargos públicos para nomear seus parentes diretos ou indiretos que desejam se submeter ao processo eleitoral; 3) o parente que é representante popular e se vale de seu prestígio para eleger outro parente.

Ao longo de sua história, as assessorias dos vereadores da CMSP foram usadas inúmeras vezes, como a imprensa pôde demonstrar largamente, enquanto sinecuras para familiares e amigos, os quais, compareciam ao seu edifício apenas para receber o pagamento.

Porém, apesar das mudanças em curso em tempos recentes que levaram a direção da CMSP a efetuar mudanças pontuais e depois reformas administrativas para restringir estas práticas por parte dos gabinetes, pouco se investigou sobre a relação familiar entre seus representantes populares.

Ao se examinar o plantel de 177 vereadores eleitos no decorrer de seis (6) eleições, verifica-se que pelo menos 18 vereadores (10,2 %) contaram com relações de parentesco muito próximas de ex-vereadores, ex-deputados e atuais, ou foram os responsáveis pelo ingresso de seus parentes na vida político-eleitoral⁸⁷. O grau de parentesco entre os mesmos divide-se em dez (10) parlamentares que são *irmãos* de outros políticos, seis (6) que são *filhos* e dois (2) que são *pais*. Algumas particularidades dos aparentados são as que se seguem: onze (11) vereadores elegeram-se para mais de um (1) mandato como vereador, enquanto, em sentido contrário, a maioria absoluta dos vereadores da CMSP (54,2 %) tem apenas um (1) mandato, como se revelou no capítulo III, maioria esta que sobe para 56 % ao se tratar como conjunto próprio os vereadores que não apresentam relações de parentesco. Outro dado próprio deste grupo é que os eleitos pelo PMDB perfazem a maioria relativa – seis (6) – enquanto no outro grupo a larga maioria é do PT. Entretanto, o PDS/PPB/PP está em segundo lugar nos dois

⁸⁷ - A investigação valeu-se das fichas bibliográficas constantes do perfil dos vereadores na Supervisão de Biblioteca da CMSP fornecidas pelos próprios vereadores, como de material de imprensa e do próprio acervo deste pesquisador, que foi construído ao longo dos anos a partir de entrevistas com os vereadores. Dúvidas de parentesco que não puderam ser equacionadas implicaram na exclusão da lista, como foi o caso dos ex-vereadores Mário Noda (1983-1988) Jihei Noda (1969-1972). Também foram excluídos parentes de vereadores que não tenham tido mandatos eletivos. Neste sentido ficou de fora, por exemplo, o ex-vereador e ex-deputado estadual Pedro B. Dallari, filho do jurista Dalmo de Abreu Dallari e sobrinho do também jurista Adilson Dallari. Seu pai e seu tio tiveram cargos na administração pública paulistana, na condição de secretários, mas jamais tiveram carreira eleitoral.

grupos. Finalmente, o grupo dos aparentados tem presença na mesa diretora de forma bem mais ostensiva (dez – 10 de 18) do que os que não apresentam tais relações.

Cinco (5) vereadores do período aqui estudado foram os responsáveis pelo ingresso de seus parentes na política (Alberto Calvo, Antonio Carlos Caruso, Arselino Roque Tatto, Eurípedes Sales e José Mentor), sendo, portanto precursores. Quatro (3) deles moveram-se para outros cargos após exercerem de um (1) a três (3) mandatos, sendo classificados como vereadores de passagem ou quase permanentes, enquanto o único que permaneceu (Tatto) está entre os mais antigos na CMSP, tendo sido seu presidente e primeiro secretário⁸⁸. Um (1) dos que se moveram para outros cargos (Alberto Calvo) perdeu a reeleição (deputado estadual) e seu próprio filho não foi reeleito vereador (Rubens Wagner Calvo) em 2004 após ter migrado de partido (do PSB para o PT) e apesar de ter apresentado aumento nominal de votação.

Os outros 14 chegaram a CMSP a partir de seus parentes. Jooji Hato, o mais antigo do período, se elegeu pela primeira vez com o apoio de seu irmão Mário, que o antecedeu na câmara. Roberto Trípoli, um dos mais antigos, se elegeu em 1988 com o apoio de seu irmão, Ricardo Trípoli, vereador na legislatura que terminava (1983-1988) e deputado estadual a partir de 1990. Mesmo o falecido Antonio Sampaio, com três (3) mandatos no período, e sete (7) desde que eleito pela primeira vez, se viabilizou eleitoralmente a partir do apoio de seu irmão Cantídio Sampaio, que iniciou a carreira como vereador e depois se elegeu para deputado estadual.

Se estas evidências por si só não permitem concluir que os parentes tenham sido decisivos no ingresso, na manutenção e na progressão da carreira destes vereadores, pode-se afirmar, ao menos, que eles incrementam os elementos para corroborar tal possibilidade (*vide quadro nos anexos*).

⁸⁸ - Tatto lançou dois (2) irmãos na arena eleitoral, primeiramente Jilmar, e depois Ênio, os quais se elegeram deputado estadual. Jilmar não concorreu à reeleição porque era secretário municipal no governo da prefeita Marta Suplicy.

Em Direção a outros Cargos Populares

Quanto à descrição e análise de todos titulares que se elegeram para outros mandatos populares, constata-se que esta espécie de progressão (ambiciosa) tornou-se realidade para uma significativa minoria de 37 (20,9 %) dos 177 vereadores eleitos nas seis (6) eleições da CMSP que se realizaram dos anos de 1982 a 2004⁸⁹. Este fato se deu em diferentes momentos, a saber: antes deles terem sido eleitos para a câmara pela primeira vez no período investigado (6, ou 3,3 %), antes e depois (2, isto é, 1,1 %)⁹⁰, durante o exercício da vereança, e, também, depois de terem deixado de exercê-la (29, ou 16,4 %) (*vide tabela 29*).

Tal minoria sobe para 24,5 % se a base do cálculo for de 151 vereadores, isto é, descontando-se 26 vereadores que se encontram em primeiro mandato na 14ª legislatura (eleita em 2004) e que ainda não tiveram tempo de postular a outro cargo eletivo por não ter havido outra eleição até a encerramento desta pesquisa, a não ser no passado⁹¹.

Tabela 29
Vereadores Paulistanos (1982-2004)
Eleitos apenas para a CMSP e para outros mandatos depois de serem vereadores pela 1ª vez

SITUAÇÃO	N	Em %
Antes e Depois	2	1,1
Antes	6	3,4
Depois de serem eleitos para vereador em SP	29	16,4
Eleito vereador da CMSP somente	140	79,1
TOTAL GERAL	177	100

Fonte: TRE-SP.

A Procura por outros cargos de eleição popular

Considerando que a permanência na Câmara Municipal é próxima da metade das vagas existentes a cada legislatura, fica evidente que a vida pública legislativa paulistana não tem sido fator suficientemente forte para os representantes do povo nesta

⁸⁹ - Ainda assim, tal minoria é bem maior do que a da câmara carioca, na qual 21 vereadores (13,8 %) foram eleitos para outros cargos populares no mesmo período.

⁹⁰ - Os dois vereadores que foram parlamentares antes e depois da passagem pela CMSP são o atual senador da República, Eduardo Matarazzo Suplicy (PT) e o recentemente falecido deputado federal Paulo Seiti Kobayashi (PSDB).

⁹¹ - A próxima é a eleição geral do ano de 2006 na qual se disputam cargos em todos níveis, à exceção dos municipais.

se manterem, conquanto, por si só, tal dado não permita afirmar que não desperte interesse. Poderia haver outros motivos e fatores para que a permanência seja baixa, como, por exemplo, disputa eleitoral muita acirrada entre os candidatos. Vale lembrar, ainda, que no capítulo anterior procurou-se comparar as eleições com as tentativas fracassadas a fim de se ter segurança sobre a linha de argumentação.

Esse grupo de vereadores eleito para outro mandato (37) obteve 49 cargos via eleição popular, o que significa que alguns se elegeram para mais de um (1). O mandato de *deputado estadual* é o que aparece com maior frequência dentre os seus êxitos eleitorais (53,1 % das 49 ocorrências), constituindo-se também na primeira etapa posterior a CMSP em 19 destas. Em seguida vem o mandato de *deputado federal*, o qual responde por 20 eventos (40,8 % deste grupo), 16 desses durante e depois de eleitos para a câmara paulistana, e finalmente os de senador, vice-prefeito e prefeito, uma (1) vez cada.

É bastante nítido que a CMSP se caracteriza como fator decisivo para o grupo de seus edis que alcançam outro mandato popular uma vez que 77,6 % dos outros cargos eletivos são obtidos durante ou depois de terem sido eleitos vereador, enquanto apenas 22,4 % dos mandatos foram obtidos anteriormente.

E para o diminuto grupo que teve outro cargo de representação popular antes de chegar à câmara paulistana, esta instituição se presta, provavelmente, a servir de anteparo importante para que o indivíduo se mantenha na vida política ativa com boa oportunidade de visibilidade perante a sociedade, e, quiçá, chance de voltar a disputar com sucesso os cargos eletivos que já obtivera no passado.

Os políticos que fizeram este movimento tático são aqueles enquadrados como de *ambição regressiva*, porque a busca de mandato de vereador seria uma descida na carreira política (*ver tabela 30*).

Tabela 30
*Outros mandatos populares obtidos antes, durante
e depois de eleitos para a CMSP pela primeira vez, segundo a frequência
(1982-2004)*
(N=37)

CARGO	ANTES	DURANTE E/OU DEPOIS	SUBTOTAL	EM %
Deputado Estadual	7	19	26	53,1
Deputado Federal	4	16	20	40,8
Senador	0	1	1	2,0
Vice-prefeito	0	1	1	2,0
Prefeito	0	1	1	2,0
TOTAL	11	38	49	100
EM %	22,4	77,6	100	

Fonte: TRE-SP.

Observação: o total aqui é de 48 e não 37, pois se trata da frequência dos mandatos e não da população de vereadores que tiveram mandatos.

A maioria das eleições de vereadores para outros cargos populares se deu para aqueles atores que tiveram apenas um (1) mandato na CMSP (48,6 %) (vide tabela 31 seguinte), *tipo de passagem*, embora a soma das minorias seja muito expressiva, isto é, dos que foram eleitos tendo dois (2) ou mais mandatos⁹². A liderança dos vereadores de um (1) mandato se deve pela reunião dos que foram eleitos antes de serem vereadores (6), durante e também depois (12), sugerindo que a progressão na carreira para esses parlamentares precisou da câmara como elemento preparatório ainda que muito breve.

Tabela 31
Vereadores eleitos para outro cargo eletivo (antes, durante e depois)
Segundo o número de mandatos que tiveram na CMSP
(1982-2004)

MANDATOS NA CMSP	ANTES	DURANTE DEPOIS	SUBTOTAL	EM %
1	6	12	18	48,6
2	2	6	8	21,6
3	0	8	8	21,6
4	0	3	3	8,1
TOTAL	8	29	37	100

Fonte: TRE-SP.

*Inclui os que se elegeram no meio do mandato de vereador.

⁹² - O mesmo se passou na CMRJ, porém com ordem de grandeza muito maior. Nada menos que 76,2 % dos vereadores cariocas foram eleitos para outros cargos ainda no primeiro mandato.

A Importância dos outros Cargos Eletivos

Todavia, escorar a análise apenas em quem foi eleito para outro cargo trata-se de procedimento que restringe em demasia a compreensão da importância da câmara enquanto lugar de passagem ou de longa permanência, pois o sucesso eleitoral não abrange a todos interessados em postular outros cargos como já se havia demonstrado e comentado em capítulos anteriores.

Para que se tenha clareza do universo dos vereadores perseguindo outros cargos eleitorais, é preciso trabalhar com as listas completas dos candidatos (eleitos e não eleitos). Quando se lida com as mesmas, constata-se que os candidatos para outros cargos sobem a 76, dois (2) a mais que o dobro dos 37 que foram eleitos, ou seja, 42,9 % de todos vereadores titulares das seis (6) legislaturas. Faça-se a ressalva de que este número seria menor, excluindo-se desta população oito (8) edis que postularam sem êxito outros mandatos somente depois de já terem deixado a CMSP, seja porque não conseguiram a reeleição para vereador, ou porque haviam sido sufragados para deputado, mas não conseguiram a reeleição. Mas tal observação não compromete a noção de progressividade da carreira; apenas põe em evidência a variedade de trajetórias de que se revestem a mesma.

Neste grupo de 76 vereadores verificam-se seis (6) diferentes situações quando se tem como critério o momento em que tentaram eleger-se, com o propósito de responder com desvelo em quais tipos eles se enquadram (*vide a tabela 32*).

Chama a atenção do observador ao se debruçar sobre a tabela 32 o fato de que do subgrupo de vereadores que teve ao menos um (1) fracasso eleitoral ao pleitear outro cargo, parcela majoritária passou por tal situação antes de chegar a CMSP (22,4 por cento), e a mesma seria maior caso a esta se acresçam dois (2) outros subgrupos; 1) a dos que disputaram antes e também durante o mandato de vereador (10,5 %), e, 2) antes e depois (5,3 %). Ou seja, totalizariam 38,2 %. Esta distribuição é um indicador consistente na interpretação de que o mandato de vereador não era necessariamente sua primeira escolha e, assim, a passagem pelo parlamento da cidade tem um sentido diferente das demais, provavelmente, quanto a sua forma de atuação.

Tabela 32
*Candidatos a outros cargos, incluindo os que tiveram ao menos um fracasso
 (antes, durante e/ou depois da eleição para a CMSP, 1982-2004).*
N=76

CANDIDATURAS	N	Em % Sobre subtotal	Em % Sobre Total
Antes de eleito vereador	17	22,4	9,6
Já tendo deixado a CMSP	16	21,0	9,0
Eleito para outro cargo sem derrota	14	18,4	7,9
Durante o mandato de vereador somente	14	18,4	7,3
Antes e durante o mandato de vereador	8	10,5	4,5
Antes e depois de já ter deixado a CMSP	4	5,3	2,2
Durante o mandato e depois de ter deixado a CMSP	3	3,9	1,7
SUBTOTAL	76	100	42,9
Não concorreram a outros cargos	101		57,1
TOTAL DE VEREADORES	177		100

Fonte: TRE-SP, Fundação Seade.

Observação: inclui mesmo os que se candidataram em pleitos anteriores a 1982.

*Candidaturas bem sucedidas e fracassadas para outros cargos eletivos:
 Dois grupos distintos, ou partes de um mesmo conjunto?*

A descrição acima leva à seguinte indagação: até que ponto os vereadores que foram eleitos para outros cargos e os que tentaram e não conseguiram tratam-se de dois (2) conjuntos distintos e sem intersecção, com intersecção, ou um é subconjunto de outro? As perguntas se justificam pelas implicações que têm para as respostas. No caso dos eleitos virem a se constituir em subconjunto, parece consistente a hipótese de que há nitidamente um *tipo* de vereadores de *passagem*, para os quais a câmara é uma plataforma de lançamento, sendo que os fracassos não implicam que eles não se reelegerão em certo momento à frente. Se forem grupos sem qualquer intersecção, é possível especular que os não eleitos foram candidatos com o objetivo de contribuir com votos para suas legendas, mas sem quaisquer intenções ou mesmo condições de serem eleitos. Para tanto, os dados precisariam ser novamente trabalhados; o que foi feito, como se indica na tabela 33, a qual permite obter a resposta almejada com clareza.

Do conjunto de 76 vereadores que se candidatou a algum outro cargo eleitoral em algum momento, forma-se dois subconjuntos de igual tamanho, a saber: um (1), de 37 (48,7 % desse conjunto), integrado por representantes populares que se elegeram em algum momento para outro cargo, e outro de 39 (51,3 %) que é formado de vereadores que só tiveram fracassos eleitorais. Todavia, deve-se reconhecer, primeiramente, que é

expressivo o número de vereadores que concorreram a outro cargo eletivo em algum momento de sua vida política, a despeito deste montante se tratar de menos da metade dos edis que integraram seis (6) legislaturas, dado este que adensa a hipótese enunciada anteriormente, segundo a qual a CMSP é encarada enquanto um espaço de passagem.

Tratando, agora, do primeiro subconjunto de 37, há em seu interior vereadores que foram eleitos sem quaisquer fracassos (14) e outro dos que tiveram ao menos um (1) revés (23). Desse modo, há dois (2) grupos de vereadores, ou subconjuntos, sem quaisquer intersecções; o dos que só colheram êxitos eleitorais nos outros cargos que disputaram (14) e os que só colheram derrotas (23).

Tabela 33
*Eleitos, Não Eleitos e Vereadores que não concorreram
a outro cargo eleitoral*
N = 177

CONJUNTOS	SITUAÇÃO	N	EM % SUBTOTAL	EM % TOTAL
A-1	Eleitos com ao menos um (1) fracasso	23	30,3	13,0
A-2	Eleito para outro cargo sem derrota	14	18,4	7,9
A	VEREADORES QUE FORAM ELEITOS	37	48,7	20,9
B	Só fracassos eleitorais	39	51,3	22,0
A+B	CONCORRERAM A OUTRO CARGO ELEITORAL	76	100	42,9
C	Não concorreram a qualquer outro cargo	101		57,1
	TOTAL DE VEREADORES	177		100

Fonte: TRE-P.

A existência de um contingente tão grande de vereadores que postulou algum outro mandato eleitoral tanto antes quanto depois de eleito para a Câmara Municipal, ainda que seja minoritário (e menor ainda o dos que conseguiram ser eleitos), exige um tratamento analítico próprio (que escapa ao objetivo dessa pesquisa), pois a depender de suas características é possível que o mesmo interfira na qualidade da atuação parlamentar e funcionamento do Poder Legislativo, uma vez que seu envolvimento, como já foi dito, tende a ser diferente; talvez menos ligado aos problemas da cidade.

É recomendável, ainda, matizar um pouco mais a relação até agora encontrada, em busca de outra que possa ajudar na segurança da análise. O número de mandatos obtidos deste grupo de vereadores para a CMSP talvez traga mais luz, especialmente

cotejando-o ao conjunto dos vereadores que jamais concorreram a outro cargo que não tenha sido o de vereador.

A posição ocupada pelos representantes que concorreram e os que não concorreram é a mesma nos dois conjuntos, apresentando correlação positiva de 0,913, além do fato que os vereadores que tem um (1) e dois (2) mandatos se constituem na ordem decrescente nos que mais participam na distribuição dos dois (2) grupos (*vide tabela 34 a seguir*). Porém o peso de cada um é bem diferente, pois enquanto no grupo dos que nunca concorreram a outro cargo eletivo popular, a participação dos parlamentares que têm um (1) mandato na câmara é de 63,4 %, no grupo dos que já concorreram é de 42,1, perfazendo uma larga diferença de 21,3 pontos.

A diferença continua grande em relação aos que tiveram dois (2) mandatos (10,1 pontos) e um pouco menos pronunciada entre os que se elegeram em três (3) oportunidades (6,9 pontos), reduzindo-se daí para frente. Assim, a heterogeneidade entre os números de mandatos é ligeiramente menor no grupo dos que já concorreram em face aos que não passaram por tal experiência.

Tabela 34
*Vereadores que concorreram a outro cargo popular
e os que nunca o fizeram, segundo o número de mandatos na CMSP
Em percentuais*

A Mandatos	B Concorreram	C Não Concorreram	D Diferença em P.P. (B-C)
1	42,1	63,4	21,3
2 ou >	57,9	36,6	21,3
2	32,9	22,8	10,1
3	15,8	8,9	6,9
4	6,6	4,0	2,6
5	1,3	1,0	0,3
6	1,3	0	1,3
TOTAL	100	100	
N	76	101	

Fonte: TRE-SP. P. P – Pontos Percentuais.

A experiência observada acima é importante para a análise, mas não é decisiva. De qualquer maneira, fica evidente que a maioria dos vereadores que se candidatou para outros cargos estava na câmara havia pelo menos dois (2) mandatos (57,9 %). Tal situação é compreensível, pois o titular do mandato passa a ter, por suposto, maiores

possibilidades de almejar outro cargo eletivo do que aquele que ainda não foi eleito nenhuma vez. O titular conta com mais tempo para construir uma rede de relações, de lealdades e troca de interesses, pois dispõe potencialmente de tempo integral para fazer política⁹³, bem como levantar recursos materiais e humanos para seu futuro, admitindo-se que o financiamento das campanhas é caro.

Desse modo, é quase imediato perguntar sobre a possibilidade de outra variável acentuar a diferença entre os grupos. Será que os vereadores que nunca concorreram (101) estão presentes em determinadas legislaturas da câmara mais do que em outras, e com distribuição proporcional dos que desfrutaram de um (1) ou mais mandatos? Ao cruzar o número de mandatos obtidos pelas legislaturas em que estiveram presentes, depreende-se que o subgrupo majoritário dos que tiveram apenas um (1) mandato somente (64) está concentrado da 12^a legislatura (eleita em 1996) à 14^a (eleita em 2004) (47)⁹⁴. E a situação se inverte para o subgrupo minoritário que tem dois (2) ou mais mandatos, o qual se distribui na quase totalidade entre a 9^a legislatura (eleita em 1982) e 11^a (eleita em 1992). Os dados sugerem que a competição eleitoral se tornou mais acirrada (*vide tabela 35 abaixo*).

Tabela 35
*Vereadores que nunca concorreram a outro cargo por eleição popular
Segundo o número de mandatos e legislaturas na CMSP
(1982-2004)*
N=101

LEGISLATURA	NÚMERO DE MANDATOS						
	1	2	3	4	5	6	SUBTOTAL
9 ^a	7	7	2	0	0	0	16
10 ^a	7	5	0	1	1	0	14
11 ^a	3	2	2	2	0	0	9
12 ^a	13	1	5	1	0	0	20
13 ^a	12	8	0	0	0	0	20
14 ^a	22	0	0	0	0	0	22
TOTAL	64	23	9	4	1	0	101

Fonte: TRE-SP.

* Total de vereadores nas seis legislaturas é 177. ** Antes de ser vereador.

⁹³ - Mesmo que não faça pessoalmente por ter outra ocupação, mas conta com assessoria que pode fazer por ele.

⁹⁴ - Necessário lembrar que é na 12^a legislatura que ocorrem os escândalos que levam à formação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Máfia das Propinas, prisão e cassação de vereadores, sob a gestão de um presidente da CMSP que teve somente um (1) mandato e que viria a ser envolvido nas denúncias.

Outros Cargos Eletivos Antes da Vereança

Faz pouco sentido emitir qualquer opinião sobre a importância das decisões eleitorais dos vereadores sem que se leve em conta todas candidaturas que ocorreram para outros cargos eletivos, mesmo que estas não tenham tido êxito. Recorrendo a esse procedimento será possível conhecer a relevância do mandato de vereador em suas vidas políticas.

Tome-se para análise, em primeiro lugar, oito (8) vereadores que já haviam exercido outros cargos populares pelo estado de São Paulo antes de serem vereadores na CMSP⁹⁵. Eles representam 10,5 % dos 76 que tentaram sê-lo ao menos uma (1) vez e 21,6 % dos 37 que conseguiram sê-lo ao menos uma (1) vez, formando em termos hipotéticos um subgrupo com perfil próprio, isto é, daquele que só busca o mandato municipal em decorrência da adversidade eleitoral vivida no outro cargo.

Da literatura existente sobre carreiras políticas (LEONI&PEREIRA&RENNÓ:2003), infere-se que o mandato parlamentar municipal é considerado um retrocesso na carreira para alguém que já esteve em outro cargo público eletivo de maior abrangência, pois os cargos locais, como já se tratou em capítulo anterior, são tidos como a sua primeira etapa. Ainda que se desconheçam estudos específicos que tratem de retorno, está implícito neste raciocínio que se trata de uma perda de status.

Destarte, é possível afirmar que tanto a postulação para outro cargo eleitoral, quanto o êxito em alcançá-lo, não são fatos incomuns na vida parlamentar paulistana. Todavia, esta minoria se caracteriza por perseguir mais de uma (1) postulação por vereador (1,73 para os que já haviam sido deputados antes, e 1,89 para os que vieram a ser após a primeira eleição de vereador). Ela pode se configurar em um grupo diferenciado dos demais vereadores paulistanos, identificados pelos tipos do vereador de passagem, o qual procura granjear capital político suficiente a partir do exercício do mandato para atingir meta mais ambiciosa.

⁹⁵ - Este grupo seria de nove (9) caso fosse incorporado Agnaldo Timótheo Pereira, que se elegeu vereador para a 14ª Legislatura, e que já se elegeu vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) para a 5ª legislatura (1997-2000).

Como se afirmou anteriormente, dos oito (8) vereadores que já haviam sido eleitos para outros cargos no passado, apenas dois (2) voltaram a se candidatar e a se reeleger para os mesmos no futuro. Para eles, a câmara caracteriza-se como um espaço de re-aglutinação de forças a fim de que tenham condições de buscar nova ascensão da carreira, ou mesmo para encerrá-la com algum retorno político. Ressalte-se, porém, que três (3) deles foram eleitos pela primeira vez em 2004, e ainda não houve tempo hábil para saber se seguirão o mesmo caminho dos outros dois (2) (*veja quadro 4 a seguir*).

Quadro 4
*Futuro dos Oito Vereadores eleitos nas 6 legislaturas
que tiveram outros mandatos eleitorais anteriormente
e o ano da primeira eleição para a CMSP entre 1982 e 2004*

PRIMEIRA ELEIÇÃO PARA A		
ANTES	CMSP	DEPOIS
Antonio Erasmo Dias	2000	Suplente na de 2004
Carlos Alberto Eugênio Apolinário	2000	Vereador na de 2004
Eduardo Matarazzo Suplicy	1988	Senador da República a partir de 1990
Jorge Tadeu Mudalen	2004	Não houve tempo ainda
José Aníbal Peres de Pontes	2004	Não houve tempo ainda
Luiz Paulo Teixeira Ferreira	2004	Não houve tempo ainda
Manoel de Oliveira Sala	1992	Suplente de deputado estadual em 1998 e 2002
Paulo Seiti Kobayashi *	1988	Deputado Estadual (1994), Federal(1998) e Suplente de Federal(2002)

Fonte: banco de dados do próprio autor, a partir do TRE. * Falecido em 2005.

A Progressão dos Eleitos para Outros Cargos

Apresenta-se agora a progressão individual de 28 vereadores de todas as legislaturas aqui analisadas, excluindo-se deste rol apenas oito (8) que já haviam sido eleitos para outros cargos no passado. Destaca-se mais uma vez o fato de que a grande maioria dos titulares da CMSP, ao contrário desse grupo, é formada de parlamentares de um (1) mandato apenas, como também de que só foi eleita para este cargo (*ver tabela 36*).

Entretanto, dos 29 analisados que foram eleitos para outros cargos, 12 (41 %) tinham apenas um (1) mandato, o que significa que a maioria foi eleita ainda no exercício do primeiro e, portanto, não o concluiu. De qualquer maneira, é importante mencionar que mais da metade já havia sido eleita para um segundo mandato de vereador (17, 59 %) e, do referido grupo, nada menos que 11 vereadores se encontravam entre a terceira e quarta eleição para a CMSP. Portanto, a progressão em

direção a outros cargos esteve moderadamente equilibrada entre os possuidores de diversos mandatos.

Tabela 36
*Vereadores Paulistanos das Seis Legislaturas (1982-2004),
 Eleitos para outros cargos durante e depois, segundo o número de mandatos na CMSP
 (N=29)*

VEREADOR	PARTIDO*	MAN- DATOS	DEPUTADO ESTADUAL **	DEPUTADO FEDERAL **	PRE- FEITO	VICE PRE- FEITO
Adriano Diogo	PT	4	01			
Alberto Calvo	PSB	1	02			
Alberto Hiar	PSDB	1	02			
Ana Mara M. Soares	PC do B	3	01			
Arnaldo de Abreu Madeira	PSDB	3		02		
Devanir Ribeiro	PT	4		01		
Getúlio K. Hanashiro	PMDB	1	02			
Gilberto Kassab	PL	1	01	02		01
Gilberto Nascimento e Silva	PMDB	3	02	01		
Hana Gharib	PDS	2	01			
Havanir Tavares A Nimitz	PRONA	1	01			
Henrique Sampaio Pacheco	PT	3	01			
Ítalo Cardoso de Araújo	PT	4	01			
José Aldo Rebelo Figueiredo	PC do B	1		04		
José Eduardo M. Cardozo	PT	2		01		
José Ferreira do Nascimento	PDS	3		01		
José Guilherme Gianetti	PMDB	2	01			
José Mentor G. Mello Neto	PT	3		01		
José Ricardo de A. Trípoli	PMDB	1	04			
Luíza Erundina de Souza	PT	1	01	02	01	
Marcos Cintra C. Albuquerque	PL	1		01		
Marcos Ribeiro de Mendonça	PMDB	3	02			
Nello Rodolfo Giongo Filho	PMDB	2		01		
Pedro B. Dallari	PT	1	02			
Robson Tuma	PL	1		04		
Ushitaro Kamia	PTB	2		01		
Vicente Cândido da Silva	PT	2	01			
Walter Meyer Feldman	PMDB	2	02	01		
Zulaiê Cobra Ribeiro	PSDB	1		02		

Fonte: TRE-SP e TSE.

* Partido pelo qual foi eleito vereador pela primeira vez na condição de titular.

** Eleito titular pela primeira vez (não inclui as que ficou como suplente). Pref – Prefeito; Vice-Pref – Vice-Prefeito.

Da lista apresentada na tabela acima, depreende-se facilmente que a progressão representou de forma excludente a obtenção de um ou outro cargo eletivo para a quase totalidade dos vereadores (25, ou 86,2 %), sendo que apenas dois (2, 6,9 %) obtiveram dois (2) (deputado estadual e federal) e outros dois (2, 6,9 %) alcançaram três (3) (Luíza Erundina e Gilberto Kassab), isto é, deputado estadual, prefeito e deputado federal e deputado estadual, deputado federal e vice-prefeito. PT e PMDB são as duas (2) siglas pelas quais os vereadores que deixaram a CMSP rumo a outros mandatos mais se elegeram, com nove (9) e seis (6) representantes respectivamente.

A Mesa Diretora da CMSP e a Carreira Política

A mesa diretora da CMSP, como a de todo Poder Legislativo no Brasil, se caracteriza como órgão máximo de direção do funcionamento da instituição. É composta por cinco (5) cargos, a saber: presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário⁹⁶ (artigo 5º da Resolução 02/91). Em sua composição, os cargos de presidente e secretário são os mais importantes⁹⁷ por deterem a maior parcela de poder na estrutura do órgão dirigente, além de conferirem vantagens materiais aos seus integrantes, tais como amplos gabinetes dotados de boa infra-estrutura, assessoria e pessoal administrativo⁹⁸, veículos à disposição de sua equipe além do carro oficial de uso pessoal⁹⁹.

O presidente tem amplas competências nas esferas legislativa e administrativa, tais como a responsabilidade de dirigir as sessões ordinárias e extraordinárias, convocá-las, conceder a palavra ou negá-la aos vereadores, organizar a ordem do dia, declarar a extinção de mandato do vereador, autorizar despesas e pagamentos, assinar os balancetes contábeis da câmara, de representá-la judicialmente, entre muitas outras atribuições. Contudo, entre os enunciados mais importantes de suas responsabilidades, encontra-se o que afirma ser de sua alçada *interpretar e fazer cumprir* o regimento (artigo 17), estabelecendo *precedentes regimentais* sempre que o regimento for omissivo, competência esta que carrega sempre certa dose de subjetividade e abre espaço para que o livre arbítrio de um hábil ocupante do cargo tenha raio de ação considerável. Por tudo isto, o(a) prefeito(a) tem necessidade de que o cargo de presidente seja ocupado por algum membro de seu partido ou aliado¹⁰⁰.

⁹⁶ - Depois da eleição dos integrantes da Mesa, os vereadores elegem dois suplentes da Mesa, que não têm qualquer ingerência em suas atividades. No biênio 1989-1990 (10ª Legislatura) existiram de forma efêmera os cargos de 3º Vice-Presidente e 3º Secretário, os quais foram extintos com a promulgação da LOM e do novo regimento (Resolução 02/91).

⁹⁷ - Na 10ª legislatura, criou-se o cargo de presidente para a elaboração da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que foi ocupado pelo então vereador Gilberto Nascimento Silva (PMDB), o qual teve a duração de pouco menos de um ano, sendo extinto logo após a promulgação da carta municipal.

⁹⁸ - O primeiro secretário é o responsável direto pelas licitações e contratos de compra e serviços da CMSP.

⁹⁹ - Em quase todas escolhas para os cargos da mesa diretora houve disputa, mesmo para os de 1º vice-presidente, 2º vice-presidente e 2º secretário.

¹⁰⁰ - Quatro presidentes foram de oposição, incluindo um que era filiado a legenda do prefeito. Este foi o caso de Altino Lima (PMDB), que durante quase um ano fez oposição ao prefeito de seu partido Mário Covas. Foi substituído por Marcos Mendonça (PMDB) que esteve na oposição a Jânio Quadros (PTB) por um (1) ano. Mendonça já era presidente quando Jânio foi eleito. Na legislatura seguinte, os vereadores do PSDB, Arnaldo Madeira e Paulo Kobayashi presidiram a CMSP em oposição à prefeita Luíza Erundina (PT). O vereador Gilberto Nascimento (PMDB) presidiu a Estatuínte, mesa diretora para a direção da elaboração da LOM, em oposição ao partido da prefeita Erundina. Altino Lima e Mendonça presidiram a CMSP antes da instituição contar com as mesmas prerrogativas que passou a ter depois da promulgação da LOM, o que significa menos poder que seus sucessores.

O primeiro secretário, por sua vez, dispõe de grande controle sobre o fluxo dos acontecimentos da câmara, das iniciativas dos vereadores, e da administração da instituição. Ele é o responsável pela chamada dos vereadores na abertura de sessões e de votações, de determinar o recebimento e zelar pela guarda de papéis e proposições, secretariar as reuniões da Mesa, redigir as atas de suas reuniões e das eventuais reuniões secretas (*previstas no capítulo V, compreendendo dos artigos 195 a 201*).

Mas se o presidente e o primeiro secretário são os cargos mais importantes, integrar-se aos demais da mesa é uma meta cobiçada na carreira, pois seus integrantes influenciam no processo decisório legislativo e administrativo, prerrogativas estas que se encontram previstas no regimento interno (artigos 13 a 15 da Resolução n.02/91). Primeiramente, a mesa diretora deve ter ao menos uma (1) reunião quinzenal para tratar de todos os assuntos da CMSP que necessitem decisão, deliberando por maioria absoluta dos votos de seus membros quando não houver consenso (artigo 14), bem como assinando os contratos da câmara com terceiros (artigo 15). Todavia, o exercício dos demais cargos não se constitui função de expectativa para a presidência caso de vacância do cargo, uma vez que o regimento determina a realização de nova eleição na “fase do Expediente da primeira sessão subsequente à vaga ocorrida, ou em sessão extraordinária para esse fim convocada” (artigo 7). Apesar da ressalva aos demais membros da mesa e de que influenciam pouco individualmente, eles contam com capacidade de limitar a atuação do presidente e do secretário na medida em que são imprescindíveis para a aprovação de diversas matérias de interesse da casa.

Nos 23 anos cobrindo o período aqui examinado, o tempo de mandato dos integrantes da mesa diretora foi encurtado de dois (2) anos para um (1) com direito a uma (1) reeleição, mudança que ocorreu para o ano de 1991 em meio à 10ª legislatura (1989-1992), em consequência da promulgação da LOM em abril de 1990 e do novo Regimento Interno (Resolução 02/91). O propósito da mudança foi aumentar a rotatividade no comando da instituição, reduzindo, assim, o conflito pela disputa de seu controle¹⁰¹. Com mandato de vereador sendo de quatro (4) anos e o da mesa diretora bienal, a regra permitia apenas dois (2) diferentes presidentes por legislatura, mas com a

¹⁰¹ - A redução do mandato foi questionada judicialmente no decorrer da 12ª legislatura, a pretexto de que o mandato da Mesa Diretora teria de coincidir com os da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de São Paulo. Esta iniciativa sustou provisoriamente uma das eleições para formação da nova chapa, prorrogando automaticamente o mandato de uma das mesas diretoras.

alteração tornou-se possível até quatro (4), conquanto manteve-se a permissão de uma reeleição para o mesmo cargo.

Assim, no transcorrer de 23 anos (1983-2005), a CMSP realizou 19 eleições para a formação da mesa diretora. Isto significa que o número de cargos totais acumulados que foram disputados para mandatos bienais ou anuais chega a 97, ou seja, até 97 diferentes vereadores poderiam tê-los exercido caso ninguém fosse eleito mais de uma (1) vez ou mesmo reeleito. Assim, a composição da mesa diretora teria absorvido até 31,7 % dos representantes populares, considerando-se as 306 vagas de todas legislaturas do período, o que não é pouca coisa embora se configure como minoria.

Contudo, como já se mostrou anteriormente, em todos os anos de competição aqui estudados o eleitorado de São Paulo elegeu 177 vereadores, sendo que estes elegeram 61 de seus pares para dirigir a instituição paulistana, isto é, 34,5 %¹⁰². Trata-se também de um número expressivo e situado 2,8 pontos acima do piso teórico (31,7 %). Limitando-se somente aos cargos de presidente (19) e secretário (19), o número ficaria em 38 vereadores no máximo se nenhum se repetisse, embora não mais do que 15 atingiram o mais alto cargo da casa e 17 o segundo mais importante (*vide tabela 38 nas páginas seguintes*). Ainda assim, trata-se de rotatividade expressiva¹⁰³.

Em sentido contrário, um mesmo vereador que tenha sido eleito para a CMSP nas seis legislaturas e não tenha ficado de fora da mesa diretora uma vez sequer, teria permanecido na direção da instituição em até 19 vezes. Vale recordar que apenas um (1) vereador, Jooji Hato (PMDB), elegeu-se nas seis (6) disputas para a CMSP, mas com somente três (3) passagens pela mesa diretora, ocupando os cargos de primeiro e segundo vice-presidente. Seria, portanto, um quadro de baixa produtividade. Mas outros seis (6) vereadores com menos mandatos do que Hato também tiveram a mesma frequência de passagens (embora nenhum estreante). Além deles, há um companheiro

¹⁰² - Deste total, dois (2) integrantes da mesa não eram titulares da CMSP no início da legislatura. Zenas Pires nunca foi eleito, mas assumiu o mandato em consequência da renúncia de titular para assumir outro cargo de natureza popular, enquanto Mário Noda havia tido dois (2) mandatos, exercera cargos na mesa, mas da última vez que o ocupou se enquadrava na mesma situação de Pires.

¹⁰³ - No legislativo carioca realizaram-se 13 eleições para mandatos bienais de presidente e 12 para os demais cargos, como o de primeiro secretário. Assim, no máximo 25 edis poderiam alcançar tal posição, mas no total foram 18, (oito – 8 presidentes e 10 secretários). Portanto, em termos proporcionais, a rotatividade na câmara paulistana foi bem maior no cargo de presidente que a carioca, enquanto na de secretário praticamente se equivaleram (*vide tabelas nos anexos*).

de bancada, Milton Leite da Silva, com três (3) mandatos na CMSP ainda não exercidos integralmente quando esta pesquisa estava em curso, mas que teve quatro (4) passagens pela mesa diretora. No caso de Leite da Silva, pode-se enxergar um quadro de alta produtividade.

Merece atenção o número de vereadores com apenas um (1) mandato na CMSP que assumiram algum dos cargos que compõem a mesa diretora, pois se trata de expressiva minoria de 16 (26,2 %) dos que a integraram em todos estes anos, havendo ainda três (3) que tiveram até duas (2) passagens na mesma legislatura. O maior contingente de membros da mesa situa-se entre os edis que detiveram até dois (2) mandatos, os quais representam 41 %¹⁰⁴. Deste grupo, nove (9) vereadores chegaram a exercer até dois (2) mandatos na mesa diretora, enquanto um (1) teve três (3) passagens. Portanto, os vereadores de passagem formam a larga maioria dos que dirigem a CMSP (67,3 %), deixando pouco espaço para aqueles que são quase permanentes ou permanentes, os quais somados chegam a 20 (32,7 %) (*vide tabela 37*).

Tabela 37
Integrantes das Mesas Diretoras da CMSP entre 1983 e 2005
Segundo o número de mandatos obtidos entre 1982 e 2004.

MANDATOS	ELEIÇÕES PARA A MESA DIRETORA				VEREADORES	Em %
CMSP	1	2	3	4		
1	13	3	0	0	16	26,2
2	15	9	1	0	25	41,0
3	6	2	2	1	11	18,0
4	3	1	2	0	6	9,8
5	0	1	1	0	2	3,3
6	0	0	1	0	1	1,6
TOTAL	37	16	7	1	61	100
Em %	60,6	26,2	11,5	1,6	100	

Fonte: CMSP. Supervisão de Biblioteca.

Processos Políticos

Membros da mesa diretora do final da 9ª legislatura (1987-1988) foram processados no início da seguinte, quando a correlação de forças se alterou com a chegada de uma maioria parlamentar, ainda que relativa, do PT e a eleição de uma

¹⁰⁴ - Já na câmara carioca a predominância dos vereadores de apenas um (1) mandato na composição da Mesa Diretora é maior que na paulistana e representa a faixa majoritária. Foram 15 edis (37,5 %) dos 40 que para esta foram eleitos. Todavia, quando somados aos 11 que tiveram até dois (2) mandatos no legislativo, o percentual é pouco menor que o da câmara paulistana (65 %) (*para maiores detalhes vide tabela nos anexos*).

prefeita do mesmo partido. Os integrantes processados da direção anterior, que foram absolvidos em decisão do plenário ainda na fase da admissibilidade da acusação, porém com ampla repercussão da opinião pública, eram quase todos titulares de dois (2) ou mais mandatos no início da 9ª, com a única exceção de um (1) que embora na primeira era irmão de um ex-vereador e já deputado federal (MALUF:1991)¹⁰⁵.

Presidente e Primeiro Secretário

Mas será que os principais cargos da mesa, de presidente e primeiro secretário, expressam, também, a mesma divisão em termos proporcionais, ou seja, encontram nos novatos a maioria dos que os controlam?

Sim, na realidade, a faixa dos vereadores que se elegeram para dois (2) mandatos na câmara é a que mais abrigou vereadores na presidência e na primeira secretaria, mas igualmente na segunda vice-presidência e na segunda secretaria, à exceção da primeira vice-presidência. Aliás, a primeira vice-presidência é a que menor rotatividade teve em todos estes anos (*ver tabela 38 a seguir*)¹⁰⁶. A 3ª vice-presidência e a 3ª secretária, como já salientado atrás, existiu por apenas um (1) mandato da mesa e, portanto, não poderia apresentar outra situação.

Tabela 38
Membros da Mesa Diretora da CMSP entre 1983 e 2005
Segundo os cargos que tiveram e o número de mandatos de vereador
(1982-2004)

MANDATOS NA CMSP	Pres	CARGOS 1oVP	NA 2oVP	MESA 3oVP	1oSec	2oSec	3oSec
1	2	3	5	0	2	4	0
2	6	1	9	0	8	7	1
3	4	4	2	0	4	2	0
4	1	3	1	0	2	2	0
5	2	0	0	1	1	0	0
6	0	1	1	0	0	0	0
TOTAL	15	12	18	1	17	15	1

Fonte: CMSP. Supervisão de Biblioteca. VP – Vice-presidente; Sec – Secretário.

¹⁰⁵ - Dois (2) deles tiveram suas trajetórias aqui analisadas (Antonio Sampaio Teixeira e João Brasil Vita), e outros dois (2) eram do PMDB (Almir Guimarães de Oliveira e Jamil Achoa). À exceção de Achoa, os outros se reelegeram para a 11ª legislatura.

¹⁰⁶ - Já na CMRJ, como seria de se esperar do cargo de presidente foi este o que menor rotatividade experimentou; apenas oito (8) vereadores dos 40 que tiveram acesso à Mesa Diretora lá chegaram.

Para se ter mais certeza quanto ao grau de dificuldade que um vereador iniciante enfrentou para ocupar os dois (2) principais cargos da mesa diretora, procurou-se conhecer em que mandato os mesmos se encontravam ao serem escolhidos para os referidos cargos, sem levar em conta quantos exerceram na vida parlamentar paulistana.

O resultado foi que os presidentes e primeiros secretários (8 e 11 respectivamente) ainda se encontravam em sua maioria relativa no primeiro mandato. O cargo de presidente era ocupado em seguida pelos vereadores com dois (2) mandatos (6), enquanto o de secretário por vereadores com três (3) (*ver a tabela 39*).

Diante deste quadro, é seguro afirmar que a dificuldade de ser eleito membro da mesa diretora, e mesmo para seus dois (2) principais cargos, não se apresenta de forma contundente na experiência dos parlamentares, ao menos enquanto esta experiência é medida em relação a antigüidade de vereador na capital paulista no tempo aqui examinado¹⁰⁷.

Tabela 39
*Mandato Parlamentar que o Vereador se encontrava ao ser
eleito Presidente ou Primeiro Secretário
(1983-2005)*

MANDATO	PRESIDENTE	SECRETÁRIO	SUBTOTAL
1o	8	11	19
2o	6	2	8
3o	2	3	5
4o	3	0	3
5a	1	1	1
TOTAL	20	17	37

Fonte: CMSP, Supervisão de Biblioteca.

Os Partidos Políticos na Mesa Diretora

Mas se a longevidade do mandato parlamentar não se revela como fator determinante para conquistar espaço na mesa diretora é possível que o partido político

¹⁰⁷ - Se a idade do político for levada em conta como fator de experiência de vida, assunto tratado em diferentes partes desta pesquisa, ou mesmo representatividade de um espectro da sociedade que possa explicar a carreira, nota-se que a idade mais freqüente entre os dirigentes da mesa diretora no momento em que assumiram os cargos de direção é de 43 anos contra 47 do conjunto dos vereadores no momento em que começaram a exercer o mandato de vereador. Mas as outras medidas centrais, média ponderada e mediana ficam muito próximas; 49 e 48 para o conjunto dos vereadores, e 48 e 47 para seus dirigentes. Portanto, os dirigentes são ligeiramente mais jovens do que o total de vereadores.

ao qual se encontram filiados seja ao menos relevante. É o que se passa a examinar a seguir.

Apesar do multipartidarismo que caracteriza as eleições para o Poder Legislativo no Brasil em seus diversos níveis, do qual não escapa a CMSP, não são muitas as legendas que controlaram a escolha para a mesa diretora nestas duas (2) décadas. Das 12 agremiações que conseguiram indicar ao menos um (1) representante para o órgão de direção (sendo que 14 agremiações elegeram vereadores em todos estes anos), seis (6) tiveram efetiva maioria do processo abarcando 94 % das vagas da mesa¹⁰⁸ (PMDB, PDS/PPB/PP, PTB, PL, PT, e PSDB).

O PMDB é a maior legenda a conquistar os cargos da mesa, com 27,4 %, seguido pelo PDS/PPB/PP com 22,1 %. Bem atrás se situam PL e PTB com 11,6 % cada um, e, por último PT e o PSDB com 10,5 % cada. Embora haja alinhamento entre a composição partidária de todas legislaturas aqui estudadas e a da mesa diretora quanto à presença dos maiores partidos que desta fizeram parte, constata-se a desproporcionalidade nas mesmas em comparação ao que já se relatou no capítulo IV. Ou seja, os menores dos maiores partidos na CMSP obtiveram sobrerrepresentação na direção (PL e PTB), à exceção do PMDB, enquanto os maiores partidos (PT, PDS/PPB/PP, e PSDB) ficaram subrepresentados.

O PMDB é a terceira maior bancada da CMSP, com 16,3 % de participação, mas abraçou 27,4 % dos postos da direção, em saldo positivo de 11 pontos percentuais. Por outro lado, o PT, que é a maior bancada da Edilidade com 23,2 %, fez somente 10,5 % dos cargos diretivos. O PDS/PPB/PP foi a segunda maior bancada e se manteve como tal, porém com 18,6 % da participação geral no Legislativo paulistano e 22,1 % na mesa diretora, diferença a maior de 3,5 pontos. Por sua vez o PTB conquistou 9,5 % das cadeiras e 11,6 % dos cargos da direção, com saldo positivo de 2,1 pontos. Por último, o PL, que conseguiu eleger somente 5,6 % da CMSP teve participação de 11,6, ou seja 5 pontos a maior na mesa diretora.

¹⁰⁸ - O regimento interno não determina que a composição da mesa diretora guarde qualquer proporcionalidade com a representação numérica dos partidos, como faz em relação a composição das comissões. Diferente do que prevê o regimento da Câmara dos Deputados, o qual recomenda para a eleição da Mesa, em seu artigo 8º que “será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participem da Câmara (...)” (Resolução 17/89).

A desproporcionalidade partidária é atenuada quando se separa o cargo de presidente dos demais. Neste caso é o PDS/PPB/PP que tem maior participação no maior cargo de direção, seguido pelo PT, e depois o PMDB surge dividindo de igual para igual com o PSDB. Mas até mesmo na primeira secretaria o PMDB leva vantagem sobre os demais. Com o que se apresentou aqui, é possível reconhecer que os partidos ajudam a explicar, ao menos parcialmente, a quase inexistência de hegemonia de vereadores mais antigos no comando da instituição. Como a rotatividade na composição da CMSP foi provocada, em parte, por algumas ondas de alternância no poder da cidade (PMDB em 1982, PTB em 1985, ainda que não tenha havido eleição para vereador, PT em 1988, PDS/PPB/PP em 1992 e 1996, PT novamente em 2000 e PSDB em 2004), tal processo condicionou a perspectiva dos que pleitearam uma vaga para os cargos da mesa.

Acumulando a Presidência e a Primeira Secretaria

Porém, deixando de lado os partidos, ainda resta saber se os dois (2) principais cargos foram sempre exercidos por diferentes vereadores. Dos 17 parlamentares que foram escolhidos para a primeira secretaria e dos 15 que também o foram para a presidência, somente cinco (5) o foram para um e outro (Antonio Sampaio Teixeira, Arselino Roque Tatto, Gilberto Nascimento Silva, na realidade presidente da Constituinte Municipal; Nello Rodolpho e Oswaldo Giannotti)¹⁰⁹. Nenhum deles foi vereador do tipo *amador* ou de *passagem*, isto é, de um (1) mandato apenas. Ou seja, o acúmulo de cargos é pequeno nos principais espaços da mesa diretora, o que sugere que a competição e a necessidade de repartição do poder entre as forças políticas do Poder Legislativo paulistano impedem que haja grande concentração nas mãos de uns poucos.

Portanto, trata-se de 27 edis que conquistaram a presidência e primeira secretaria, 14 dos quais chegaram à Presidência da CMSP, embora apenas cinco (5) tenha sido eleitos para dois (2) mandatos consecutivos (Antonio Sampaio PDS/PPB, Armando Mellão, PPB; Arselino Roque Tatto, PT; José Eduardo Martins Cardozo, PT;

¹⁰⁹ - Gianotti talvez seja um caso peculiar, pois chegou à Presidência devido a morte de Antonio Sampaio que ocorreu pouco depois de ter sido eleito para um novo mandato. De acordo com a leitura das atas, Gianotti foi escolhido, possivelmente, por ser o mais idoso parlamentar da época, critério este que foi o único a gerar consenso e tinha respaldo no regimento interno (RICMSP).

e Nello Rodolpho Giongo Filho, PPB). E não mais que quatro (4) presidentes conseguiram, também, ser eleitos para a primeira secretaria (Antonio Sampaio, Arselino Tatto, Nello Rodolpho e Oswaldo Giannotti), de um total de 17 parlamentares que foram escolhidos para o referido cargo.

Pelos recursos de poder oferecidos, os cargos de presidente ou primeiro secretário poderiam ser entendidos como sendo fatores relevantes para a reeleição (*ambição estática*) e/ou carreira progressiva. Ou seja, contribuiriam para que seus ocupantes voltassem com mais garantias para a CMSP e/ou pleiteassem com sucesso outro cargo popular mais tarde. Levando em conta tal pressuposto, observa-se que dez (10) vereadores dentre o grupo dos 27 elegeram-se depois para deputado estadual, federal ou senador da República, além de um (1) que foi indicado para o cargo de conselheiro do TCM (Antonio Carlos Caruso). É número considerável quando se constata que 76 vereadores disputaram nesses anos algum cargo popular, mas somente 37 o alcançaram efetivamente em algum momento. Portanto, quase um terço dos que obtiveram êxito na busca de outro cargo eletivo ocupou em algum momento anterior o de presidente ou secretário da mesa diretora da CMSP.

As Comissões Permanentes

A presidência das comissões permanentes também se constitui em incentivo na carreira política dos vereadores paulistanos, embora com valoração diferenciada para os parlamentares devido às competências destes órgãos serem distintas (com maior ou menor importância para o processo decisório)¹¹⁰, às afinidades dos vereadores com a jurisdição de cada uma, e, ainda, devido ao importante fato de que os seus presidentes são votados pelos membros das comissões (entre sete – 7 – e nove – 9), enquanto os membros da Mesa Diretora são escolhidos pelo plenário (55 vereadores). As comissões permanentes têm “caráter técnico-legislativo” e “por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame, assim como exercer as demais atribuições previstas” (artigo 38, inciso I, e artigo 46 do inciso I ao XVI do regimento interno - RICMSP) na Lei Orgânica do Município (LOM) e no próprio RICMSP. Isto quer dizer,

¹¹⁰ - Os relatores também são importantes, uma vez que são os responsáveis pela elaboração do parecer que será votado pela comissão. Mas, além da função não ser fixa de um membro da comissão, sua designação é resultado de um rodízio (artigo 50, inciso VI do RICMSP) e, também, do conteúdo específico da matéria (artigo 63, parágrafo 2º do RICMSP). Neste sentido, o presidente da comissão tem grande ascendência sobre o relator.

de forma resumida, que os projetos legislativos necessitam de seu parecer a fim de que possam seguir para a votação final em plenário. Em caso de ser emitido parecer contrário ao projeto, o plenário poderá acatá-lo ou não, porém a não observância da decisão da comissão traz consigo o risco de conflitos que os vereadores tentam evitar.

O número de comissões permanentes, composição e a fixação de sua área de atuação e competências foi quase sempre objeto de alterações por parte dos vereadores de maneira a satisfazer as demandas políticas dos representantes populares, embora a LOM e o novo RICMSP criaram mais restrições para a criação de outras além das previstas. Desse modo, o número de permanentes foi estipulado em sete (7)¹¹¹.

Apesar de os autores da LOM e do RICMSP procurarem dificultar a criação de comissões permanentes, a Mesa Diretora da CMSP assinou resoluções, a partir de 1997 (12ª Legislatura) até 2002 (13ª Legislatura), criando a figura de outras sete (7) comissões, porém com o eufemismo de chamá-las de “extraordinárias permanentes”, que diferem das estritamente permanentes por não terem atribuição de emitir pareceres “técnico-legislativo”. Ou seja, as “extraordinárias permanentes” são comissões que podem menos que as permanentes, mas asseguram certa visibilidade para seus presidentes, alguma influência e, conseqüentemente, algum status.

Quase todos projetos de lei são examinados por três (3) a quatro (4) comissões permanentes. Entretanto, a distribuição dos projetos pelas comissões é atribuição do presidente da CMSP (artigo 17, inciso II, alínea b), que pode, assim, facilitar ou dificultar a tramitação de matérias, embora não possa alterar o rito de determinadas proposições, como a proposta orçamentária anual, que tem prazos fixados na LOM e passa exclusivamente pela comissão de Finanças e Orçamento (CFO). O presidente não pode ainda impedir que as matérias sigam para a comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que examina a legalidade, constitucionalidade e redação das matérias.

Dos 177 vereadores titulares das seis legislaturas examinadas entre 1983 e 2005, maioria de 90 edis (50,8 %) teve a oportunidade de presidir pelo menos uma (1) vez

¹¹¹ - As comissões são as seguintes: Finanças e Orçamento (CFO), Constituição e Justiça (CCJ), Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente (CPUMMA), Administração Pública (CAP), Trânsito, Transporte e Atividade Econômica (CTTAE), Educação, Cultura e Esportes (CECE), e Saúde, Promoção Social e Trabalho (CSPST). As duas primeiras têm nove (9) membros e as demais sete (7).

alguma das comissões permanentes da CMSP (incluídas as extraordinárias permanentes), contra 87 que nunca foram eleitos para o comando (49,1 %). Assim, a participação dos vereadores na presidência das comissões é bem superior à observada na mesa diretora uma vez que a oferta das comissões (nunca menor do que sete – 7 – e quase sempre entre 11 e 14) é maior do que as duas mesas. Outro fator a possibilitar o acesso de maior número de vereadores a partir do exame das atas das próprias comissões e das sessões plenárias, é que as comissões são tidas como menos importantes do que os cargos de presidente e secretário da mesa diretora, e, assim, reduzem a disputa interna¹¹². A exceção fica para as de Constituição e Justiça (CCJ) e Finanças e Orçamento (CFO), pelas informações acima expostas.

Para aferir com precisão o significado da variável presidente das comissões permanentes realizou-se o seu cruzamento com os vereadores que não foram presidentes, vereadores eleitos para outros cargos populares, e número de mandatos obtidos pelos edis na CMSP, dividindo estes últimos em um (1) e dois (2) ou mais, além dos que integraram e os que ficaram de fora da mesa diretora.

O primeiro procedimento adotado mostrou que o maior grupo da câmara dentre oito (8) possíveis (*ver tabela nos anexos*) é composto pelos vereadores com um (1) mandato, que não presidiram comissões permanentes, e só atuaram na CMSP (28,2 %). O segundo maior grupo é dos que chegaram à presidência de uma (1) das comissões permanentes, tiveram dois (2) ou mais mandatos, mas também só exerceram o cargo popular de vereador (25,4 %). Com estes dados, evidencia-se que a condição de só ter sido vereador se associa à eleição para a presidência de comissão.

O segundo passo foi dividir presidentes de comissão e não presidentes em duas (2) variáveis a fim de que cada uma se constitua em um universo próprio, e cruzar cada uma com as variáveis acima, isto é, vereadores com um (1) mandato, com mais de um (1) e os que foram e os que não foram eleitos para mandatos populares. Com este recurso, observam-se as proporções obtidas no interior de cada variável. No caso dos vereadores que não presidiram comissões, larga maioria (57,5 %) é dos que tiveram um

¹¹² - O que corrobora a afirmação de Figueiredo e Limongi (1998) ao examinarem a Câmara dos Deputados. Eles constataram a existência de grande centralização de poder nas mãos do presidente da instituição, ao contrário do que se passa nos EUA, país no qual esses órgãos (*committees*) contam com elevada importância.

(1) mandato na CMSP e não obtiveram quaisquer outros cargos populares. Entretanto, para os que chegaram à presidência das comissões, metade é integrada pelos que tiveram dois (2) mandatos para mais, embora também não tenham sido eleitos para outros cargos populares. Desse modo, reforça-se a sentença expressa no parágrafo anterior; que permanecer na CMSP é fator relevante para a possibilidade de se exercer a presidência destes órgãos.

Presidente das Comissões e membros da Mesa Diretora: um único grupo?

Será que os presidentes das comissões permanentes formam um mesmo grupo ao lado dos que se tornaram integrantes das mesas diretoras ao longo dos anos? A razão da pergunta se deve à dúvida quanto ao grau de concentração de poder nas mãos de certos vereadores. Para responder à dúvida, o primeiro passo foi simplesmente identificar aqueles que estiveram nas duas posições. O grupo em comum é de 38 vereadores dos 60 titulares que estiveram na mesa e dos 90 que presidiram alguma comissão. O passo seguinte, em prol de maior detalhamento, foi comparar os presidentes e não presidentes de comissões, estratificando-os segundo o número de mandatos frente aos que foram ou não integrantes das mesas diretoras, dividindo-os da mesma forma que os primeiros.

Os dados que surgem do cruzamento não deixam margem à dúvida. Em grande maioria, os vereadores que *não* se tornaram presidente das comissões e tiveram um (1) mandato também *não* se tornaram membros das mesas diretoras (58,8 %). Por sua vez, a maioria relativa dos que exerceram a presidência das comissões, e tendo sido vereadores por dois (2) ou mais mandatos, *se tornaram* igualmente integrantes do órgão de direção da instituição (37,8 %).

A seguir, concentrando a atenção apenas sobre as CCJ e CFO, que podem ser consideradas as comissões permanentes mais importantes ao longo dos anos, tem-se que 21 vereadores (23,3 % dos 90) às presidiram em um total de 38 vezes, sendo que 12 a CCJ e nove (9) a CFO.

Portanto, se constata com os dados apresentados nos parágrafos acima a existência de dois (2) grupos; sem acesso a quaisquer dos cargos de poder e com acesso aos mesmos, os quais, por sua vez estão relacionados a vereadores de um (1) mandato e

com dois (2) e mais investiduras populares, apesar de que a média e longa permanência na CMSP não são fatores muito freqüentes e de que as direções da instituição e das suas comissões foram ocupadas por vereadores *amadores* e de *passagem*.

Cargos Públicos sem Votação Popular

Mas os políticos não vivem apenas de mandatos populares, quaisquer que sejam estes. Pleiteiam, também, cargos de confiança nos primeiros escalões governamentais nos diversos níveis de governo das administrações direta e indireta, bem como os poucos que requisitam confiança na indicação, porém desta prescindindo para sua manutenção (*conselheiro do TCM*). Desse modo, examinam-se agora os vereadores que preencheram tais cargos públicos, os quais, como já foi relatado atrás, se não dependem estrito senso de que seus ocupantes sejam vitoriosos nas urnas recentemente, ou que o tenham sido, requerem com freqüência que seus ocupantes já tenham sido consagrados popularmente, ou pelo menos tenham obtido bons resultados, pois resultam de negociações políticas. Tais negociações precisam, quase invariavelmente, perseguir a formação de maioria parlamentar na CMSP. São cargos de secretário municipal, conselheiro do TCM, prefeito nomeado (agora já superado), em menor medida o de secretário estadual, e depois de ter deixado a câmara o de ministro de Estado, os quais foram preenchidos em todos esses anos por um total de 34 edis (19,2 por cento dos 177) (*veja tabela 40 na página seguinte*).

Dos vereadores titulares das seis (6) legislaturas, 26 (14,7 % dos 177) ocuparam cargos de secretários municipais ao menos em uma (1) oportunidade de suas carreiras. Sete (7) dos 26 chegaram a titulares de secretarias antes de se tornarem vereadores, situação esta a sugerir que o comando da pasta pode ter sido decisivo para a construção de capital político indispensável para se disputar com sucesso a eleição de vereador no futuro. A maioria de 17 chegou durante o mandato, dois (2) dos quais também haviam sido anteriormente, e cinco (5) foram titulares depois de já terem deixado a CMSP.

Os números são ainda menores para aqueles vereadores que chegaram à condição de secretário estadual do Governo de São Paulo, totalizando apenas sete (7), fato este que pode ser parcialmente explicado por se tratar de outro nível de governo, o qual, no caso particular do Estado de São Paulo, responde na atualidade a 645

municípios, os quais são bases eleitorais da maioria dos deputados estaduais e federais. Além disso, não são todos cargos do primeiro escalão que têm sido preenchidos na história recente por representantes populares, reduzindo o espectro de indicações.

Dos sete (7) vereadores que se tornaram secretários estaduais, um (1) deles foi titular da Secretaria de Segurança Pública (Antonio Erasmo Dias) durante o regime autoritário, e se elegeria mais tarde deputado federal (1982) e deputado estadual (1986), até ser eleito vereador em 2000. Os outros seis (6) foram indicados para o cargo de secretário depois de já terem deixado a câmara paulistana.

Dois (2) foram alçados à condição de ministro de Estado depois de já não serem mais vereadores (Luíza Erundina e Aldo Rebelo). Ambos procederam de organizações políticas de esquerda; PT e PC do B, que têm sido aliadas na vida política paulistana, conquanto Erundina tenha deixado o PT e se filiado ao PSB. Finalmente, um (1) deles foi prefeito nomeado de São Paulo no início dos anos 70 (Miguel Colasuonno) no auge do regime autoritário e só obteve mandato popular como vereador em 1992.

Tabela 40
Cargos Públicos Relevantes ocupados por designação por vereadores paulistanos
(antes, durante o mandato ou depois de o ter deixado entre 1982-2004)
(N=34)

OUTROS CARGOS	Vereadores	Antes	Durante	Depois	Situações
Secretários Municipais em SP	26	07	17	05	29
Secretários Estaduais em SP	07	01	00	06	07
Ministros de Estado	02	00	00	02	02
Conselheiros do Tribunal de Contas do Município	03	00	03	00	03
Prefeitos de SP	02	01	00	00	01

Fonte: Diário Oficial do Município de São Paulo.

Observação: prevalece o momento em que o exerceu pela primeira vez. Há vereadores que estiveram em mais de um cargo municipal.

Como resumo e conclusão do presente capítulo, confirma-se parcialmente a hipótese de que a *vida* política dos vereadores eleitos somente para a CMSP prevalece sobre a que é orientada para outros cargos que integram a definição da *ambição progressiva*. Tal realidade se mantém mesmo quando se procura conhecer os vereadores que pleitearam outros cargos eletivos e não obtiveram sucesso. O número aumentou ao levá-los em conta, mas ainda assim não coloca em xeque a formulação inicialmente desenvolvida. Mas continuou a aumentar quando se levou em conta os que já haviam

tentado outros cargos antes de serem vereadores pela primeira vez, e, mesmo os que já haviam sido eleitos para outros cargos antes de chegarem a CMSP. É por esta razão, como se havia afirmado, que a supremacia numérica da *ambição estática* na CMSP não quer dizer preferência pela instância legislativa paulistana, mas, provavelmente, falta de condições políticas que viabilizem outra opção. Ademais, esta supremacia não permite nem mesmo falar em carreira política municipal, à exceção de um pequeno grupo, uma vez que dentre a grande maioria de parlamentares que nunca disputou outros cargos, parcela majoritária não superou um mandato no parlamento paulistano.

Demonstrou-se ainda que a participação nos cargos da mesa diretora, instância máxima de decisão da CMSP, tem boa dose de rotatividade e refletiu quase fielmente a característica da composição da instituição, com vereadores de dois mandatos se constituindo na maioria dos que a dirigem. Esta característica quer dizer que mais tempo na câmara implica em maior acesso aos cargos de poder. Mas a razoável fidelidade na constituição da mesa foi enfraquecida em consequência da sua composição partidária, que gerou subrepresentação para as maiores agremiações e sobrerrepresentação para as menores dentre as maiores. Todavia, como seria de se esperar, os dois principais cargos da mesa, de presidente e secretário, estiveram enfeixados nas mãos de poucos vereadores.

Em relação aos presidentes das comissões permanentes, o acesso dos vereadores foi muito mais amplo devido à menor importância conferida pelos vereadores a estes órgãos, bem como a maior oferta.

Constatou-se a parcela diminuta representada pelos vereadores que obtiveram cargos públicos baseados na confiança e negociações políticas, mas não diretamente do voto popular (conquanto deste dependam). Não raras vezes, esses órgãos públicos têm poder muito maior no desenvolvimento de políticas públicas do que o exercido pelo voto popular no Poder Legislativo.

É interessante notar que apesar da elevada presença de vereadores dos *tipos amador e de passagem* – isto é, de um e dois mandatos – há um ligeiro envelhecimento na composição da câmara, o que sugere uma perda de capacidade de recrutamento de vereadores nos segmentos mais jovens da população, o que é uma forma de reconhecer

que o maior município do país não é necessariamente um espaço político percebido como aberto àqueles que desejam abraçar a carreira política.

Viu-se que dentre os vereadores que foram eleitos para outros cargos, a maioria é composta pelos que se encontravam em primeiro e segundo mandatos, o que na prática os fazem vereadores de meio mandato e um mandato e meio, pois eles assumem o novo cargo pouco depois de terem completado dois anos à frente do legislativo paulistano, ou seis anos. De qualquer forma, quase todos aqueles que se enquadraram na *ambição progressiva* conseguiram operar em espaços políticos estratégicos nas esferas federal e/ou estadual.

Ressalte-se, porém, que alguns dos fatos aqui relatados para CMSP não se revelaram como sendo exclusividades suas; são encontradas até mesmo na ALESP e na bancada paulista da CD. Ou seja, predominam parlamentares de um só mandato e a longa permanência na mesma casa legislativa é minoritária.

Na mesma linha caminha a participação feminina, a qual, como se revelou, é bem modesta na câmara paulistana mesmo com a introdução da lei de incentivo a participação, situação que a coloca atrás da CMRJ e da CMG. As mulheres que se tornaram vereadoras na capital tiveram dificuldade de se manter na CMSP, ou seguiram para outros cargos, fazendo com que a presença de vereadoras de um só mandato seja proporcionalmente muito mais alta que a dos homens.

CAPÍTULO VII

A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS VOTOS:
VEREADORES PERMANENTES E VEREADORES DE PASSAGEM

Eleições que são decididas pelo mecanismo do voto proporcional de lista aberta e não ordenada. Território da circunscrição da Capital quase coincidente à extensa área do município (de 1.509 km²¹¹³). Elevado número de candidatos em relação ao número de vagas, fato este que se verifica em meio à acirrada disputa multipartidária. Os quatro (4) fatores registrados alimentam a idéia de que a distribuição territorial dos votos dos candidatos a vereador tende a se concentrar nas áreas do município nas quais o postulante dispõe de maior atuação devido às dificuldades de se fazerem competitivos em todas estas, ainda que a atuação política de muitos postulantes a vereador não seja construída em bases territoriais (relações de vizinhança), mas sim em segmentos sociais e ocupacionais específicos que podem se distribuir com razoável equilíbrio em mais de uma área do município. A expressiva concentração de votos nas eleições legislativas tem gerado ao longo dos anos teses em favor do sistema distrital, pois tornaria mais nítida a relação entre representante e representado¹¹⁴.

Admitindo que a idéia acima seja verdadeira, quão grande será esta concentração de votos e como medi-la? Será constante ao longo do tempo, e, assim, se constituirá em fator decisivo para o desempenho global dos candidatos? Haverá candidatos que seriam eleitos, ou estariam próximo de sê-lo, apenas com os votos das principais zonas eleitorais? E a distribuição poderá explicar a eleição para outros cargos populares?

Antes de tentar responder as perguntas acima, parece oportuno destacar que mesmo com atuação política regular fora do calendário eleitoral, e se valendo de amplos recursos materiais dentro dos quais o uso dos meios de comunicação de massa durante a campanha, não é fácil para um candidato a vereador se fazer conhecido dos eleitores de toda a cidade e conseguir que sua imagem e mensagem fiquem gravadas na memória de

¹¹³ - De acordo com informação extraída da Emplasa (tabela I.5).

¹¹⁴ - Observando a ocorrência desse fenômeno na eleição de certos deputados estaduais do Rio de Janeiro, Dias (1991) chama esses parlamentares de “distritáveis” em alusão ao sistema distrital, querendo mostrar, com isso, que o sistema proporcional gera efeitos contrários a sua razão de ser. Tal interpretação levou o autor a defender a adoção do voto distrital, como outros autores já haviam feito antes (FLEISCHER:1976), mas essa tese foi contestada com

grande número de eleitores. Porém, é possível haver exceções, que ficam por conta das personalidades que convertem para a política o capital construído em outras atividades e também daqueles políticos que seriam formadores de opinião e, assim, conseguiram estar presentes continuamente em determinados meios de comunicação¹¹⁵. Entretanto, é possível afirmar sem a necessidade de demonstração empírica que esta não é a realidade da maioria dos candidatos e dos vereadores eleitos há várias legislaturas. Portanto, tem procedência a idéia de que prepondera a concentração de votos na eleição parlamentar paulistana. Uma das abordagens sobre a concentração de votos aplicada a CMSP e valendo-se de sua própria experiência entende que o apoio político de vereadores ao Poder Executivo em mais de uma gestão paulistana seria a causa da concentração de votos em áreas nas quais tais políticos foram beneficiados com a possibilidade de indicação de pessoas de sua confiança para o cargo de administradores regionais (subprefeitos depois de 2002) (TEIXEIRA:2004). Tais administrações se encontrariam exatamente nas áreas que estes parlamentares já teriam suas bases e se encarregariam de mantê-las e otimizá-las.

Apesar da eventual preponderância na concentração de votos, e exatamente pelos argumentos atrás expostos e aprofundados adiante, há de se admitir a possibilidade de que os candidatos mais votados para a câmara tendem a distribuir bem sua votação pelo espaço do município (não só por ficarem à frente dos correligionários e adversários, mas por terem obtido muitos votos). O inverso, contudo, não produz necessariamente efeito contrário. Ou seja, os candidatos menos votados não serão os que apresentam maior concentração de votos, pois seus resultados serão em boa medida a consequência de algumas das suas características relacionadas à atuação prévia à campanha.

As características da distribuição de votos dos vereadores paulistanos podem contribuir para explicar a existência de diferentes tipos de vereadores na CMSP, que já

diferentes argumentos, um dos quais gera outras desigualdades e injustiças “que surgirão das diferenças entre os próprios distritos em cada Estado” (RODRIGUES:1999).

¹¹⁵ - Entretanto, no período investigado para a CMSP, é difícil identificar vereadores que atendessem esta condição entre os 177 titulares. Os seis (6) parlamentares que nesta se enquadravam estiveram em uma mesma legislatura na sua maioria e quase todos no PMDB. Foram os casos de Murilo Antunes Alves, apresentador da TV Record, e seus colegas Nello Rodolpho Giongo, Dalmo Pessoa e Dárcio Arruda (Nello e Dalmo ligados diretamente ao jornalismo esportivo) (TEIXEIRA:2004). Na mais recente legislatura, a 14ª, encontram-se Agnaldo Timótheo Pereira, cantor de músicas românticas e populares há quase quatro décadas, participando regularmente de programas de auditório e, tal como já foi informado, ex-vereador na CMRJ e ex-deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e, ainda, da jornalista esportiva, Sonia Francine, conhecida por Soninha, e filiada ao PT.

foram abordados em capítulos anteriores. São os casos do tipo *permanente*, como também dos de *passagem*¹¹⁶.

Trata-se agora de tentar responder se esta realidade é resultado de uma simples escolha dos agentes individuais e das legendas às quais estão filiados, ou o efeito de outras condições, políticas ou não propriamente, que também se entrelaçam às características extra-institucionais. Examinar a distribuição territorial dos votos é uma forma de encontrar a resposta almejada, embora não seja a única¹¹⁷, pois as características geográficas da votação recebida podem embutir parte importante da explicação sobre as possibilidades da carreira dos vereadores.

Em decorrência das observações e preocupações externadas nos parágrafos acima, as hipóteses aqui formuladas são as seguintes:

- 1) Os tipos permanente e quase permanente apresentam alta e muito alta concentração de votos, embora tal característica tenda a diminuir ao longo das eleições;
- 2) Vereadores de passagem apresentam média e significativa dispersão de votos; e,
- 3) Tanto os tipos permanente, quase permanente quanto de passagem apresentam ao menos duas de suas melhores votações sempre nas mesmas zonas eleitorais.

O âmbito no qual se dá o registro desta distribuição aqui utilizado é o das zonas eleitorais, que no município de São Paulo somavam 42 até as eleições de 2004¹¹⁸. A escolha aqui feita recaiu sobre método próprio desenvolvido, o qual agrega quatro (4) primeiras zonas eleitorais dos vereadores. Limitou-se a estudar os votos de 19 representantes por motivo de economia, como também de acessibilidade e confiabilidade a dados passados, distribuindo-os pelo três (3) tipos; o *permanente*, assim definidos os que se elegeram para pelo menos três (3) mandatos consecutivamente e para nenhum outro cargo. O segundo pelo tipo *quase permanente* (uma variação sutil dos primeiros), que também foram eleitos para pelo menos três (3) legislaturas, mas não necessariamente consecutivas, embora, neste caso, tenham sido eleitos para outro cargo;

¹¹⁶ - Excluiu-se deliberadamente desta análise os vereadores de *tipo amador*, que são aqueles dispoindo de apenas um (1) mandato, como os de *passagem*, mas não obtém qualquer outro cargo eleitoral.

¹¹⁷ - Dado básico e já levado em conta em capítulo anterior é fazer a verificação do número de candidaturas eleitoralmente frustradas para outros cargos.

¹¹⁸ - Ao longo dos 22 anos cobertos pela pesquisa aqui realizada, o TRE-SP criou sete (7) novas zonas eleitorais, as quais, em ordem alfabética são as seguintes: Brasilândia (1996), Capão Redondo (1996), Grajaú (1996), Parelheiros (2004), Piraporinha (1996), Rio Pequeno (1996) e São Mateus (1996). Para que as novas zonas não produzam distorção na interpretação dos dados da concentração de votos e inserção territorial, basta inseri-las em sete (7)

e, em terceiro lugar, o de *passagem*, os quais conquistaram um (1) ou dois (2) mandatos e se elegeram para outros cargos¹¹⁹.

Recorrer a quatro (4) zonas ao invés de apenas uma (1) se deve a segurança e simplicidade de se verificar tanto a concentração-dispersão dos votos quanto sua contigüidade ou interrupção, bem como alterações na distribuição em mais de uma eleição. Certas vezes, estas alterações distorcem a interpretação, uma vez que a melhor zona de determinado vereador pode ter se tornado sua quarta na eleição seguinte, sem que as segundas e terceiras zonas tenham deixado suas posições, e sem que essas quatro (4) tenham deixado de fazer divisa umas com as outras e/ou mesmo alterado a região geográfica.

Caso se lidasse com apenas a primeira melhor zona ou somente com a que o candidato aponta como sendo sua mais importante, a conclusão da análise poderia enviesar devido a pequenas alterações na quantidade de votos, o que poderia acarretar a pressuposição de que o vereador estaria se enfraquecendo na região quando na realidade ele poderia estar se fortalecendo, uma vez que em termos geográficos a região não coincide necessariamente com a delimitação jurídico-eleitoral. Em toda eleição verifica-se certa volatilidade nos votos, em consequência de vários fatores, tais como comparecimento às urnas, votos brancos e nulos, números de partidos concorrendo etc. A contigüidade territorial da votação é outro fator que assegura maior confiabilidade, pois há um significado diferente para o vereador que obtém 50 % dos votos nas suas quatro (4) melhores zonas, sendo estas territorialmente contínuas, e aquele vereador que obtém o mesmo percentual, porém em zonas territorialmente descontínuas, isto é, sem ligação entre si, e, por vezes até muito distantes.

regiões da cidade (Centro, Leste, Norte, Oeste, Sudeste, Sudoeste, e Sul), que foram definidas pelo autor de modo a captar a diversidade e complexidade municipal.

¹¹⁹ - Outros estudos com outros métodos e outros propósitos também foram desenvolvidos na capital paulista, os quais priorizam a distribuição de votos dos partidos políticos para o Poder Executivo e também para a CMSP, destacando aspectos sócio-econômicos da população no território de São Paulo e ainda levam em conta imagens de satélite sobre a cidade, além de agruparem os votos em outras unidades. São procedimentos seguros, mas não atendem ao que aqui se propõe (FIGUEIREDO & LIMONGI & FERREIRA & SILVA:2002). Não obstante, estudos mais recentes procuram identificar padrões de distribuição territorial especificamente para as eleições da CMSP (KINZO, Maria Dalva, MARTINS JR., José Paulo & BORIN, Ivan 2003). Há também estudos um pouco mais antigos que procuram interpretar o comportamento eleitoral a partir de aspectos sócio-econômicos presentes nas votações para a Prefeitura da Capital, ou mesmo para o Governo do Estado, alguns dos quais levando em conta *surveys* (PIERUCCI&LIMA:1991). Todavia, como já mencionado, o propósito aqui foge ligeiramente do oferecido por tais autores.

Portanto, desenvolveram-se duas (2) classificações para saber se existe um padrão de distribuição dos votos dos vereadores, que permita identificar diferenças importantes entre os do *tipo permanente* e os que se elegeram para outros cargos, e, assim, facilitar a análise. Uma das classificações se orienta para a concentração de votos (CV) nas quatro (4) melhores zonas eleitorais e outra para a inserção (continuidade) territorial (ID) (*ver os quadros 5 e 6 seguintes*). No tocante a concentração, definiu-se quatro (4) subclassificações, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 5
*Classificação da Concentração de Votos
nas Quatro Principais Zonas do Vereador*

0,1 até 25 %	Baixa Concentração de Votos (BCV)
26 até 50 %	Média Concentração de Votos (MCV)
51 até 75 %	Alta Concentração de Votos (ACV)
76 até 100 %	Muito Alta Concentração de Votos (MACV)

Em relação à inserção territorial, que está voltada para verificar a contigüidade territorial da votação, se estabeleceram outras quatro (4) classificações, que estão apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 6
*Classificação da Inserção Territorial dos Vereadores com base nas suas
Quatro melhores votações por zonas eleitorais*

Dispersa (ID)	Nenhuma das quatro principais zonas faz ligação física entre si.
Frágil (ITF)	Duas das quatro melhores fazem ligação entre si (ou em dois pares separados).
Relativa (RIT)	Três maiores votações estão em zonas territorialmente contínuas.
Forte (FIT)	As quatro primeiras votações estão em zonas contíguas, não importando a ordem em que se apresentam.

Além disso, trabalhando com quatro (4) zonas controla-se com razoável segurança cerca de 10 % do seu total (apesar da quantidade de eleitores ser heterogênea), além de se revelar um processo mais breve para se trabalhar com grande número de candidatos. Além disso, continua possível operar com apenas este número de zonas eleitorais para efeito de comparação histórica, mesmo com o crescimento do número total, o qual é definido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Para isto, basta informar de quais antigas as novas foram destacadas, pois o objetivo principal deste método é menos de caráter estatístico, e mais o de facilitar a compreensão da distribuição dos votos em face da sua evolução temporal.

Será possível constatar na tabela 41 e no quadro a seguir apresentados, tendo por base as explicações anteriores do presente capítulo, que as situações eleitorais dos vereadores são diversas; há os representantes que só se elegeram para vereador, pois se candidataram somente para este cargo nas seis eleições observadas; os que só se candidataram a vereador, mas nem sempre foram eleitos; os que só se elegeram a vereador, mas também disputaram e não se elegeram para outros cargos, entre muitas outras situações.

Acompanhe os resultados do grupo de vereadores selecionado. Seis (6) dos oito (8) vereadores classificados como *permanentes* apresentam concentração de votos alta (ACV) ou muito alta (MACV) em suas quatro (4) melhores zonas eleitorais. Apenas dois (2) deles apresentam média que os identifiquem como MCV. Mesmo com a classificação ACV sendo majoritária dentre os permanentes, é atitude prudente não extrair conclusões, ao menos não antes de se avaliar os dois (2) outros tipos; dos quase permanentes e dos de passagem.

A classificação dos seis (6) vereadores *quase permanentes* é dividida com relativo equilíbrio, importando registrar que na eleição de 2004 nenhum se encontrava mais na CMSP, pois já havia sido eleita para outros cargos. Três (3) deles apresentam média concentração (MCV), um deles muito alta (MACV), e os outros dois (2) alta (ACV). Diferentemente do grupo dos permanentes, a variação entre os números médios dos integrantes dos quase permanentes é menor, mas é bastante significativa a variação temporal de cada vereador (*veja tabela nas páginas seguintes*).

Três (3) dos cinco (5) vereadores de passagem, pela própria natureza da classificação, não apresentam números médios uma vez que a maioria só disputou uma (1) eleição para o cargo de vereador. As médias seriam possíveis levando-se em conta para a análise sua votação para os outros cargos. Todavia, tal procedimento permite identificar sem ambigüidade que a característica identificada é distinta das demais, ou seja, a porcentagem acumulada de suas quatro (4) melhores zonas eleitorais oscila entre a Baixa Concentração de Votos (BCV) e a base mínima da MCV, muito próxima da BCV. Se fosse tirada a média de cada grupo, ficariam clara as diferenças entre os três (3); os permanentes apresentando ACV mais alta, em patamar intermediário desta classificação; os quase permanentes também com Alta Concentração de Votos (ACV),

mas no piso mais baixo, próximo ao limite superior da Média Concentração de Votos (MCV), e, finalmente, os de passagem com MCV muito próximo da Baixa Concentração de Votos (BCV).

A inserção territorial (IT) de quase todos vereadores no decorrer das eleições apresenta diferenças entre eles, como também para cada um deles individualmente, a despeito de quais sejam seus tipos (*permanentes, quase permanentes, ou de passagem*). Isto significa que há dificuldade para alguns, ou mesmo impossibilidade para outros, de estabilizar as bases eleitorais das zonas contíguas devido ao próprio caráter da disputa eleitoral. Candidatos estreantes em determinadas zonas que ainda não foram consolidadas subtraem votos importantes de alguns dos que buscam a reeleição (*veja Quadro 7 na página seguinte*).

Tabela 41

*Concentração dos Votos nas Quatro (4) Melhores**Zonas Eleitorais na Votação Total de 16 vereadores da CMSP, em Porcentagem*

PERMANENTES	M	PARTIDO**	(82)	(88)	(92)	(96)	(00)	(04)	MD	CV
Jooji Hato	6	PMDB	18	34	40	36	39	30	33	MCV
Roberto Trípoli	5	PMDB		36	43	36	33	30	36	MCV
Arselino Roque Tatto	5	PT		90	84	64	58	60	71	ACV
Antonio Paiva M.F.	4	PL			68	80	71	70	72	ACV
Milton Leite	3	PMDB				74	72	72	73	ACV
Antonio Goulart	3	PMDB				54	68	69	64	ACV
José Viviane Ferraz	4	PL	77	84	79	83	78	87	81	MACV
Edivaldo Estima	4	PTB			82	73	75	64	74	ACV
QUASE PERMANENTES										
Adriano Diogo	4	PT		54	53	36	30		43	MCV
Arnaldo de A. Madeira	3	PMDB	24	31	44				33	MCV
Devanir Ribeiro	4	PT		80	74	77	73		76	MACV
Henrique S. Pacheco	3	PT		71	70	55			65	ACV
Ítalo Cardoso de Araújo	4	PT		71	56	61	49		59	ACV
Marcos R. de Mendonça	3	PMDB	22	36	46				35	MCV
DE PASSAGEM										
José E. M. Cardozo*	2	PT			34		19		26	MCV
Eduardo M. Suplicy	1	PT		19					19	BCV
Nello Rodolpho Giongo	2	PMDB		25	39				32	MCV
Robson Tuma	1	PL		39					39	MCV
Zulaiê Cobra Ribeiro	1	PSDB		26					26	MCV

Fonte: TRE-SP.

Observação – M – Número de Mandatos dos Vereadores. MD – É a média das CV nas quatro melhores zonas de cada candidato. CV é a classificação de Concentração de Votos a partir da média das eleições disputadas para vereador.

* em 92 foi suplente. ** Partido pelo qual disputou a primeira eleição em que se elegeu titular

Quadro 7

*Inserção Territorial (IT) nas Quatro (4) Melhores**Zonas Eleitorais na Votação Total de 16 vereadores da CMSP, em Porcentagem*

PERMANENTES	PARTIDO**	M	(82)	(88)	(92)	(96)	(00)	(04)
Jooji Hato	PMDB	6	ITF	ITF	ITF	RIT	RIT	RIT
Roberto Trípoli	PMDB	5		RIT	RIT	FIT	RIT	RIT
Arselino Roque Tatto	PT	5		FIT	FIT	RIT	RIT	FIT
Antonio Paiva Monteiro Filho	PL	4			FIT	FIT	FIT	FIT
Milton Leite	PMDB	3				RIT	ITF	ITF
Antonio Goulart	PMDB	3				FIT	ITF	ITF
José Viviane Ferraz	PL	4	FIT	FIT	FIT	FIT	FIT	FIT
Edivaldo Estima	PTB	4			FIT	FIT	FIT	RIT
QUASE PERMANENTES								
Adriano Diogo	PT	4		FIT	FIT	FIT	FIT	
Arnaldo de Abreu Madeira	PMDB	3	ITF	RIT	FIT			
Devanir Ribeiro	PT	4		FIT	FIT	FIT	FIT	
Henrique Sampaio Pacheco	PT	3		RIT	ITF			
Ítalo Cardoso de Araújo	PT	4		FIT	RIT	ITF	ITF	
Marcos Ribeiro de Mendonça	PMDB	3	RIT	FIT				
DE PASSAGEM								
José Eduardo Martins Cardozo*	PT	2					ITF	
Eduardo Matarazzo Suplicy	PT	1		RIT				
Nello Rodolpho Giongo Filho	PMDB	2		ITF	FIT			
Robson Tuma	PL	1		FIT				
Zulaiê Cobra Ribeiro	PSDB	1		RIT				

Fonte: TRE-SP. M – Número de Mandatos.

Dos previamente selecionados, excluíram-se os que não apresentavam todos dados.

* em 92 foi suplente. ** Partido pelo qual disputou a primeira eleição em que se elegeu titular

A seguir examina-se detidamente o desempenho eleitoral, concentração zonal e inserção territorial de votos de cinco (5) vereadores do *tipo permanente* dentre os 19 selecionados, os quais estiveram, quase sempre, em diferentes partidos¹²⁰. Finalmente, faz-se um breve apanhado dos *tipos quase permanente* e de *passagem*.

A experiência de Jooji Hato

Jooji Hato, o vereador mais antigo do período aqui investigado, é um exemplo de relativo êxito na consolidação de suas principais zonas eleitorais e, ao mesmo tempo, de certa independência destas, apresentando boa distribuição no conjunto do território. Quanto à concentração de votos (CV), seu desempenho é de Média Concentração de Votos (MCV), o que contraria a primeira hipótese deste capítulo, para a qual se esperaria Alta Concentração de Votos (MCV) ou Muito Alta Concentração de Votos (MACV). No tocante a inserção territorial (IT), ele teve frágil (ITF) nas suas três (3) primeiras eleições (1982, 1988 e 1992), e relativa (RIT) nas demais (1996, 2000 e 2004).

Vale considerar, portanto, que a votação de Hato foi se solidificando em uma mesma base territorial a qual lhe assegurou suas quatro (4) melhores votações, embora não tenha sido classificada forte (FIT) em nenhuma delas. Ainda assim, a fixação das bases territoriais, bem como a contigüidade territorial da maioria de suas zonas eleitorais é fato importante.

A fim de tornar mais fácil acompanhar o relato sobre Hato, retoma-se na tabela 42 seguinte a evolução de sua votação total (exclusivamente de vereador), que já foi apresentada anteriormente, acrescida da evolução percentual, da somatória das quatro (4) primeiras, de seu peso percentual e da evolução percentual das quatro primeiras zonas somadas.

Em uma primeira leitura, é possível afirmar que suas votações principais oscilam tanto quanto suas votações globais, seguindo na mesma direção (queda, queda, subida, queda, subida novamente), porém com grandezas distintas. Quando Hato teve perda na

¹²⁰ - Para visualizar a concentração de votos dos cinco (5) vereadores, vide mapas nos anexos. Os vereadores são Jooji Tato, Arselino Tatto, Roberto Trípoli, Antonio Paiva Monteiro e Edivaldo Estima.

votação geral, seu decréscimo foi menos acentuado nas primeiras, e quando a votação total voltou a subir, seu crescimento nas primeiras foi menor. Talvez seja possível afirmar, que suas principais zonas eleitorais são importantes anteparos nos momentos difíceis. De qualquer maneira, ele jamais teria sido eleito somente com seus quatro melhores desempenhos eleitorais¹²¹.

Tabela 42
*Desempenho do Vereador Jooji Hato em todas eleições para vereador,
segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.
(1982-2004)*

ANO DA ELEIÇÃO	VOTAÇÃO	EVOLUÇÃO EM %	SOMA DAS 4 PRIMEIRAS ZONAS	PESO DAS 4 PRIMEIRAS	EVOLUÇÃO DAS 4 EM %
1982	55.142		10.085	18,0	
1988	18.427	-65,6	6.248	33,9	-38,0
1992	14.178	-23,0	5.666	40,0	-9,3
1996	35.538	+150,6	13.170	37,0	+132,4
2000	24.108	- 32,2	9.327	38,7	-29,2
2004	29.182	+21,0	11.110	38,1	+19,1

Fonte: TRE-SP.

Fazer qualquer afirmação mais consistente a respeito de Jooji Hato depende de se examinar propriamente a inserção territorial (IT) de forma mais detalhada. Em seis (6) eleições disputadas, ele teria, em tese, duas (2) possibilidades de ocorrências situadas nas extremidades opostas considerando-se suas quatro (4) mais importantes, a saber: 24 zonas eleitorais se nenhuma se repetisse, ou apenas quatro (4) no caso de serem sempre as mesmas.

Observa-se com nitidez na tabela 43 a seguir que ele contou com dez (10) diferentes zonas entre suas primeiras quatro colocadas, sendo que duas (2) dessas; Saúde e Jabaquara – ambas contíguas – ofereceram cada uma as maiores frequências, com seis (6) e cinco (5) participações respectivamente.

¹²¹ - O critério aqui adotado para concluir se o vereador conseguiria ser eleito com suas quatro melhores votações é o de verificar se com estas ele(a) obtém um (1) voto a mais do que o último colocado de seu partido ou coligação, considerando que os votos dele subtraídos não seriam alocados para os demais candidatos.

A zona eleitoral do Tatuapé também compareceu cinco (5) vezes, mas não apresenta ligação territorial com as outras duas; localizando-se na região Leste. A da Saúde esteve nas cinco oportunidades em primeiro lugar, enquanto a do Jabaquara alternou-se entre a terceira (1988) e segunda colocações (1992, 1996, 2000 e 2004). A do Tatuapé, por sua vez, teve importância descendente, alternando-se entre a segunda (1988); terceira (1992) e quarta (1996, 2000 e 2004) posição. Por outro lado, seis (6) zonas eleitorais só compareceram uma (1) vez entre as quatro (4) mais importantes do vereador.

Tabela 43
*Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Jooji Hato
Em Seis Eleições (1982-2004).*

ZONA ELEITORAL	REGIÃO	FREQÜÊNCIA	POSIÇÕES
Bela Vista	Centro	01	2º (1982)
Butantã	Oeste	01	4ª (1988)
Campo Limpo	Sul	01	1ª (1982)
Capela de Socorro	Sul	01	4ª (1992)
Casa Verde	Norte	01	3ª (1982)
Cidade Ademar	Sul	01	3ª (1996)
Ipiranga	Sudeste	02	3ª (2000 e 2004)
Jabaquara	Sudeste	05	2ª (2004, 2000, 1996, 1992); 3ª (1988)
Saúde	Sudeste	05	1ª (1982, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004)
Tatuapé	Leste	05	2ª (1988); 3ª (1992); 4ª (1996, 2000 e 2004)

Fonte: TER-SP.

Portanto, se por um lado Jooji Hato é classificado como Média Concentração de Votos (MCV) e seu desempenho não o faz regularmente forte territorialmente (FIT), ainda assim dispõe de duas (2) zonas que lhes são muito caras. Não obstante, o exemplo individual de Hato não permite que se aceite, de imediato, como sendo verdadeira a hipótese de que o *tipo permanente* tem Alta Concentração de Votos (ACV) apesar de dispor de força constante em duas zonas.

Como Hato concorreu e não se elegeu duas (2) vezes para deputado estadual e uma (1) vez para senador da República, faz-se necessário entender se tais disputas tiveram por objetivo a efetiva progressão na carreira, ou foi uma forma de contribuição para o partido, e/ou, ainda, evitar o risco de não ser reeleito para vereador nas eleições seguintes. Nesse último caso, disputar eleições no meio do mandato é um recurso para manter sua imagem na memória do eleitor, bem como renovar alianças, ou mesmo

ampliá-las a fim de assegurar sua penetração em determinadas áreas, que podem ser perdidas para estreantes que tenham atividade política regular e pretendam se candidatar à primeira eleição.

O exame de sua votação para os cargos mencionados sugere que suas candidaturas não foram efetivas; seja porque sua quantidade de votos total à Assembléia Legislativa (em todo o Estado) foi pouco superior à de sua última votação para vereador e à sua seguinte, mas inferior no município de São Paulo, como também ele perdeu votos em suas principais zonas eleitorais (Saúde e Jabaquara). Certamente sua votação total cresceu bastante ao concorrer para senador por se tratar de eleição majoritária (*vide gráfico 2 a seguir*), mas não impediu que houvesse queda na eleição seguinte para a CMSP (2000), mesmo quando comparada à anterior municipal (1996). A comparação de sua evolução de votos é feita em relação a dos eleitores que se abstiveram quanto a dos que votaram nulo.

Gráfico 2 - Evolução dos Votos do Vereador Jooji Hato a cada eleição - Em %

O desempenho do vereador Arselino Tatto

Voltando-se agora para Arselino Tatto. Ele chegou a CMSP em 1988 com a vitória de seu partido, PT, para o comando da PMSP, como um dos menos votados, mas

reelegeu-se desde então com desempenhos sempre significativamente crescentes, mesmo nos anos em que a legenda esteve fora do controle do Poder Executivo. A trajetória sempre crescente revela que Tatto pôde contar continuamente com suas quatro melhores zonas eleitorais, as quais têm grande peso em sua votação total, conquanto decrescente ao longo do tempo. A menor dependência de suas melhores zonas eleitorais não se deveu em momento algum a perda de votos nestas bases, os quais se apresentaram em trajetória ininterruptamente ascendente, porém freqüentemente menos vigorosa que sua votação geral. Só na eleição de 2004 Tatto apresentou crescimento na somatória de suas quatro zonas (68,4 %) que foi superior a geral (61,0 %) (*veja tabela 44*).

A distribuição zonal dos votos de Tatto variou de Muito Alta Concentração de Votos (MACV) para Alta Concentração de Votos (ACV) nas cinco eleições disputadas, caracterizando-se de forma distinta à de Jooji Hato. Tatto, examinado isoladamente, confirmaria a hipótese segundo a qual vereadores do *tipo permanente* apresentam ACV. E, além disso, de seus cinco mandatos ele teria sido eleito seguramente em quatro desses valendo-se de suas quatro primeiras zonas eleitorais, à exceção de 1988 e por muito pouco.

Tabela 44
*Desempenho do Vereador Arelino Tatto em todas eleições para vereador,
segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.
(1988-2004)*

ANO DA ELEIÇÃO	VOTAÇÃO	EVOLUÇÃO EM %	SOMA DAS 4 PRIMEIRAS ZONAS	PESO DAS 4 PRIMEIRAS	EVOLUÇÃO DAS 4 EM %
1988	12.726		11.487	90,3	
1992	18.343	+ 44,1	15.506	84,5	+ 35,0
1996	26.667	+43,3	16.934	63,5	+9,2
2000	45.541	+ 70,8	26.266	57,7	+55,1
2004	73.308	+61,0	44.230	60,3	+68,4

Fonte: TRE-SP.

Como disputou cinco (5) eleições, Tatto poderia apresentar até 20 zonas eleitorais diferentes caso obtivesse seus melhores votos sem nunca repeti-los nas mesmas. Entretanto, seus melhores desempenhos concentraram-se em apenas sete (7) zonas eleitorais, localizadas na região Sul sem exceção (*vide tabela 45*). Capela do Socorro e Cidade Ademar são as zonas que freqüentaram maior número de vezes uma das quatro melhores votações de Tatto (cinco – 5 cada), embora suas posições tenham

variado. Sua distribuição só não foi mais concentrada, uma vez que Grajaú, Parelheiros e Piraporinha foram criadas a partir da zona da Capela de Socorro. Arselino Tatto é um caso típico de Forte Inserção Territorial (FIT) em uma mesma região do município.

Tabela 45
*Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Arselino Tatto
Em Cinco Eleições (1988-2004).*

ZONA ELEITORAL	REGIÃO	FREQÜÊNCIA	POSIÇÕES
Campo Limpo	Sul	03	2º (1992); 3ª (1988); 4ª (2000)
Capela de Socorro	Sul	05	1ª (1988, 1992); 2ª (1996, 2000), 4ª (2004)
Cidade Ademar	Sul	05	2ª (1988), 3ª (1992, 1996, 2000, 2004)
Grajaú	Sul	03	2ª (2004), 1ª (1996, 2000)
Parelheiros	Sul	01	1ª (2004)
Piraporinha	Sul	01	4ª (1996)
Santo Amaro	Sul	02	4ª (1988, 1992)

Fonte: TER-SP.

A Distribuição do Vereador Roberto Trípoli

Roberto Trípoli foi eleito para seu primeiro mandato na CMSP em 1988, na legislatura seguinte a de seu irmão Ricardo Trípoli, que deixaria de concorrer novamente à câmara para disputar em 1990 uma vaga na Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP). As votações de Roberto foram sempre crescentes, a despeito dele tê-las disputado por três (3) diferentes partidos (PMDB, PV e PSDB), tendo seu ápice na de 1996, quando esta votação variou positivamente 70,5 %, para se manter depois em um patamar de 30 % a partir de 2000 (*ver tabela 46*).

Suas quatro (4) melhores zonas eleitorais também cresceram constantemente, embora menos que suas votações gerais. Isto se compreende observando o peso percentual de suas melhores zonas eleitorais que esteve quase sempre na faixa dos 30%, com apenas um caso em 1992 situando-se em 42,7 %. Sua classificação, portanto, é de Média Concentração de Votos (MCV), o que rejeitaria a hipótese inicial do capítulo, a qual manifestava a expectativa de que tal distribuição de votos fosse a de um parlamentar de passagem. Ele não seria eleito em qualquer das disputas se dependesse apenas de suas quatro primeiras zonas eleitorais, mas estaria bem posicionado.

Tabela 46
*Desempenho do Vereador Roberto Trípoli em todas eleições para vereador,
 segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.
 (1988-2004)*

ANO DA ELEIÇÃO	VOTAÇÃO	EVOLUÇÃO EM %	SOMA DAS 4 PRIMEIRAS ZONAS	PESO DAS 4 PRIMEIRAS	EVOLUÇÃO DAS 4 EM %
1988	17.642		6.932	36,2	
1992	19.705	+ 11,7	8.416	42,7	+ 21,4
1996	33.590	+ 70,5	12.022	35,8	+ 42,8
2000	40.629	+ 30,0	13.558	33,4	+ 12,8
2004	57.405	+ 33,9	17.378	30,3	+ 28,2

Fonte: TRE-SP.

Roberto Trípoli, tal como Arselino Tatto, poderia ter obtido suas quatro melhores votações em até 20 diferentes zonas, em uma hipotética situação de dispersão total entre as mesmas. Mas estas se concentraram igualmente em sete (7) zonas eleitorais, situadas em três (3) regiões contíguas do município (*vide tabela 47*). Das sete (7) zonas, duas dessas, Perdizes e Pinheiros, estiveram sempre presentes entre as melhores, com a diferença que Perdizes foi sempre a primeira e a de Pinheiros se alternou entre a terceira e quarta posições. Indianópolis e Lapa também foram zonas importantes para seus desempenhos, comparecendo três (3) vezes em suas melhores performances, com posições de segunda e terceira para Indianópolis e sempre segunda para a última.

Tabela 47
*Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Roberto Trípoli
 Em Cinco Eleições (1988-2004).*

ZONA ELEITORAL	REGIÃO	FREQÜÊNCIA	POSIÇÕES
Bela Vista	Centro	01	4ª (1996)
Indianópolis	Sudoeste	03	2ª (1988, 1992), 3ª (2004)
Jardim Paulista	Sudoeste	02	3ª (1988), 4ª (1992)
Lapa	Oeste	03	2ª (1996, 2000, 2004)
Perdizes	Oeste	05	1º (1988, 1992, 1996, 2000, 2004)
Pinheiros	Oeste	05	3º (1992, 1996, 2000), 4ª (1988, 2004)
Rio Pequeno	Oeste	01	4ª (2000)

Fonte: TER-SP.

Performance de Toninho Paiva

Antonio Paiva Monteiro, Toninho Paiva, elegeu-se para a CMSP pela primeira vez em 1992 pelo Partido Liberal (PL), reelegendo-se nas três eleições subseqüentes, embora na de 2000 tenha sido pelo Partido da Frente Liberal (PFL) para retornar ao PL em 2004 (*vide tabela 48*). Porém, ao contrário de Trípoli e Tatto, ele apresentou queda

de votação muito acentuada na eleição de 2000, após ter tido uma votação altíssima em 1996, quando comparada à sua primeira em 92. Esta oscilação está associada à eleição para prefeito, uma vez que seus candidatos foram eleitos em 1992 e 1996 (Maluf e Pitta respectivamente), mas derrotado em 2000 (Marta Suplicy). Entretanto, como em 2004, seu partido voltou a ser o PL e este apoiou a reeleição da candidata do PT, ele obteve crescimento da votação, apesar dela não ter sido reeleita,

Em 2004, Paiva voltou a subir, indicando, entretanto, a existência de um padrão de alta variação, variação esta que também pôde ser observada em suas quatro melhores zonas eleitorais. Apesar de variações tão intensas em suas zonas eleitorais, sua concentração de votos foi sempre Alta (ACV), o que o torna próximo de Arselino Tatto, mas distante de Trípoli e Jooji Hato. Apesar da proximidade com Tatto, somente na eleição de 1996 as quatro melhores zonas seriam suficientes para elegê-lo.

Tabela 48
*Desempenho do Vereador Antonio Paiva Monteiro em todas eleições para vereador,
segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.
(1992-2004)*

ANO DA ELEIÇÃO	VOTAÇÃO	EVOLUÇÃO EM %	SOMA DAS 4 PRIMEIRAS ZONAS	PESO DAS 4 PRIMEIRAS	EVOLUÇÃO DAS 4 EM %
1992	13.685		9.303	68,0	
1996	62.407	+ 334,1	49.943	80,0	+ 436,8
2000	25.729	- 59,3	18.351	71,3	- 62,2
2004	45.512	+ 76,9	31.491	69,2	+ 71,6

Fonte: TRE-SP.

Por ter disputado quatro (4) eleições, Paiva poderia distribuir suas quatro (4) melhores votações em até 16 zonas eleitorais. Contudo, suas melhores votações recaíram sobre cinco (5) zonas eleitorais, na região Leste. Três zonas (Penha, Tatuapé e Vila Matilde) estiveram entre as quatro (4) primeiras nas suas quatro (4) disputas, mas nenhuma destas guardou a mesma posição (*ver tabela 49*). Entretanto, Ermelino Matarazzo, que compareceu em três (3) dos quatro (4) pleitos, manteve-se sempre em primeiro lugar. Com distribuições ACV e Forte Inserção Territorial (FIT), os desempenhos de Paiva não falsificariam a hipótese do capítulo.

Tabela 49
*Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Antonio Paiva Monteiro
 Em Quatro Eleições (1992-2004).*

ZONA ELEITORAL	REGIÃO	FREQUÊNCIA	POSIÇÕES
Ermelino Matarazzo	Leste	03	1ª (1996, 2000 e 2004)
Penha	Leste	04	2ª (1996), 3ª (2000, 2004), 4ª (1992)
Tatuapé	Leste	04	1ª (1992), 2ª (2000, 2004), 3ª (1996)
Vila Formosa	Leste	01	3ª (1992)
Vila Matilde	Leste	04	2ª (1992), 4ª (1996, 2000 e 2004)

Fonte: TRE-SP.

Edivaldo Estima

Estima, como Paiva Monteiro, também foi eleito pela primeira vez em 1992, concorrendo, entretanto pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Reelegeu-se nas três seguintes, apesar de ter disputado por dois outros partidos; PPB, o sucedâneo do PDS (1996 e 2000), e pelo Partido Popular Socialista (PPS) na de 2004. Ou seja, suas disputas o fizeram deslocar-se no espectro ideológico do centro para a direita e da direita para a esquerda. Seus desempenhos totais e das melhores zonas passaram por variações importantes, com grandezas relativamente diferentes (*ver tabela 50*). Na eleição de 1996, teve sua maior votação, para sofrer queda abrupta na seguinte, em 2000, e se recuperar em 2004. Sua distribuição de votos situou-se entre ACV (1996, 2000 e 2004) e MACV (1992). Em duas postulações (1996 e 2000), ele necessitaria somente das quatro primeiras zonas para ser eleito.

Tabela 50
*Desempenho de Edivaldo Estima em todas eleições para vereador,
 segundo a evolução dos votos, considerando as quatro primeiras zonas.
 (1992-2004)*

ANO DA ELEIÇÃO	VOTAÇÃO	EVOLUÇÃO EM %	SOMA DAS 4 PRIMEIRAS ZONAS	PESO DAS 4 PRIMEIRAS	EVOLUÇÃO DAS 4 EM %
1992	14.464		11.919	82,4	
1996	53.668	+ 271,0	39.112	72,9	+ 228,0
2000	29.132	-45,7	21.733	74,6	- 44,4
2004	34.885	+ 19,7	22.423	64,3	+ 3,2

Fonte: TRE-SP.

Em 16 possíveis zonas eleitorais, as quais, em tese, poderiam estar entre as primeiras quatro (4) eleições de Edivaldo Estima, ele obteve seu melhores desempenhos em sete (7), diferenciando-se de Antonio Paiva Monteiro, conquanto todas suas zonas se localizem na região Sul do município. Não obstante, isto ocorreu, tal como para

Arselino Tatto, devido à criação de novas zonas eleitorais que foram formadas na região Sul, a partir de Capela de Socorro.

Aliás, apenas a zona de Capela de Socorro compareceu em todas suas votações, oscilando entre as segundas e as primeiras posições. Por sua vez, Cidade Ademar, Grajaú e Santo Amaro, com três (3) participações cada, também estiveram entre suas zonas de maior frequência dentre as mais importantes. No decorrer de suas jornadas eleitorais, Estima se caracterizou como padrão Forte Inserção Territorial (FIT), com inflexão para Relativa Inserção Territorial (RIT) na de 2004 (*veja tabela 51*).

O exemplo de Estima também poderia ser interpretado como não apresentando maiores obstáculos para se aceitar a hipótese de que há distribuição própria de votos para os vereadores permanentes.

Tabela 51
*Frequência das Quatro Primeiras Zonas Eleitorais de Edivaldo Alves Estima
Em Quatro Eleições (1992-2004).*

ZONA ELEITORAL	REGIÃO	FREQÜÊNCIA	POSIÇÕES
Campo Limpo	Sul	01	2º (1992)
Capão Redondo	Sul	01	4ª (2004)
Capela de Socorro	Sul	04	1ª (1992, 1996), 2ª (2000, 2004)
Cidade Ademar	Sul	03	3ª (1992, 1996, 2000)
Grajaú	Sul	03	1ª (1996), 3ª (2000), 2ª (2004)
Parelheiros	Sul	01	1ª (2004)
Santo Amaro	Sul	03	3ª (1992, 1996, 2000)

Fonte: TRE-SP.

Quanto aos vereadores de passagem, dispondo de uma (1) eleição para a CMSP ou no máximo duas (2), verifica-se a predominância de Média Concentração de Votos (MCV) para Baixa Concentração de Votos (BCV) nas quatro principais votações, embora a inserção territorial oscile entre frágil, relativa e forte. Elegendo-se pelo PT, Eduardo Suplicy se caracteriza como BCV e Relativa Inserção Territorial (RIT), José Eduardo Martins Cardozo se deslocando de BCV para MCV e de Forte Inserção Territorial (FIT) para Inserção Territorial Frágil (ITF). Nello Rodolpho Giongo Filho, que concorreu duas vezes, uma pelo PMDB e a segunda pelo PPB, caracterizou-se com MCV em ambas e se deslocou de ITF para FIT. Já Zulaiê Cobra Ribeiro, que concorreu uma vez pelo PSDB, teve concentração MCV próxima a BCV, e inserção territorial

RIT. Finalmente Robson Tuma concorreu em uma eleição apenas (1988) pelo PL e apresentando MCV e FIT.

Embora a variável trabalhada nesse capítulo não tenha se referido ao universo de vereadores eleito entre 1982 e 2004, parece seguro aceitar que os dados aqui sistematizados indicam a existência de padrões diferentes de vereadores, especialmente quando se acoplam as duas classificações; Concentração de Votos (CV) e Inserção Territorial (IT). Assim, o *tipo de passagem* apresenta votação mais dispersa pelas zonas eleitorais do município, tornando difícil identificar um reduto espacial claramente definido. Tal dispersão significa que seus principais desempenhos eleitorais apresentam baixo impacto no conjunto de sua votação e suas zonas podem se alterar com certa facilidade entre uma e outra eleição. De outro lado, o *tipo permanente* conta com votação mais bem definida territorialmente, embora haja variação entre seus integrantes quanto ao peso relativo exercido pelas suas principais zonas eleitorais. Muitos deles seriam eleitos somente com seus sufrágios obtidos nas quatro principais zonas eleitorais. Ou seja, há casos em todas classificações, porém apresentando com maior frequência de média para alta inserção territorial (IT).

A associação encontrada está longe de permitir afirmar que o padrão de distribuição espacial do voto determina a diferença entre os tipos de vereador, mas dá robustez à hipótese inicialmente formulada de que a compreensão da carreira do vereador examinada pelo ângulo eleitoral está relativamente ancorada nos segmentos eleitorais espacialmente identificados ou difusos. Quanto à inserção territorial dos vereadores, a hipótese segundo a qual ao menos duas das quatro principais zonas eleitorais se repetem em outras eleições para os tipos de *passagem* e *permanente*, é um fato observado que reforça por um lado o pressuposto de que o sistema de voto proporcional tende à dispersão dos votos mesmo daqueles políticos que apresentam eleição muito concentrada territorialmente, mas, por outro lado, que não há como escapar integralmente a certa ligação com áreas geográficas específicas.

CAPÍTULO VIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal constatação dessa pesquisa é de que a carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) ocorre apenas em caráter excepcional. Esta evidência foi obtida pela observação de que os vereadores se movimentam em duas direções; em uma delas mediante alta participação em disputas eleitorais para outros cargos eletivos antes, durante e depois de terem sido eleitos para a câmara paulistana. Em outra, pela predominância dos vereadores do *tipo amador* e sem qualquer outra vitória eleitoral, que deixam a câmara ao final de seu primeiro mandato. O que se depreende daí é que a carreira no legislativo municipal, mesmo se admitindo que a maioria da representação popular é composta de profissionais da política, ainda é pouco institucionalizada na Edilidade paulistana.

Todavia, é confortável verificar, ainda que isto pareça contraditório, que os dados obtidos indicam que o estudo da carreira política não só da câmara, mas do Brasil, é suficientemente complexo para não permitir asserções fechadas, mesmo levando-se em conta que a presente investigação tenha se proposto a analisar a CMSP e não o sistema político brasileiro em geral.

A despeito do sistema político brasileiro não ter sido objeto desse estudo, acredito ser difícil de responder no momento, com base na produção acadêmica existente, se o padrão predominante da carreira política é feito pelas passagens por cargos diversos - os quais são obtidos em decorrência das próprias variações nas ambições dos agentes políticos, bem como da alteração das circunstâncias - ou se apresenta especialização por cargo/mandato e nível de governo. Suspeito, entretanto, como já tratei nessa pesquisa, que há uma só base para a carreira política, a qual irá se diferenciar para os atores individuais devido às condições objetivas com que se deparam. Estas se adaptam tanto às condições institucionais de fundo (divisão político-territorial do País, magnitude, sistema eleitoral), como as que se apresentam a cada pleito (novos partidos, perda de popularidade dos mais antigos) e, em menor medida às suas ambições.

Em relação ao subsistema paulistano, este demonstrou que é praticamente inexistente a relação dos mandatos do Poder Executivo (prefeito, vice-prefeito) com os de vereador, embora tais cargos se encontrem no mesmo nível de governo. Como se observou na pesquisa, pouquíssimos são os parlamentares que se candidataram à chefia do executivo da cidade e vice-versa; os que se candidatam primeiramente à Prefeitura raramente o fizeram para a CMSP. A relação só se faz um pouco mais estreita devido à participação de certos vereadores nos cargos de primeiro escalão.

De forma a refletir sobre estas e outras questões, apresenta-se aqui resumo dos fatos encontrados dentre os que me parecem os mais importantes do cenário observado. Na 9ª legislatura, que dá início ao período aqui estudado, há expressiva continuidade dos vereadores do período anterior (embora minoritária), mesmo daqueles que pertenceram a ARENA, partido ligado ao regime militar, conquanto a continuidade da vida política a partir daí foi preponderante para os que se encontraram filiados as legendas cujos fundadores se opuseram à ditadura de forma mais contundente (PT, PMDB, depois PSDB). A despeito da continuidade para alguns, mais da metade dos parlamentares municipais teve apenas um mandato no conjunto das legislaturas observadas. Para a larga maioria desses atores tal situação decorreu do insucesso na tentativa de reeleição, gerando sempre alta rotatividade entre as legislaturas, e para uma expressiva minoria devido à passagem para outros cargos eletivos.

Ocorrendo simultaneamente com o quadro acima descrito verifica-se um processo de recrutamento junto aos segmentos com idade moderadamente alta e nitidamente crescente no decorrer das legislaturas, mesmo tendo-se em conta que isso seja apenas parcialmente o efeito da reeleição de vereadores (naturalmente mais velhos a cada eleição). Vale recordar, que basta a maioridade legal (18 anos) para alguém concorrer a mandato na câmara municipal contra exigência pouco ou bem maior para outros cargos. Ora, se for correto que o município e a câmara municipal são os primeiros degraus de uma carreira progressiva, seria de esperar o predomínio dos jovens, ou pelo menos alta participação deles, expectativa que é reforçada pela grandeza da faixa de eleitores até 34 anos na capital.

Em relação à presença das mulheres na composição da câmara paulistana, esta participação se revelou fraca a despeito de seu peso demográfico, bem como das

profundas mudanças transcorridas na sociedade e também da legislação específica sobre o assunto, ficando aquém da verificada no legislativo do Rio de Janeiro. A carreira das mulheres paulistanas é mais breve que a dos homens, progredindo para outros cargos ou simplesmente abandonando a disputa eleitoral. Nenhuma mulher foi presidente do legislativo de São Paulo, embora uma delas tenha sido primeira secretária por uma gestão. Se isto não fosse um desestímulo, três mulheres foram denunciadas por práticas ilícitas em duas diferentes legislaturas quando ainda exerciam seu primeiro mandato, com três diferentes processos e desfechos e todos desgastantes perante a cobertura da imprensa.

Pelos diferentes papéis assumidos pela mulher na sociedade a lhe exigir a conciliação dos compromissos familiares e do trabalho e sobre os quais se discutiu no capítulo VI, seria razoável esperar que a vida política da metrópole lhe atraísse mais pela possibilidade de estar perto de casa (AVELAR:2001), ao mesmo tempo em que esta instituição legislativa lhe confere um grau de visibilidade sem equivalentes nos pequenos e médios municípios, e mesmo de legislativos estaduais.

O parentesco observado na câmara paulistana abrange parcela diminuta dos parlamentares, mas não pode ser desprezada como explicação para o êxito de suas carreiras, pois dos quatro tipos aqui apresentados, apenas o *amador* não tem representantes identificados.

Por seu turno, sucesso e insucesso na carreira política na CMSP tiveram pouca associação com a permanência ou mudança de partidos políticos. De certa maneira, a migração partidária não se revelou opção segura em prol da continuidade e nem da progressão. Além disso, as maiores legendas na câmara são aquelas que deram condições às poucas carreiras estáticas mais longas, embora alguns de seus membros tenham vindo de outras legendas. Destarte, os partidos políticos aparecem como explicação importante para a compreensão da carreira.

Na medida em que os partidos brasileiros são legalmente desobrigados de elaborar uma ordem de preferência e lançam muitas candidaturas para o Poder Legislativo, o eleitorado, que por sua vez pode votar no nome que lhe aprouver, carece de elementos para fazer avaliação consistente sobre a viabilidade eleitoral das

candidaturas, suas plataformas, e os interesses que representam, como os que dispõem para o Poder Executivo (pesquisas eleitorais, por exemplo). Se a eleição pela regra majoritária suscitou a elaboração de teorias sobre o comportamento do eleitor médio baseadas em *atalhos informacionais* na construção de sua decisão a fim de driblar os fatores *tempo* e *motivação* durante o processo eleitoral, tais *atalhos* se fazem muito mais presentes na eleição para a composição do Poder Legislativo pelo sistema proporcional vigente no Brasil¹²². Em consequência desta postura e dos fatores institucionais apontados, produz-se elevada dispersão de votos entre os candidatos como se mostrou no início desta pesquisa mediante a ocorrência das baixas taxas de representatividade (a despeito da ligeira melhora verificada após a introdução do voto eletrônico).

A dispersão de votos entre os postulantes do mesmo partido e coligação poderia ser parcialmente explicada pela própria distribuição dos votos pelas zonas eleitorais, conquanto a associação das duas variáveis não tenha sido objeto de observação direta no estudo. Ou seja, a quantidade de candidatos de um partido ou coligação com maior ou menor viabilidade eleitoral geraria efeitos na distribuição dos sufrágios, pois candidatos mais fortes eleitoralmente espalham sua votação com razoável harmonia entre suas principais zonas eleitorais e dessas para as menos importantes. Quando há quedas acentuadas de votos em zonas que ficam no meio de outras zonas próximas, isto se deve possivelmente à votação recebida por outros candidatos, por vezes do mesmo partido e coligação. Assim, a relação de votação mais ou menos concentrada e a força da inserção territorial, a despeito das limitações dos dados aqui levantados, tende a se associar aos tipos dos vereadores, ou seja, se mostra mais espalhada para o de *passagem* e mais concentrada para os *quase permanente* e *permanente*, sendo que alguns destes últimos seriam eleitos somente com o que obtiveram em suas quatro primeiras zonas eleitorais.

Como outra constatação da presente pesquisa, ficou nítido que as grandes legendas carregam consigo número significativo de vereadores de um só mandato, mesmo que eles não se constituam em maioria, enquanto pequenas agremiações formam, por excelência, um espaço privilegiado da elevada expressão do *tipo amador*.

¹²² - O atalho encontrado pelo eleitor se deve a várias razões institucionais e sociológicas, muito mais complexas do que as aqui expostas. A literatura que discute a racionalidade do eleitor é bastante vasta ao longo do tempo, levando a mais de uma interpretação bem desenvolvida. Entretanto, de maneira mais geral estão voltadas para o eleitor frente a eleição para o Poder Executivo ou pelo sistema distrital

Ainda que uma larga minoria tenha dois ou mais mandatos na câmara paulistana, os números escasseiam bruscamente a partir do terceiro mandato quando se tem a 9ª legislatura (1983-1988) como ponto de partida, havendo somente um vereador que se manteve no legislativo paulistano em todo período observado, enquanto a maioria dentre os poucos que permaneceram na atividade político-eleitoral progrediram para os níveis estadual e federal, e outros pelegam para se manter à tona em virtude dos revezes recentes que sofreram.

Esta comprovação é um indicador por si só da dificuldade de se formarem representantes especializados nos problemas da cidade. Os dados coletados pela pesquisa levantam a suspeita de que as elites da cidade de São Paulo não estejam diretamente preocupadas com o exercício do poder político na capital por mais desafiador que este seja, mas sim na disputa pelo controle da Prefeitura e na sua influência sobre o processo político nacional. Outros analistas já trataram a questão da representação política de São Paulo, não se referindo apenas ao legislativo da capital, e certamente em termos bem mais severos do que os até aqui apresentados.

“Esse buraco na representação é, provavelmente, um dos fatores que dificultam o aparecimento de políticos que tenham a cara da cidade, que tenham aprendido a fazer política ligando-se aos problemas da cidade e à busca de soluções específicas (...) nos quais reconheçamos paixão pelo seus modos de ser, preocupação com a defesa de seus interesses, sonhos e projetos (...) se a maioria (não todos, é claro) dos candidatos a vereador são o rebotinho que são, a maioria dos candidatos a prefeitos são e tem sido figuras inventadas, cujo currículo político nada tem a ver com a cidade” (BRANDÃO:2000).

Ademais, pesquisas acadêmicas sobre o sistema político municipal do atual período democrático, tais como os próprios vereadores, parecem atrair pesquisadores nacionais de passagem pelo tema, os quais iniciam por aí suas carreiras, mas depois se deslocam para temas nacionais e internacionais, entre outros.

majoritário. Um dos pontos de partida é o já citado DOWNS (1999), e mais recentemente há obras de referência importante como a de POPKIN (1991).

E na medida em que não se formam representantes voltados para as questões cidadinas, ao menos como poderia ser para as metrópoles, e nem se mantêm estudiosos da política que por aí iniciam suas pesquisas, a própria idéia das virtudes do sistema democrático no âmbito da cidade pode estar comprometida. Refletindo sobre os governos das cidades norte-americanas e de outros países, esta já era a preocupação de parte da ciência política nos EUA em meado da década de 60 (DAHL:1967), a despeito de que a crítica então formulada partisse do reconhecimento de que o governo local continuava a ser a instância mais capacitada para integrar a forma representativa com certa dose de participação direta e sem prejuízo de que os quadros políticos e técnicos pudessem ser formados com maior comprometimento às suas questões¹²³.

De qualquer maneira, a CMSP não se revelou caso único no quesito institucionalização, sendo até de menor expressão quando comparada aos resultados obtidos para outros legislativos municipais, como também frente à assembléia paulista (ALESP) e a bancada paulista da CD¹²⁴.

Na medida em que as ocorrências são generalizadas para o Poder Legislativo, pode-se considerar que o arranjo institucional é parte expressiva do fenômeno observado, influenciando-o a partir da combinação das regras da eleição proporcional com a da lista aberta nos partidos e a facilidade com que as novas legendas – a maioria dessas chamadas de partidos de aluguel – concorrem às eleições, objeto de preocupação de vários autores citados ao longo desse trabalho.

Portanto, a presença dos vereadores de poucos mandatos é de tal ordem (aqui divididos entre os tipos *amador* e *de passagem*) que teve impacto na composição da mesa diretora, órgão máximo de direção da casa e nos seus dois principais cargos, de presidente e primeiro secretário. Partiu-se do pressuposto que chegar ao comando de uma instituição seria uma *progressão estática* na carreira que exige certa antiguidade e experiência. Mas o que se encontrou foi elevado número de dirigentes que lá chegaram

¹²³ - Dahl faz ressalvas as megalópolis enquanto meio de assegurar o desenvolvimento político local, questionando a própria definição de local para os governos dessas jurisdições. Porém, admite que as dificuldades seriam contornadas com a descentralização do governo. Em tese, o que ele defendia não é diferente do que começou a ser discutido em São Paulo desde a elaboração da LOM, promulgada em 1990, sendo regulamentado pela Lei 13.399/02, a qual tem sido implementada com vários contratempos.

¹²⁴ - Evidente que a bancada paulista não pode ser generalizada para a Câmara dos Deputados. Não se trata de um órgão interno do Poder Legislativo federal. Ainda assim, seu exemplo ajuda a reflexão.

ainda em seu primeiro exercício, muitos dos quais não permaneceram na câmara mais do que um único mandato devido às razões apontadas (o que significa apenas meio mandato para alguns). Ironicamente, o vereador mais antigo não ocupou a presidência, embora já a tenha disputado.

Com o comando das comissões permanentes, a situação foi ainda mais nítida, confirmando parcialmente as análises segundo as quais estes órgãos não são percebidos como relevantes no legislativo brasileiro. Reforçando esta linha, encontraram-se suplentes que foram efetivados do meio para o final da legislatura em consequência da renúncia dos titulares eleitos para outros cargos no decorrer do mandato, mas que continuaram suplentes nas eleições seguintes e, apesar da efêmera titularidade, integraram cargos na mesa diretora ou obtiveram cargos de confiança.

De qualquer maneira, o acesso à direção da instituição e das comissões permanentes parece ter facilitado a reeleição dos parlamentares mais antigos bem como a eleição dos que partiram para outros cargos de natureza popular, uma vez que a presença deles nos referidos órgãos se fez muito expressiva. Ora, na medida em que o tempo de experiência legislativa não foi critério definitivo na seleção dos cargos da mesa diretora e nem das comissões, isto se atribui a precária institucionalização deste Poder Legislativo (POLSBY:1968). Esta, por sua vez, faz assuntos complexos serem tratados de forma quase indiferenciada, e tal procedimento tende a produzir desdobramentos na qualidade dos trabalhos legislativos. Afinal de contas, para citar um exemplo, a experiência é pouco levada em conta e talvez por isso as comissões não façam devidamente o trabalho de conversão da complexidade das matérias que examinam a fim de aliviar o trabalho do plenário, a quem cabe a decisão final na quase totalidade dos projetos legislativos. Este se vê obrigado a decidir freqüentemente sobre questões que já deveriam ter sido decididas por aqueles órgãos. Mais do que isso, muitas matérias não recebem pareceres, pois os prazos não são atendidos e, nestes casos, tanto o presidente da câmara como qualquer vereador que formalize o requerimento podem remetê-las ao plenário (*artigo 67 do RICMSP*).

Por conseguinte, muitos projetos legislativos redundantes, outros tantos de baixa relevância e outros ainda eivados de problemas técnicos prosperam na tramitação legislativa da CMSP, chegando mesmo a serem votados, aprovados, e, após serem

vetados quase certamente pelo chefe do Poder Executivo retornam para nova apreciação do parlamento. Os vetos passam pela comissão e depois seguem para o plenário se manifestar. Ocorre que estas matérias bloqueiam a pauta para análise de novos projetos, pois são colocadas como primeiro item da *ordem do dia* (artigo 171 do RICMSP), exatamente com o propósito de que os edis não se desviem de sua obrigação principal. Todavia, vários projetos novos e urgentes são encaminhados pelo Poder Executivo e levariam tempo demasiado entrando na fila para serem votados. Assim, a solução encontrada pelo legislativo paulistano tem sido convocar sessões extraordinárias, as quais, no encerramento das últimas legislaturas (12^a e 13^a¹²⁵) superaram as ordinárias dentre as sessões deliberativas da câmara¹²⁶. Em consequência, os projetos de maior relevância, os quais acarretam as maiores consequências para a vida do município, são pouco discutidos e, com frequência, recebem parecer conjunto das comissões já em plenário, relegando ao segundo plano a apreciação técnica e política de maior profundidade.

Assim, seria de supor que os mencionados fatores organizacionais e político-legislativos da CMSP pudessem ser encarados como um contra incentivo para o vereador permanecer na atividade parlamentar, pois imergem a instituição em situação de baixa racionalidade decisória, e, conspiram contra o próprio interesse individual do parlamentar. Todavia, a escassa permanência na Edilidade paulistana talvez não esteja ligada às deficiências do processo decisório parlamentar, mas em menor medida às características de sua ambição (progressiva, por exemplo) e em maior às dos sistemas eleitoral e partidário, fatores estes que propiciam expressiva presença do *tipo amador* (encontrado de forma ainda mais generalizada em outras casas legislativas).

Outro possível contra incentivo para se fazer carreira na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) é a baixa popularidade desfrutada pela instituição. A CMSP, como provavelmente os demais legislativos municipais, é duramente atingida pelo juízo dos cidadãos em relação à atividade política e suas instituições políticas generalizadamente. Pesquisas de opinião pública captaram a baixíssima avaliação que dela se faz, indicando que entre os anos de 1999 e 2004, abrangendo três diferentes legislaturas, seus melhores

¹²⁵ - Por exemplo, a 13^a legislatura foi concluída em 2002 com a convocação de 496 sessões extraordinárias contra 360 ordinárias em quatro anos, ou seja, superioridade de 136, ou 37,8 por cento para as primeiras.

¹²⁶ - Esclareça-se que os vereadores não são remunerados pelas sessões extraordinárias.

índices (ótimo e bom) chegaram no máximo a 17%, igual ao do Congresso Nacional no mesmo período (dezembro de 2004), e seus piores (ruim e péssimo) nunca estiveram abaixo de 19% (abril de 2000)¹²⁷.

A baixa avaliação da CMSP se associa ao pouco ou nenhum interesse demonstrado no processo eleitoral, o qual se torna mais perceptível quando comparado ao de prefeito. No auge da campanha de 2004 (final de agosto), quando os melhores índices aumentaram e os piores foram reduzidos, 32% dos entrevistados afirmavam *não ter interesse* na eleição para a CMSP contra 20% que diziam a mesma coisa para prefeito¹²⁸. Se isto não fosse suficiente, 72% dos eleitores de São Paulo não sabiam em qual candidato a vereador haviam votado em 1996, ao serem ouvidos em 1999. Por maior que seja a responsabilidade do sistema de voto proporcional e as características da política no Brasil para a formação de tal juízo, situação semelhante se passa com o Congresso dos EUA, cujo sistema repousa sobre o voto distrital majoritário, e a não obrigatoriedade do comparecimento às urnas¹²⁹. Cerca de três quartos dos eleitores afirmaram não se lembrar do candidato escolhido (MAYER&CANON:1999) e quase a metade (49%) marcaram incorretamente o nome do partido majoritário no legislativo logo após as eleições.

Como outros autores salientaram ao se debruçar sobre a carreira dos deputados federais, a ambição progressiva no Brasil teria uma particularidade extra-legislativa quando comparada a norte-americana (SAMUELS:2003). Políticos procurariam preferencialmente cargos no Poder Executivo, via eleição ou nomeação, aproveitando o mandato parlamentar para construir sua viabilidade política. Contudo, a limitação básica deste raciocínio se for tomado como padrão principal da ambição política se deve a tomar apenas a Câmara dos Deputados como unidade de análise, e de um curto período, além do que já foi destacado no início desta pesquisa, segundo a qual os cargos eletivos e não eletivos na administração pública são numericamente insuficientes para dar vazão ao elevado número de candidatos. Em consequência dessa ressalva é que se reforça a hipótese de que a hierarquia da ambição política no Brasil é flexível e adaptável às circunstâncias que se apresentam para os atores, circunstâncias estas que em boa medida

¹²⁷ - Pesquisas realizadas pelo Instituto DataFolha (1999-2004).

¹²⁸ - Ibidem.

¹²⁹ - De acordo com dados eleitorais da American National Election Studies (ANES), o índice desaprovação do desempenho do Congresso Nacional nunca foi menor do que 34% (entre 1980 e 2004) (Table 5C-4).

contribuem para manter um quadro de incerteza sobre regras relevantes do processo democrático, as quais podem incluir ou excluir políticos da carreira.

Certamente há muitos espaços para a ciência política se debruçar e conhecer em profundidade a carreira política no Brasil contemporâneo, em consequência do ainda moderado tempo de experiência democrática ininterrupta, e mesmo assim enfrentando algumas importantes mudanças institucionais no seu transcurso. A expectativa aqui manifestada é de que a presente tese possa contribuir para um outro olhar sobre a atividade política no Brasil e, sobretudo, faça pensar os que desejam que a vida pública eleitoral dos grandes municípios seja entendida como lugar privilegiado de ação política, e não de passagem, e, assim, seja capaz de estimular a dedicação de seus melhores recursos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e CARNEIRO, Leandro Piquet (2003) – “Liderança Local, Democracia e Políticas Públicas no Brasil”. Vol IX. N.01. pp 124-147. Campinas. Opinião Pública.
- ANDRADE, Régis de Castro (org) (1998) – *O Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo, Edusp. Fapesp.
- _____ (1998) - “Processos Decisórios na Câmara dos Vereadores e na Assembléia Legislativa de São Paulo”. (pp 15-40). In R. C. Andrade. (org.) *O Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo, Edusp. Fapesp.
- AVELAR, Lúcia (2002) – “Mulher e Política: o Mito da Igualdade”. In *Revista da Social Democracia Brasileira*. N. 2. Março.
- _____ (2001) - *Mulheres na Elite Política Brasileira*. KONRAD ADENAUER. São Paulo. Editora Unesp.
- _____ (1989) - *O Segundo Eleitorado*. Campinas. Editora Unicamp.
- BOURDOKAN, Adla Youssef (2005) – *Ambição e Carreiras Políticas no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da USP, digit.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa (1997) – *Origem e Trajetória do PT Fluminense (1979-1994)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da USP. 189 p.
- BRANDÃO, Gildo Marçal (2000) – “A Cara da Cidade”. In *Diário do Grande ABC*.
- _____ (1997) - *A Esquerda Positiva*. São Paulo. Hucitec.
- CARDOZO, José Eduardo (2000) – *A Máfia das Propinas*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany (1991) – *A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo. Humanidades.
- COSTA, Valeriano M. F. e OLIVEIRA, C. T. (1998) – “A Fraqueza da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo”. (pp 117-148). In *O Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo. Edusp. Fapesp.
- COUTO, Cláudio Gonçalves (1995) – *O Desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. V. 1. 264. p. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- DAHL, Robert A. (1967) – “The City in the Future of Democracy”. In *Journal of American Political Science Review*. Pp. 953-pp 969. Vol LXI. N.04. Yale University.
- DIAS, José Luciano Matos (1991) – “Legislação Eleitoral e Padrões de Competição Político-Partidária”. In Olavo Brasil Lima Jr. (org). *Sistema Eleitoral Brasileiro. Teoria e Prática*. Rio de Janeiro. IUPERJ. Rio Fundo Editora.
- DIERMEIR, Daniel; Keane, Michael; e Merlo, Antonio (2004) – “A Political Economic Model of Congressional Carrers”. PIER Working Paper 04-038. University of Pennsylvania.
- DINIZ, Simone (2000) – “As Migrações Partidárias e o Calendário Eleitoral”. In *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. N. 15, Nov.

- DOWNS, Antony (1999) – *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo. EDUSP.
- DUARTE, Nestor (1939) – *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo. Brasileira. Companhia Editora Nacional.
- DUTRA, Joel de Souza (1996) – *Administração de Carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas*. São Paulo. Atlas.
- FERREIRA, Denise Paiva (2001) - *Descentralização partidária e federalismo no Brasil: PFL 'versus' PMDB 1982-2000*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP).
- FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando (1999) - *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.
- FIGUEIREDO, Argelina C, LIMONGI, Fernando, FERREIRA, Maria Paulo, e SILVA, Paulo Henrique da. (2002) - “Partidos e Distribuição Espacial dos Votos. Dossiê Espaço, Política e Políticas na Metrópole Paulistana”. *Novos Estudos*. Cebrap. N.64. São Paulo, Nov.
- FLEISCHER, David (1976) – “Concentração e Dispersão Eleitoral: um Estudo da Distribuição Geográfica de Votos em Minas Gerais (1966-1974)”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Edição Especial. Belo Horizonte. N. 43.
- GUIMARÃES, Débora Messemberg (2000) – *A Elite Parlamentar do Pós-Constituinte*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP).
- HTUN, Mala (2001) – “Evaluating the Results of Cotas Systems in Politics in Latin América”. *Revista de Estudos Feministas*. Vol. 9. N. 1.
- KECK, Margareth (1991) – *PT: a Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira*. São Paulo. Ática.
- KINZO, Maria Dalva, MARTINS JR., José Paulo & BORIN, Ivan (2003) – “Padrões de Competição Eleitoral na Disputa para a Câmara Paulistana”. *Novos Estudos*. Cebrap. N. 65. Mar.
- KINZO, Maria Dalva (2005) - “Parties in electorate: public perceptions and party bindings in Brazil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Fev, vol.20, no.57, p.65-81.
- LAMOUNIER, Bolívar (1989) – *Partidos e Utopias. O Brasil no Limiar dos Anos 90*. São Paulo. Loyola.
- LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Raquel (1986) – *Partidos Políticos e Consolidação Democrática*. São Paulo. Brasiliense.
- LEAL, Victor Nunes (1978) – *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª Edição, 276. p. São Paulo. Editora Alfa-Omega.
- LEONI, Eduardo & PEREIRA, Carlos & RENNÓ, Lúcio (2003) – “Estratégias para Sobreviver Politicamente: Escolhas de Carreiras na Câmara de Deputados do Brasil”. *Opinião Pública*, Vol IX. n 01.
- LEVINE, Mark & Mark Hyde (1977) – “Incumbency and the Theory of Political Ambition: a Rational Theory Model”. *Journal of Politics (JP)*. Nov.
- LIMA JR., Olavo Brasil e SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes (1991) – “O Sistema Eleitoral no Brasil: lições de vida”. In *Sistema Eleitoral Brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro. IUPERJ. Rio Fundo Editora.
- LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina (1998) – “Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão”. *Revista Lua Nova*, CEDEC. N. 44.

MAINWARING, Scott (1991) – “Políticos, partidos e sistemas eleitorais”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 29, p. 34-58, mar.

MALUF, Rui Tavares (1991) – *As Câmaras Municipais e a Reforma Tributária de 1989: o caso do Município de São Paulo*. Fundação Prefeito Faria Lima. São Paulo. Cepam. N. 3. 60 pp.

_____ (1993) - *A Câmara Municipal de São Paulo na IX Legislatura (1983-1988) e o Processo Decisório do IPTU*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 176 p.

_____ (2000) - *A Trajetória Eleitoral dos Deputados Estaduais Brasileiros*. Digitado. Registro de Direitos Autorais 197.563. Livro 340. Folha 222.

_____ (2001) - *Prefeitos na Mira*. São Paulo. Editora Biruta.

MAYER, Kenneth R. and CANON, David T (1999) – *The Disfunctional Congress?* Boulder Colo, 195 p, Westview Press.

MELHEM, Célia Soibelman (1995) - *Dinâmica eleitoral e organização partidária da oposição ao governo : o caso do MDB/PMDB de 1965-1988*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP)

MELO, Carlos Ranulfo Félix de (2000) – *Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados*. In Dados. Vol 43, n.2.

MIGUEL, Luís Felipe (2003) – “Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis para o Congresso Brasileiro”. *Revista de Sociologia e Política*. Jun.

MILL, John Stuart (1983) – *O Governo Representativo*. São Paulo. Ibrasa.

NICOLAU, Jairo Marconi (1996) – *Multipartidarismo e Democracia*. 1ª Edição. Rio de Janeiro.FGV.

_____ (1991) – “O Sistema Eleitoral Brasileiro: a questão da proporcionalidade da representação política e seus determinantes”. In Olavo Brasil de Lima Jr. (org) *Sistema Eleitoral Brasileiro: teoria e prática*. IUPERJ. Rio Fundo Editora. Rio de Janeiro. 1991.

PIERUCCI, Antonio Flávio e LIMA, Marcelo Coutinho (1991) – “A Direita Flutuante”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 29, p. 10-17, mar.

POLSBY, Nelson (1968) – “The Institutionalization of the U.S. House of Representatives”. *American Political Science Review (APSR)*. n.62 (1). 144-168.

POPKIN, Samuel (1991) – *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns*. Chicago. University of Chicago Press.

PRALON, Eliana M. e FERREIRA, Gabriela Nunes (1998) – “Centralidade da Câmara Municipal de São Paulo no Processo Decisório”. (pp-74-86). In *O Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo. Edusp. Fapesp.

PUTNAM, Robert D. (1996) – *Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. FGV.

RAIMUNDO, Bruno Caetano (2005) – *Executivo e legislativo na esfera local – o caso do Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. USP.

RODRIGUES, Leôncio Martins (1999) – “As Ilusões do Voto Distrital Misto”. *Tendências e Debates*, pág. 03, 27, abr, Folha de São Paulo.

_____ (2002) - *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo. Edusp.

(1987) - *Quem é Quem na Constituinte. Uma Análise Sócio-Econômica dos Partidos e dos Deputados*. São Paulo. OESP/Maltese.

ROMA, Celso Ricardo (2000) – *A Social Democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB*. Dissertação de mestrado. USP.

SADEK, Maria Tereza Aina (1991) – “Poder Local: perspectivas da nova ordem constitucional”. São Paulo em Perspectiva. Seade.

SAMUELS, David (2003) – *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge New York. Cambridge University Press.

SANTOS, Délio Freire e RODRIGUES, José Eduardo Ramos (1998) – *Câmara Municipal de São Paulo. Quatro séculos de História (1560-1998)*. São Paulo. Imprensa Oficial.

SANTOS, Fabiano (2001) – *O Poder Legislativo nos Estados. Diversidade e Convergência*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora FGV.

SARTORI, Giovanni (1982) – *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília. Editora UNB

SCHLESINGER, Joseph A. (1991) – *Political Parties and the Winning Office*. Ann Arbor. The University of Michigan Press.

SCHMITT, Rogério (1999) – “Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados”. Revista Novos Estudos. n. 54, Cebrap.

SEN, Amartya (2002) – *Sobre Ética e Economia*. São Paulo. Companhia das Letras.

SILVEIRA, José Marcelo Aranha (1967) – *Carrers of Councilors in São Paulo, Brazil – A Behavioral Study*. Degree of Masters of Arts. Oxford. Miami University. Ohio (EUA).

SINGER, André (2002) – *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo. EDUSP.

SOUZA, Maria do Carmo Campello (1990) – *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. 3ª Edição. São Paulo. Alfa Ômega.

TEIXEIRA, Marco Antonio C. (2004) – *Negociação Política e Formas de Interação Executivo e Legislativo no Brasil no período de 1983 a 1992*. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania. São Paulo. FGV. n. 40.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1987) – *A Democracia na América*. São Paulo. EDUSP.

WEBER, Max (2003) – *Ciência e Política*. São Paulo. Martin Claret.

VIANNA, Oliveira (1930) – *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

OUTRAS FONTES DE PESQUISA

ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Biblioteca.

ANES – American National Election Studies.

CD – Câmara dos Deputados. Serviço de Informação Legislativa (SINILEG).

CEM – Centro de Estudos da Metrópole.

CMRJ – Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Seção de Biblioteca.

CMSP – Câmara Municipal de São Paulo. Supervisão Geral de Biblioteca.

Constituição da República Federativa do Brasil.

DATAFOLHA

DOM – Diário Oficial do Município de São Paulo.

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S A.

Folha de São Paulo. 04/03/99.

Folha de São Paulo. 29/09/00.

Folha de São Paulo. 24/06/04.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LOM – Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Resolução N. 02 de 26 de Abril de 1991. Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo.

Resolução N. 17 de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Movimento Eleitoral (1974-2004).

TRE-SP – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Seção de Dados Eleitorais.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas do Eleitorado e Resultado das Eleições.

ANEXOS

Tabela

Municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Guarulhos e Caieiras
*Percentual da Receita Tributária Própria (RTP) sobre Total da Receita Arrecadada, e Número de Funcionários da Ativa**

MUNICÍPIO	RTP			Funcionários		
	1998	1999	2000	2001	2002	2004
São Paulo	39,3	45,0	42,2	126.003	125.533	156.474
**Rio de Janeiro	41,5	37,6	40,2	85.671	81.438	92.937
Guarulhos	28,0	21,5	22,7	17.036	18.063	19.863
Caieiras	25,4	22,8	23,0	837	911	952

Fonte: IBGE – Perfil dos Municípios Brasileiros.

Observação: com base em valores nominais.

* Estatutários, CLT e outros, quando houver. ** Não disponíveis para Administração Indireta.

Tabela

Funcionários por 10.000 habitantes em 2004

MUNICÍPIO	FUNCIONÁRIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA	FUN/HAB
SP	156.474	11.218.862	139,5
**RJ	92.937	6.051.399	153,6
***GUA	19.863	1.072.717	185,2
CAI	952	87.717	108,5

*** Informação do Censo de 2000 (Universo), devido a erro na tabela de estimativa.

Tabela

Cargos Públicos Exercidos pelos Candidatos a Prefeito de São Paulo,
Dentre os que concorreram de 1985 a 2004
(N = 57)

CARGOS PÚBLICOS	SIM	NÃO	TOTAL
Vereador	6	51	57
Prefeito	4	53	57
Vice-Prefeito	0	57	57
Deputado Estadual	8	49	57
Deputado Federal	17	41	57
Vice-Governador	3	54	57
Senador	4	53	57
Presidente da República	3	54	57
Secretário Municipal	7	50	57
Secretário Estadual	8	49	57
Ministro de Estado	4	53	57
FREQÜÊNCIA TOTAL DO SIM	64		

Fonte: TRE-SP, Fundação Seade e Biblioteca da CMSP.

Número de Mandatos nas CMSP, CMRJ, CMG, CMC, ALESP e CD-SP (1982-2004)

Tabela
*Vereadores da 9ª Legislatura (1982-1988) e os partidos pelos quais se elegeram e
reelegeram nas legislaturas seguintes*

ELEITOS NA 9ª LEGISLATURA	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	MUDANÇAS
Albertino Alves Nobre	PTB	PTB					0
Antonio Sampaio Teixeira	PDS	PDS	PDS				0
Arnaldo de Abreu Madeira	PMDB	PSDB	PSDB				1
Aurelino Soares de Andrade	PDS	PFL					1
Avanir Duran Galhardo	PMDB		PMDB				0
Francisco Altino Lima	PMDB	PTB					1
Francisco dos Santos Batista Filho	PTB						0
Gabriel Martins Ortega	PTB	PSDB					1
Gilberto Nascimento Silva	PMDB	PMDB					0
Irede Cardoso	PT	PT					0
Jamil Achoa	PMDB	PMDB					0
João Aparecido de Paula	PDS	PFL					1
João Brasil Vita	PTB	PTB	PTB	PTB			0
João Carlos Alves	PT	PT					0
Jooji Hato	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	0
José Luis B. de Andrade Figueira	PMDB	PFL					1
Marcos Ribeiro de Mendonça	PMDB	PSDB					1
Mario Masanobu Noda	PTB	PTB					0
Nelson Guerra Jr.	PDS	PFL					1
Tereza Cristina de Souza Lajolo	PT	PT	PT				0
Walter Meyer Feldman	PMDB	PSDB					1

Fonte: TRE-SP, CMSP, Diário Oficial do Município.

Tabela

*Composição Partidária da CMSP
Na Eleição para as Seis Legislaturas (1982-2004).*

PARTIDO	9a	10a	11a	12a	13a	14a
PMDB	45,5	17,0	21,8	7,3	10,9	7,3
PDS/PPB/PP*	18,2	15,1	25,5	34,5	10,9	7,3
PTB	21,2	9,4	7,3	5,5	5,5	12,7
PT	15,2	30,2	20,0	18,2	29,1	23,6
PSDB	ñ.e.	9,4	9,1	14,5	14,5	23,6
PFL	ñ.e.	7,5	0	3,6	1,8	3,6
PL	ñ.e.	5,7	7,3	7,3	5,5	5,5
PC do B	Il.	1,9	3,6	1,8	5,5	1,8
PDT	0	1,9	0	5,5	3,6	3,6
PCB/PPS*	Il.	1,9	0	0	3,6	3,6
PSB		0	3,6	0	3,6	1,8
PV	ñ.e.	0	1,8	0	0	5,5
PRONA	ñ.e.	ñ.e.		1,8	3,6	0
PSD	ñ.e.	ñ.e.			1,8	0
SOMA	100	100	100	100	100	100
Vagas	33	53	55	55	55	55
N=	4	10	9	10	13	12

Fonte: TRE-SP.

Ñ.E. – Não existia. Il. – Estava na ilegalidade.

* Tratados como um só partido.

Tabela

*Número de Partidos Efetivos (NPE) por Legislatura e Índice de Fragmentação Partidária (FP)
Na CMSP (1982-2004)*

INDICADOR	1982	1988	1992	1996	2000	2004
NPE	3,2	5,8	5,7	11,9	6,9	6,8
FP	0,692	0,829	0,826	0,916	0,856	0,852

Fonte: TRE-SP.

FP = $1 - (\sum p^2)$, onde p^2 é a proporção quadrada das cadeiras de cada partido político.

NPE = $1/1 - FP$, onde FP é o índice de Fragmentação Partidária.

Tabela
Faixa Etária dos Vereadores da CMSP
No início de cada legislatura (1983-2005), em %

FAIXA	9a(1983)	10a(1989)	11a(1993)	12a(1997)	13a(2001)	14a(2005)
18-24	0	1,9	0	1,8	0	0
25-30	12,1	9,4	1,8	3,6	0	0
31-40	30,3	24,5	21,8	18,2	16,4	12,7
41-50	27,3	34,0	36,4	34,5	47,3	41,8
51-60	21,2	17,0	20,0	32,7	32,7	34,5
61 para cima	9,1	13,2	20,0	9,1	3,6	10,9
SOMA	100	100	100	100	100	100
N=	33	53	55	55	55	55
M	44	45	49	48	48	50

Fonte: CMSP, Supervisão de Biblioteca. Dados coletados e sistematizados pelo autor. M – Média de Idade

Tabela
Vereadores Titulares de 1982 a 2004 que foram eleitos para outros mandatos
Eleitorais depois de terem sido vereadores na CMSP
(N=27)

Vereador	Partido	Leg.	Mandatos	TOM
Adriano Diogo	PT	10a	4	1
Alberto Calvo	PSB	11a	1	2
Alberto Hiar	PSDB	12a	1	2
Arnaldo de Abreu Madeira	PMDB	9a	3	2
Devanir Ribeiro	PT	10a	4	1
Eduardo Matarazzo Suplicy *	PT	10a	1	1
Getúlio Hanashiro	PMDB	9a	1	2
Gilberto Kassab	PL	11a	1	4
Gilberto Nascimento Silva	PMDB	9a	3	3
Havanir Tavares de Almeida Nimitz	PRONA	13a	1	1
Henrique Sampaio Pacheco	PT	10a	3	1
Ítalo Cardoso de Araújo	PT	10a	4	1
José Aldo Rebelo Figueiredo	PC do B	10a	1	4
José Eduardo Martins Cardozo	PT	12a	2	1
José Ferreira do Nascimento (Zé Índio)	PDS	10a	3	1
José Guilherme Gianetti	PMDB	10a	2	1
José Mentor Guilherme de Mello Neto	PT	13a	1	1
José Ricardo de Alvarenga Trípoli	PMDB	9a	1	4
Luíza Erundina de Souza	PT	9a	1	4
Marcos Ribeiro de Mendonça	PSDB	9a	3	2
Nello Rodolpho Giongo Filho	PMDB	11a	2	1
Paulo Seiti Kobayashi *	PSDB	10a	2	2
Pedro B. Dallari	PT	10a	1	2
Robson Tuma	PL	10a	1	4
Ushitaro Kamia	PTB	10a	2	1
Vicente Cândido da Silva	PT	12a	2	1
Walter Meyer Feldman	PSDB	9a	2	3
Zulaiê Cobra Ribeiro	PSDB	11a	1	2

Fontes: CMSP, ALESP, CD, TRE-SP, TSE, Fundação Seade.

* Teve mandato parlamentar anterior como deputado estadual e/ou deputado federal.

Tabela
*Presidentes de Comissões Permanentes e Não Presidentes,
 Segundo o número de mandatos na CMSP e a
 Eleição para outros cargos populares em %*

SITUAÇÃO	NÚMERO DE	OUTRO CARGO	VEREADORES
Presidente (N=90)	MANDATOS NA CMSP	POPULAR	EM %
	1	Só na CMSP	15,8
		Eleito para outro	3,4
	2 ou mais	Só na CMSP	25,4
		Eleito para outro	6,2
SUBTOTAL			50,8
Não Foi Presidente (N=87)	1	Só na CMSP	28,2
		Eleito para outro	6,8
	2 ou mais	Só na CMSP	9,6
		Eleito para outro	4,5
SUBTOTAL			49,2
TOTAL			100

Fonte: TRE-SP e DOM.

Tabela
*Vereadores da CMSP (1983-2005) que foram Presidentes de Comissões Permanentes,
 Segundo o número de mandatos na CMSP e de eleições
 para outros cargos populares em %*

SITUAÇÃO	N	EM %	1 Sem Cargo	Mandato Eleito	2 ou mais Sem Cargo	M Eleito
Presidentes	90	100	31,1	6,7	50,0	12,2
Não Presidentes	87	100	57,5	13,8	19,5	9,2
TOTAL	177	100	44,1	10,2	35,0	10,7

Fonte: TRE-SP e DOM.

Tabela
*Vereadores da CMSP (1983-2005) que foram Presidentes de Comissões Permanentes,
 Segundo o número de mandatos na CMSP e de Participações na Mesa Diretora em %*

PRESIDENTE COMISSÃO	N	EM %	1 MESA NÃO	M DIRETORA SIM	2 ou > MESA NÃO	M DIRETORA SIM
SIM	90	100	33,3	4,4	24,4	37,8
NÃO	87	100	58,6	12,6	12,6	16,1

Fonte: TRE-SP e DOM.

Tabela
Integrantes das Mesas Diretoras da CMRJ entre 1983 e 2005
Segundo o número de mandatos obtidos entre 1982 e 2004

Segundo o Número de Mandatos dos Senhores					
---	--	--	--	--	--

Fonte: Biblioteca da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ).

Tabela
Número de Passagens pela Mesa Diretora da CMRJ,
Segundo o Número de Mandatos dos Vereadores (1983-2005)

MANDATOS	1	2	3	4	5	6	VEREADORES	
1	13	1	1	0	0	0	15	37,5
2	8	2	1	0	0	0	11	27,5
3	4	2	1	1	0	0	8	20,0
4	1	3	0	0	0	0	4	10,0
5	1	0	0	0	0	1	2	5,0
TOTAL	27	8	3	1	0	1	40	100
	67,5	20,0	7,5	2,5	0	2,5	100	

Fonte: Biblioteca da CMRJ.

Quadro
Regiões Eleitorais do Município de São Paulo segundo a divisão feita pelo TRE-SP
Excluindo-se as novas zonas eleitorais incluídas em 2005

REGIÃO	NRO. DA ZONA	ZONAS ELEITORAIS	ELEITORADO 2005
CENTRO	001	Bela Vista	264.647
	003	Santa Efigênia	
SUL	006	Vila Mariana	2.384.615
	258	Indianópolis	
	259	Saúde	
	260	Ipiranga	
	372	Piraporinha	
	371	Grajaú	
	280	Capela de Socorro	
	246	Santo Amaro	
	320	Jabaquara	
	328	Campo Limpo	
	351	Cidade Ademar	
	373	Capão Redondo	
	381	Parelheiros	
CENTRO SUL	005	Jardim Paulista	132.058
OESTE	002	Perdizes	1.361.213
	250	Lapa	
	251	Pinheiros	
	325	Pirituba	
	327	Nossa Senhora do Ó	
	346	Butantã	
	374	Rio Pequeno	
	376	Brasilândia	
NORTE	249	Santana	983.340
	254	Vila Maria	
	255	Casa Verde	
	256	Tucuruvi	
	349	Jaçanã	
LESTE	004	Mooca	2.738.467
	247	São Miguel Paulista	
	248	Itaquera	
	252	Penha de França	
	253	Tatuapé	
	257	Vila Prudente	
	326	Ermelino Matarazzo	
	347	Vila Matilde	
	348	Vila Formosa	
	350	Sapopemba	
	352	Itaim Paulista	
	353	Guaianazes	
	375	São Mateus	
TOTAL*			7.864.340

Fonte: TRE-SP e Seade.

As zonas eleitorais aqui excluídas são as seguintes: Região Oeste - Perus (389), Jaraguá (403), Região Leste - Jardim Helena (397), Vila Jacuí (398), Região Sul - Jardim São Luis (408).

* Incluindo as zonas que ficaram de fora.

Quadro

Regras referentes aos Municípios

REGRAS ELEITORAIS	O QUE DIZEM
Candidatura nata	Assegura a legenda para o candidato disputar a reeleição sem que precise disputar a convenção. A regra favorece quem já tem mandato em detrimento de quem não possui, pois, entre outras vantagens, tende a reduzir o custo da campanha do que já está investido do mandato.
Candidaturas por partidos políticos	O número máximo de candidatos a ser lançado por cada partido também afeta o cálculo dos políticos.
Coligação para eleição proporcional	O direito de coligação faz diferença, especialmente para o pequeno partido que se coliga a um maior e dispõe de um ou dois candidatos fortes.
Coligação para eleição executiva	
Data das eleições	Em 1982 todos cargos elegíveis pela população foram renovados simultaneamente, mas a partir daí as eleições municipais foram dissociadas das gerais, sendo que no ano de 1985 ocorreu também a primeira eleição direta para prefeito das capitais e áreas de segurança nacional desde 1966, quando os militares já governavam o País.
Idade mínima para Disputar Mandato	Havia, como há no Brasil e em qualquer sistema político nacional, idade mínima limite para concorrer a mandato popular, a qual tende a variar dependendo do cargo a que se concorre. A idade mínima para vereador era e continua a ser 18 anos, como a de deputado estadual, federal, prefeito e vice de 21 anos (artigo 14 da CF), 30 governador e vice-governador, e 35 anos presidente, vice-presidente e senador da república.
Idade mínima para Votar	Também há idades mínimas limites para votar. Como o voto é obrigatório no Brasil, a idade mínima é de 18 anos, a despeito de maiores de 16 anos passarem a dispor do direito de voto se assim desejarem, regra esta que passou a vigorar ao longo da redemocratização. A obrigatoriedade do voto se estende até os 70 anos.
Ideologia Política	Até o início de 1985, os partidos comunistas eram vedados no Brasil, o que levava os políticos identificados com estas organizações a atuarem no interior de outras organizações como o MDB e depois PMDB, e também no PT e no PDT.
Lista partidária aberta	Faz com que o partido não imponha legalmente uma ordem de preferência entre os candidatos, o que significa que todos buscam maximizar seus votos nominais.
Oferta de cargos eleitorais	Os cargos para vereador são em maior número dentre os que são submetidos ao voto popular, tornando-o, em tese, de mais fácil acesso para os que procuram ingressar na vida política.
Quociente eleitoral	Número para determinar quais são os partidos que elegerão parlamentares. Tal número, em termos exatos, só é conhecido após a apuração

	dos votos. Por mais que uma campanha seja bem planejada, é muito difícil de prever o tamanho de uma bancada e os parlamentares eleitos, pois esta depende de outros fatores, tais como o comparecimento eleitoral e o total de votos válidos.
Reeleição para cargos parlamentares	Não há limite para a reeleição de cargos parlamentares.
Reeleição para chefia do Poder Executivo	Até 1997, os chefes do Poder Executivo não podiam disputar a reeleição. Para disputarem novamente o cargo deviam tentar após o intervalo de uma eleição novamente.
Vencimentos	Os cargos executivos e parlamentares são remunerados mensalmente. A garantia da remuneração é considerada fator decisivo para o grau de
Voto Proporcional	Esta regra jamais foi alterada para as eleições de vereador, deputado estadual e federal desde que foi implantada.
Voto Eletrônico	Introduzido a partir de 1996 nos municípios com mais de 200 mil eleitores. O voto eletrônico reduziu imediatamente a taxa de votos nulos e votos em branco, em especial nas eleições para o Poder Legislativo. Assim, migrou-se da cédula em papel e urna tradicional para voto e urna eletrônicos.
Votos Válidos	Nas eleições proporcionais incluía-se entre estes os votos em branco, mas deixaram de ser a partir da sanção da lei 9.504/94, com a redação dada pelo artigo 5º .

ENTREVISTA COM O VEREADOR JOOJI HATO REALIZADA APÓS SUA REELEIÇÃO
EM 2004 PARA O 6º MANDATO CONSECUTIVO

QUESTÕES E RESPOSTAS

1) Atualmente o senhor é o vereador mais antigo da CMSP dentre os que foram eleitos a partir de 1982 (9ª Legislatura), exercendo o sexto mandato consecutivo. Desde o início de seu primeiro mandato em 1983, já transcorreram 23 anos. O senhor imaginava fazer uma carreira política tão longa?

R - Minha primeira eleição foi em 1982. De lá para cá, tenho sido eleito, ininterruptamente, Vereador desta Cidade. Acredito que a população tem reconhecido meu trabalho e esforço em algumas áreas de atuação, como, por exemplo, a área da saúde e da segurança preventiva. De qualquer forma, costumo dizer que o quadro eleitoral, não só em São Paulo, é como uma nuvem: cada vez que olhamos está de uma forma diferente, portanto, é difícil imaginar quantas eleições serão ganhas ou por quanto tempo permaneceremos na política. Não somos vereadores, "estamos" vereadores. Não costumo fazer planos de longa carreira política, ou mesmo planos para um futuro distante, apenas, trabalho e procuro atender as demandas da cidade e dos munícipes.

2) Desde que tomou a decisão de iniciar sua vida política eleitoral sua meta foi a de ser vereador, ou chegou a pensar em outro mandato?

R - Sim. Candidatei-me a vagas à Deputado Estadual, Federal e Senado - sempre pelo PMDB.

2.1) O senhor é irmão de um ex-vereador, Mário Hato. Ele teve influência na sua decisão de ingressar na política eleitoral? Qual é a importância da contribuição dos parentes para o sucesso na política eleitoral?

R - Sim. A contribuição dos parentes na política eleitoral vem principalmente do apoio e ajuda na candidatura, na eleição e a experiência de quem já tem vivência a vida política.

3) Até hoje o senhor não se elegeu presidente da CMSP, mesmo sendo o mais antigo do período assinalado. O senhor se propõe a ser eleito para o referido cargo em algum momento, ou isto é indiferente para sua carreira?

R - Já concorri à presidência desta Casa. Ocorre que tais escolhas não são realizadas levando-se em consideração o número de anos em que um Vereador permanece na Casa. A influência vem do número de cadeiras que cada partido tem, da votação auferida e o mais importante, do quadro político que vivemos a cada eleição da presidência desta Casa. Saliento ainda que já ocupei a presidência desta Casa interinamente nas gestões dos ex-veredores Miguel Colassuono e Eduardo Suplicy.

4) Durante estes anos o senhor concorreu duas vezes a uma vaga na Assembléia Legislativa e uma vez para Senador. O senhor tinha realmente o objetivo de ser eleito (especialmente para senador), ou sua candidatura tinha outra finalidade? Se a finalidade era outra, o senhor poderia explicar?

R - Além da finalidade eletiva, em particular na campanha ao Senado, havia a convicção de que um partido como o PMDB deveria ter candidatura própria. Não poderíamos ficar a reboque de outras candidaturas. Assim, enfrentei as prévias e fui candidato ao Senado pelo maior partido do país e pelo estado mais forte da Federação.

5) O senhor ainda pretende se candidatar a outros cargos eletivos?

R - Sim. Na próxima campanha devo concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa.

6) Em sua opinião, qual é o retorno pessoal do exercício da vereança? Peço que comente, mas dou algumas sugestões. Prestígio social. Ter a certeza de que se pode melhorar a vida das pessoas. Influenciar nos rumos da vida da cidade.

R - Na política, acredite que a questão do "prestígio social" é extremamente controvertida o que não costuma ocorrer em outros setores da sociedade. Por exemplo: quando um médico faz algo errado, não se culpa toda a classe médica. Quando um engenheiro pratica um mau ato, não se aponta o dedo a toda a classe, Mas quando políticos se envolvem em escândalos, a população tende a "nivelar por baixo", ou seja, começa a acusar e desconfiar publicamente de todos os políticos. Assim, a família sofre, os filhos sofrem... a desmoralização de um, influencia a vida dos demais.

Melhorar a vida das pessoas e influenciar de forma correta nos rumos da cidade com a aprovação de leis não constitui para um político somente uma realização pessoal, mas é antes, a realização de um ideal.

Acredito que a grande realização pessoal da política é ter a certeza de que ajudamos a escrever a historia da cidade, do estado e do país.